



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAP

THIAGO AURÉLIO TEODORO DE MACEDO

ENDIVIDAMENTO E USO DE CRÉDITO CONSIGNADO:
UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DA
UNIVASF

JUAZEIRO (BA),
2023.

THIAGO AURÉLIO TEODORO DE MACEDO

**ENDIVIDAMENTO E USO DE CRÉDITO CONSIGNADO:
UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DA
UNIVASF**

Trabalho Final de Conclusão (TFC) apresentado ao Programa de Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), para obtenção da titulação de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Cezar Silva

JUAZEIRO (BA),
2023.

M141e Macedo, Thiago Aurélio Teodoro de
Endividamento e uso de crédito consignado: um olhar sobre a realidade do servidor público federal da Univasf / Thiago Aurélio Teodoro de Macedo. – Juazeiro - BA, 2023.
xi, 103 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Administração Pública) Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro-BA, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Cezar Silva.

1. Dívidas - Servidor Público Federal. 2. Crédito Consignado. 3. Gestão pública. I. Título. II. Silva, Bruno Cezar. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 658.1526

FOLHA DE APROVAÇÃO

THIAGO AURÉLIO TEODORO DE MACEDO

ENDIVIDAMENTO E USO DE CRÉDITO CONSIGNADO:
UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DA
UNIVASF

Trabalho Final de Conclusão (TFC) apresentado ao Programa de Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), para obtenção da titulação Mestre em Administração Pública.

APROVADO EM: 08/12/ 2023.

BANCA EXAMINADORA:

BRUNO CEZAR Assinado de forma
SILVA:015097 digital por BRUNO
88557 CEZAR
SILVA:01509788557

Prof. Dr. Bruno Cezar Silva (PROFIAP-UNIVASF)

Documento assinado digitalmente
 THIAGO BRUNO DE JESUS SILVA
Data: 08/12/2023 16:20:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Thiago Bruno de Jesus Silva (PROFIAP-UFGD)

Documento assinado digitalmente
 RENE GERALDO CORDEIRO SILVA JUNIOR
Data: 08/12/2023 15:41:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. René Geraldo Cordeiro Silva Junior (UNIVASF)

JUAZEIRO (BA) - 2023.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecer à Deus por mais essa conquista, pois nos momentos de dificuldades e incertezas, a confiança Nele foi a sustentação para seguir adiante. À Nossa Senhora da Conceição, que desde o início da minha vida está intercedendo junto ao Pai, pela minha saúde e pelos caminhos por onde passo.

À minha esposa, Leilianne Loura, agradeço pelo amor e carinho, pela compreensão, apoio e incentivo em todas as etapas do mestrado, com quem compartilhei todas as dificuldades enfrentadas durante todo o trajeto.

À minha filha, Elisa Loura, que mesmo sem compreender, precisou suportar os momentos de ausência do papai, especialmente nos últimos meses, para que o sonho da conclusão continuasse aceso.

Agradeço aos meus pais, Antonio e Cléia, servidores públicos aposentados com muito orgulho, que sempre me orientaram pelo caminho da honestidade e retidão em todas as áreas da minha vida, como também grandes incentivadores para a realização deste trabalho.

À minha irmã, Caroline Maria, que mesmo distante, sempre se fez presente, na torcida para a conclusão desta etapa.

Aos professores do Profiap/Univasf, que se dedicam e compartilham seus conhecimentos, na busca pelo desenvolvimento científico e profissional da instituição.

Ao professor Marcelo Henrique, coordenador do Profiap/Univasf, expresse meus agradecimentos pela condução do Programa de Mestrado com tanto afinco e profissionalismo. Ao professor Ricardo Duarte, fundamental incentivador para meu retorno ao Profiap/Univasf, que esteve me acompanhando durante boa parte da caminhada.

Ao professor Bruno Cezar, orientador e incansável servidor público da instituição, que nos momentos de maior incerteza, não titubeou em me dar todo o suporte, atenção e disponibilidade, minha profunda gratidão e admiração.

Aos meus amigos da Progepe/Univasf, com quem tenho a honra de compartilhar o dia a dia do trabalho na Univasf e, como sempre falamos, é uma família que constituímos ao longo dos anos, agradeço pelo estímulo, por sempre acreditarem na minha capacidade e compreensão pelo período que precisei me ausentar para concluir esse trabalho.

Enfim, agradeço a todos que me acompanharam direta ou indiretamente ao longo desta caminhada, demais familiares, amigos de perto e de longe, de dentro ou de fora da Univasf, todos que puderam compartilhar de alguma forma minha expectativa pela chegada desse momento e, certamente, celebrarão essa vitória alcançada.

Muito obrigado!

À minha querida filha Elisa Loura, que mesmo ainda sem ter consciência, serve de inspiração para que eu possa me dedicar a fazer o meu melhor a cada dia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Crédito Consignado - % sobre o total da dívida das famílias brasileiras - jan/2010 - set/2021	22
Figura 2 - Pirâmide da Hierarquia das Necessidades de Maslow	34
Figura 3 - Determinantes do comportamento do consumidor	39
Figura 4 - Principais indicadores de análise	41
Figura 5 - Total de endividamento por faixa de renda	42
..	
Figura 6 - Percentual médio da renda comprometida com dívidas x tempo de comprometimento	43
Figura 7 - Percepção sobre o nível de endividamento	44
Figura 8 - Percentual médio de famílias endividadas nas principais modalidades de dívida – Brasil	45
Figura 9 - Carteira de Crédito do Servidor no Brasil (em R\$ de set/2021)-jun 2012 / jun 2021	50
Figura 10 - Crédito Consignado: % sobre o total da dívida das famílias brasileiras (2021)	51
Figura 11 - Inadimplência do servidor público no Brasil por modalidade de crédito (%)- jun 2012/jun 2021	51
Figura 12 - Evolução do crédito ampliado (2020 - 2022)	51
Figura 13 - Total de Servidores públicos federais (Univasf) por categoria funcional	66
Figura 14 - Desconto de crédito consignado no contracheque	69
Figura 15 - Distribuição por gênero / consignado	69
Figura 16 - Distribuição por faixa etária / consignado	70
Figura 17 - Tempo de Univasf / consignado	72
Figura 18 - Quantidade de consignados	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores de análise quantitativa adotados no estudo	28
Quadro 2 - Principais estudos científicos aplicáveis à discussão dos dados institucionais	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentuais de comprometimento salarial com pagamento de consignados	52
Tabela 2 - Percentuais de comprometimento salarial com pagamento de consignados	59
Tabela 3 - Instituições financeiras e número de créditos concedidos	74
Tabela 4 - Comprometimento da renda (ocupação da margem consignável - 35%)	76
Tabela 5 - Comprometimento da renda (ocupação da margem consignável - 35%) - TAEs	76
Tabela 6 - Comprometimento da renda (ocupação da margem consignável - 35%) - docentes	77
Tabela 7 - Indicadores de endividamento	79

RESUMO

As estatísticas apresentadas apontam o crescimento no número de servidores públicos federais endividados no Brasil, considerando, pois, a contratação de crédito consignado por meio de instituições financeiras e descontadas direta e automaticamente da folha de pagamento da instituição. O uso de crédito consignado é realizado mediante processo autorizativo do servidor público para cômputo no contracheque. Dessa maneira, o objetivo central do referido estudo foi apresentar panorama geral sobre endividamento dos servidores públicos do quadro de pessoal ativo da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em função da contratação do crédito consignado. Os dados serão levantados a partir de revisão sistemática de literatura, descritiva exploratória, além da abordagem quali-quantitativa. Os dados foram levantados nos sistemas online do Poder Executivo Federal, a saber: SIGRH e SIAPE. Conclui-se que, por meio desses estudos e levantamentos, observou-se uma significativa concentração de servidores - os docentes e TAEs, bem como as faixas etárias e de gênero - com propensão à situação de endividamento, enquanto outros encontram-se superendividados para custear demandas básicas e outros itens de interesse. Com isso, fica evidente a lacuna desafiadora de gerar e implantar ações expressivas que desenvolvam o conhecimento financeiro por parte dos servidores e desencadeie em decisões mais assertivas antes de fechar o contrato com as instituições financeiras.

Palavras-chave: Endividamento. Servidor Público Federal. Gestão Pública. Crédito Consignado.

ABSTRACT

The statistics presented point to the growth in the number of federal public servants in debt in Brazil, therefore considering the contracting of payroll loans through financial institutions and deducted directly and automatically from the institution's payroll. The use of considered credit is carried out through an authorization process from the public servant to be included in the paycheck. Thus, the central objective of the aforementioned study was to present a general overview of the indebtedness of public servants on active staff at the Federal University of Vale do São Francisco (Univasf), due to the contracting of payroll loans. The data will be collected from a systematic, exploratory, descriptive literature review, in addition to the qualitative-quantitative approach. The data was collected from the Federal Executive Branch's online systems, namely: SIGRH and SIAPE. It is concluded that, through these studies and surveys, a significant concentration of employees was observed - teachers and TAEs, as well as age and gender groups - with a propensity to be in debt, while others are over-indebted to pay for basic demands and other items of interest. Therefore, the challenging gap in generating and implementing expressive actions that develop financial knowledge on the part of employees and trigger more assertive decisions before closing the contract with financial institutions becomes evident.

Keywords: Debt. Public federal server. Public administration. Payroll loans.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	18
2.1 OBJETIVO GERAL	18
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
3 JUSTIFICATIVA	19
4 METODOLOGIA	25
4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	25
4.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA QUANTO À NATUREZA	25
4.3 CLASSIFICAÇÃO QUANTO À ESTRATÉGIA DE PESQUISA	26
4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	27
5 REFERENCIAL TEÓRICO	29
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	59
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	88

1 INTRODUÇÃO

Sem dúvida alguma, os recursos financeiros são, pois, componentes indispensáveis ao atendimento de necessidades básicas e supérfluas dos indivíduos e também de suas famílias, a manutenção da qualidade de vida e bem-estar, além de representar, para muitos, significado de *status quo* social.

Evidentemente, considerando a evolução histórica e suas diversas dimensões de vieses socioculturais, o papel da moeda e de recursos financeiros como um todo passou de uma ótica em que apenas era concentrado na mão de pouquíssimos indivíduos, em geral aqueles com um título de nobreza, utilizado para financiar a expansão de territórios, conquistas de mercados, potencializar suas ações que inspiravam subserviência nos demais e fortalecer o seu poder real sobre a sociedade, atravessando um período de acúmulo primitivo de capital em que notou-se o enriquecimento de pequenas classes - a burguesia mercantil -, responsáveis por capitalizar a industrialização e custear seus ônus iniciais mediante recebimento de lucros (FREITAS, 2021; ROTHBARD, 2022; CAPUCHO, 2023).

Com o primeiro movimento da Revolução Industrial do século XVIII (1760 a 1850), margeada apenas à geografia europeia, notavam-se iniciativas isoladas do uso indiscriminado de moeda para fomentar a compra de maquinários, instrumentos produtivos, construir fábricas e gerar incipiente noção de pagamento aos trabalhadores, ainda que atuantes em condições laborais degradantes, suportando grandes cargas horárias - aqui também compreendidas, pois, as mulheres e crianças -, em ambientes insalubres e em baixíssimos salários (FREITAS, 2021; ROTHBARD, 2022; CAPUCHO, 2023).

À época da primeira fase industrial inglesa, apesar de distanciada da visão alicerçada em uma religiosidade medieval, ainda que timidamente, eram comuns traços de associação a percepção de dinheiro e moeda, ainda que como resultado do esforço do trabalho, a conceitos como usura e seus reflexos em postura reativa de “estar cometendo pecado àquele que recebe mais do que merece e, por sua vez, necessita para a sua sobrevivência” (CAPUCHO, 2023, p. 79).

Fundamentados nessa percepção, apesar do cenário que inspirava mudanças no estilo de vida da sociedade e no desenvolvimento industrial, era comum que os donos das fábricas explorassem os seus funcionários à custa de auferir cada vez mais capital e lucratividade, sob uma posição, por parte dos operários, de receber salários irrisórios, mas que, com base nesses colóquios religiosos, eram suficientes para assegurar as condições mínimas de sobrevivência de suas famílias.

Percebia-se, nesse ponto histórico, que, com o modelo de pensamento, era o operário comum das fábricas submetido aos diversos horrores laborais, mas que deveriam os mesmos serem “agradecidos” pela oportunidade de contribuir para o crescimento da nação e por poder sustentar suas famílias, com o básico, sem recorrer a luxos e aos supérfluos. Nesse período, costumava-se sobreviver dentro de necessidades básicas e mais modestas, ficando confortos e luxos de uma vida mais salutar à burguesia e uma pequena classe mais abastada (CAPUCHO, 2023, p. 86)).

Com a segunda fase da Revolução Industrial (1850 - 1920), surgiram movimentos e as diversas reformas sobre exploração do trabalho operário em detrimento de manter a riqueza e o estilo de vida luxuoso desses pequenos grupos sociais. Insurgiam-se, aos poucos, olhares e reflexões sobre a necessidade de se valorizar mais o operário, colocando-o como propulsor do desenvolvimento socioeconômico. Com pagamento de salários por produtividade - e não por dia de trabalho -, a formação de classes sindicais para luta por direitos, a formalização de regramentos e leis e, sobretudo, as configurações do pensamento administrativo que definiram as Escolas da Administração e Teoria das Organizações, observou-se que grandes conquistas e garantias significativas foram assumidas e fortalecidas na classe trabalhadora (FREITAS, 2021; ROTHBARD, 2022; CAPUCHO, 2023).

Mais à frente, com o despontar do século XIX, considerando que os impactos desses movimentos sociais difundiram-se para outras partes do mundo, ganhando um maior impulso, vigor e força, desenvolviam-se, também, esforços sindicais, a promulgações de leis formais de trabalho, que ampliaram os direitos trabalhistas, o desenvolvimento do mercado de produtos e serviços afetos à industrialização mais aprimorada e maior acesso a bens diversos, tendo em vista, por sua vez, a maior acesso a recursos. Com um mercado amplo e diverso, passaram as camadas sociais a experimentar maior interesse em consumir cada vez mais, fortalecendo um sistema capitalista crescente e expressivo enquanto construto econômico (FREITAS, 2021; ROTHBARD, 2022; CAPUCHO, 2023).

O século XX, por sua vez, especialmente com a propagação das ferramentas e recursos tecnológicos de comunicação e de informação - as denominadas TICs -, potencializaram ainda mais a produção de bens e disponibilização de serviços, ao passo em que cresceram números de indústrias e empresas de diversos segmentos produtivos, aumentou-se ainda mais o poder aquisitivo, o desejo de compra, as ações de divulgação e propaganda, estes cada vez mais alvos de mudanças contínuas a fim de nortear comportamentos do consumidor. Ao mesmo tempo, produção e consumo indiscriminados, associados à competitividade entre as empresas por fatia

do mercado, observaram-se pressões no sistema econômico, gerando reações inflacionárias e perda de valor da moeda (FREITAS, 2021; ROTHBARD, 2022).

O século XXI trouxe, para empresas, consumidores e o mercado como um todo, misto de incertezas, rápidas transformações e uma verdadeira explosão de produtos e serviços, estes destinados a todos os gostos, públicos de interesse e preço. As campanhas de *marketing*, cada vez mais assertivas e certeiras, potencializaram o crescimento das vendas das organizações e, ao mesmo tempo, foram paulatinamente configurando os gostos das pessoas, gerando reações de consumo muitas vezes impulsivas, dispendiosas, distantes das reais necessidades sociais.

Evidentemente, as tecnologias desempenharam um papel expressivo nessas mudanças nos padrões de compra, exercendo influências sobre maneira como as pessoas enxergam um produto, independente do seu preço e finalidade, desencadeando estímulos inconscientes - ou até mesmo conscientes - sobre determinado item de consumo.

Criou-se uma sociedade em que o consumo passou a “ditar as regras do jogo”, em que dispor de um produto exclusivo tornou-se sinal de “status, pertencimento e poder pessoal”, ainda que, por outro lado, se percebesse que o dinheiro (salários) que se pagava pelo exercício laboral diário não conseguia financiar o estilo de vida “suplantador”, pautado em ter cada vez mais bens para satisfazer especialmente necessidades emocionais, físicas ou afetivas, ou que se exacerbassem os gatilhos de motivação da compra a tal ponto que fossem normalizados (FERNANDES; PARAÍSO, 2020; ROTHBARD, 2022).

É, dessa forma, no último aspecto que tornam-se difusos os conceitos que perpassam o comportamento dos consumidores em relação à necessidade de dispor de produtos essenciais ou supérfluos - ou suas distorções - e, outrossim, suas implicações no uso de dinheiro, saúde financeira e finanças pessoais. Com o crescimento ainda maior da inflação e de preço de bens e serviços, muitas empresas observaram as respostas dos consumidores para se definir as suas estratégias de posicionamento no mercado e os aspectos de desenvolvimento (CALAZANS, 2020; ROTHBARD, 2022).

Uma vez que consumo por produtos não apresentaram quedas expressivas, ainda que os preços fossem considerados elevados - a exemplo de aparelhos celulares de última geração da *Apple* -, essas empresas mantiveram os seus preços, ainda mais porque os consumidores e demais interessados poderiam realizar as suas compras por meio de crédito parcelado por uso de cartão de crédito. As compras parceladas encontram-se enraizadas na cultura social e também no imaginário das pessoas, independentemente de sua classe social e acesso financeiro, no entanto, por outro lado, escondem problemáticas que comprometem a saúde financeira e, em muitos casos, a capacidade de pagamento de compromissos realizados sem o devido

planejamento, gerando o fenômeno do endividamento em conotação negativa (ROSSATO; DESKOW; PINTO, 2019).

O endividamento, em seu aspecto comprometedor dos recursos financeiros, encontra-se difundido em todos os segmentos da sociedade capitalista, interferindo no cotidiano e finanças pessoais, inclusive de classes laborais que percebem maiores médias salariais que os trabalhadores do mercado comum (em que recebem o salário-mínimo vigente), a exemplo dos servidores públicos federais que gozam de uma maior estabilidade funcional e, em tese, maior conforto financeiro (CAVALCANTE, 2017; ACORDI, 2019).

Em termos contextuais, ao passo em que a Administração Pública concentra servidores que, além do gozo da estabilidade funcional, recebem maiores benefícios remuneratórios que são incorporados à remuneração, por outro lado essas vantagens colocam essa classe dentre as que mais são contempladas com acesso a crédito, oferecido a taxas atrativas e com uma maior amplitude de pagamento de parcelas.

Nesse sentido, instituições financeiras têm concedido, a servidores públicos federais, diversas oportunidades para acesso a cartão de créditos com altos limites, especialmente com as facilidades para empréstimos consignados, estes denominados como aqueles em que valor da parcela é descontada da folha de pagamento, mediante a anuência do servidor e dentro dos limites de participação percentual admitidos pela lei (ROSSATO; DESKOW; PINTO, 2019).

A modalidade de crédito consignado foi instituída no Brasil, durante o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva no ano de 2003, pela lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, tratando-se de uma modalidade de crédito que possui respaldo jurídico para realizar o desconto diretamente na folha de pagamento, tanto nas parcelas de empréstimos tomados por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, quanto dos servidores públicos federais. A regulamentação jurídica para o desconto direto, em folha a favor de terceiros, dos servidores públicos federais está normatizada na Lei 8.112 de 1990 e pelo Decreto 8.690, de 2016 (CAPUCHO, 2023, p. 77).

Um exemplo elucidativo desse benefício ao servidor público federal é aumento de 35 para 45% da margem para a utilização em empréstimos na modalidade consignada, sendo 5% destinada à amortização das dívidas relacionadas à saque ou despesas com cartão de crédito. O referido incremento foi introduzido por meio da Medida Provisória nº 1132/2022 (esta convertida na Lei nº 14.509/2022), sendo este, atualmente, o percentual em que o servidor pode comprometer sua remuneração mensal.

Tendo em vista o crescimento na margem, que ampliam as oportunidades do servidor realizar empréstimos consignados e considerando a desburocratização dessa modalidade para formalização, tornou-se esse instrumento uma das preferidas maneira de dispor de um acesso a

crédito rápido, com taxas competitivas e maiores prazos para pagamento da dívida total com juros embutido (até 96 meses).

Ademais, faz-se válido destacar que essa predileção por parte dos servidores públicos federais, no que compete ao empréstimo consignado e aos seus mecanismos de atratividade, tem revelado, também, um crescimento no índice de endividamento dessa classe funcional. E, nesse sentido, são diversas as estatísticas, empreendidas recentemente, que discriminam como o servidor público tem recorrido a essas fontes praticamente imediatas de acesso ao crédito e, com isso, comprometido até mesmo o percentual de margem admitida por lei, a saber 45%, o que conseqüentemente reflete em reduções remuneratórias, considerando os compromissos de descontos em folha de pagamento (COLLLARES, 2019; ROTHBARD, 2022; CAPUCHO, 2023; ALNMEIDA, 2023).

Outro argumento válido que reforça estrategicamente o fenômeno do endividamento e que tem-se tornado também bastante comum na realidade do servidor público federal é que, em muitos casos, as facilidades oferecidas pelas instituições financeiras alimentam um ciclo vicioso em que estimulam a realização de novos empréstimos ou renovação, comprometendo ainda mais a saúde financeira, por conta da ação dos juros compostos.

Em geral, o endividamento admite conotação negativa, pelo menos é o que se percebe na maioria dos estudos publicados, que dialogam sobre suas implicações diversas nessa classe funcional. A ótica negativista, pouco relevante para fins de análise didática e epistemológica, pressupõe que, ao realizar novos empréstimos ou renová-los à necessidade pessoal do servidor, essas ações refletem no crescimento do endividamento como “uma bola de neve”, interferindo em atender as necessidades essenciais, básicas ou outras consideradas relevantes. Isto é, o endividamento aqui compreendido gera perda considerável de qualidade de vida e bem-estar, em função da margem assumida de comprometimento da renda líquida do servidor (ROTHBARD, 2022; CAPUCHO, 2023; ALMEIDA, 2023; CARMO, 2023).

Outrossim, uma leitura analítica, crítica e menos superficializada sobre as principais motivações que regem a predisposição de uma grande parte dos servidores públicos federais à realização de empréstimos consignados não permite deduzir ou afirmar que o endividamento não admite outras dimensões de análises. A “perspectiva utilitarista” desses empréstimos, por si só, abarca uma visão que evidencia o seguinte entendimento: às vezes, o servidor realiza os empréstimos de que necessita para financiar a construção da casa própria, reformas, custear ações de treinamento e desenvolvimento acadêmico ou profissional, imprevistos de saúde, o que, do ponto de vista mais reflexivo, implicam em melhorias consideráveis em sua qualidade

de vida e bem-estar pessoal ou suas famílias (AKKARI, 2022; BARRETO, 2023; CARMO, 2023, p. 33-34).

Assim, o endividamento não deve ser analisado apenas sob um prisma negativista, mas é preciso observar os preditores que ensejam a sua realização e, ao mesmo tempo, explicam o porquê de serem tão comuns nos ambientes afetos à Administração Pública. O referido estudo dissertativo adotará a “perspectiva mais utilitarista” da utilização de empréstimos consignados realizados pelo servidor público da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), sem necessariamente abandonar os impactos que desencadeiam em sua saúde financeira, bem como em suas finanças pessoais e endividamento.

No referido estudo, serão abordados os níveis de uso de empréstimos consignados com ênfase em análises quantitativas e levantamentos na base de dados SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal), com referência contígua e comparativa de informações. Nesse sentido, busca-se elucidar e responder à seguinte questão central de pesquisa: qual a situação/nível do endividamento dos servidores públicos da Univasf, em função da contratação do empréstimo consignado?

Torna-se essencial ressaltar que os dados levantados sobre a referida prática executada pelo servidor público federal no aparato institucional serão fundamentais para o diagnóstico contextual que retrata, em parte, o nível de dependência do acesso a crédito a partir dessa modalidade e, por sua vez, serão necessárias para se definir um produto técnico que venha suficientemente a perfazer a sua finalidade estratégica: elucidar a realidade experienciada na instituição federal de ensino (IES), a saber a Univasf, orientando sobre melhores abordagens a utilização consciente dos recursos financeiros, até mesmo na contratação de empréstimos.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a situação do endividamento dos servidores públicos enquadrados no quadro de pessoal ativo da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em função da contratação do empréstimo consignado.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

➤ Delinear perfil de uso dos empréstimos consignados e os critérios de endividamento do servidor público federal;

➤ Listar, em caráter sistematizado, informações sociobiográficas, assim como classe funcional, além de carreira, grau de endividamento e principais instituições financeiras, em sistemas de dados informatizados institucionais e do Governo Federal (SIAPE/ SIGEPE / SIGRH), dos servidores ativos da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf;

➤ Propor estratégias para a educação financeira, a partir da presente pesquisa, por meio do desenvolvimento de um produto técnico (Cartilha “Educação Financeira – Um Guia para Servidores Públicos”), enquanto requisito para a obtenção da titulação no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap).

3 JUSTIFICATIVA

Contextualmente, ante aos fins essenciais do dinheiro para o desenvolvimento social, econômico, produtivo e pessoal, tem-se observado que nem sempre pessoas sabem gerenciá-lo de maneira devida, sem comprometer a sua disponibilidade, desencadeando um fenômeno popularizado na cultura: o endividamento. No Brasil, o ano de 2021 trouxe inúmeros desafios para sociedade e para as organizações como um todo, evidenciando ainda mais os desafios de administrar de forma eficiente o dinheiro (CAPUCHO, 2023; BARRETO, 2023; CARMO, 2023).

Para os servidores públicos federais, apesar de suas vantagens atreladas ao cargo em que ocupam, essa realidade não foi distinta, constituindo-se como um ponto focal de atenção e cuidados em relação ao uso e aplicação do dinheiro, seja no âmbito individual ou familiar. Em se tratando de um período delicado, impreciso e que gerou diversos temores, nem mesmo todo o sistema econômico mundial se manteve inabalável diante da propagação de um vírus ainda desconhecido, porém com alto potencial nocivo e letal (AKKARI, 2022; ALMEIDA, 2023)

Com diversas corporações de serviços e empresas produtivas fechando suas portas por não conseguirem se adaptar a essa nova abordagem social, tornaram-se alarmantes os efeitos reativos no mercado consumidor, em aumento de preços de produtos, o crescimento de alguns setores, especialmente de alimentos e entregas por aplicativos, dentre outras mudanças que se intensificaram na rotina. Com muitas pessoas perdendo empregos, escassez de produtos, além da ênfase na redução do papel do Estado no repasse financeiro e em cuidados assistenciais ao público de interesse, ampliando os desafios e suas problemáticas, esses efeitos atingiram todas as camadas sociais e as organizações, sendo, pois, o conjunto de impactos da crise pandêmica superados continuamente em meados de 2022 (ALMEIDA, 2023; CARMO, 2023).

A pandemia da COVID-19, entre outras implicações, em caráter mais particularizado, resultou em falta de fôlego e aperto financeiro para grande parte das pessoas e organizações, aqui também compreendidos os servidores públicos federais. Considerando os problemas em controlar o fluxo no uso dos recursos financeiros, índices de inadimplência, de empréstimo e financiamentos atingiram picos consideráveis, frente a uma situação que, em muitos casos, era a única saída (ALMEIDA, 2023)

O endividamento e a inadimplência, assim como o apego à intuição e à emoção como aspectos valorosos do poder decisório de compra dos consumidores, em detrimento de uma racionalidade instrumental, contribuíram para o crescimento desses indicadores preocupantes e refletem a saúde financeira do Brasil (BARROS, 2013; SILVA, 2020; SOUZA, 2021).

O momento de mudanças aceleradas na estrutura financeira das pessoas, atrelado aos diversos estímulos socioemocionais oriundos do isolamento, quarentena e as incertezas típicas do cenário, contribuiu para formação dos novos comportamentos de consumo: compra online, ampliando possibilidades de acesso às ofertas, formas de pagamento bastante atraentes, dentre outras práticas (COLLARES, 2019; CAPUCHO, 2023; BARRETO, 2023; CARMO, 2023).

Uma pesquisa da Nielsen IQ|Ebit¹, com referência ao ano de 2022, revelou que nem mesmo a pandemia da COVID-19 conseguiu frear avanços contínuos do volume das compras pela internet. Somente no primeiro semestre de 2022, houve incremento percentual na ordem de 6% nas compras no mercado digital, atingindo um faturamento anual de R\$ 118,6 bilhões.

Considerando que o brasileiro manteve o ritmo de compras, ao passo em que cresciam a inflação, preço de combustível, encarecimento dos alimentos, dentre outros, trouxeram para a remuneração percebida por servidores um maior comprometimento às finanças pessoais e, por sua vez, propiciaram reflexos diretos ou indiretos sobre o endividamento por meio do uso dos empréstimos consignados e outras fontes de acesso financeiro, como o cartão de crédito.

Nesse sentido, não é à toa que tem-se observado, além das estatísticas supracitadas e as demais refletidas no escopo temático do presente estudo, uma recorrência maior em adotar novos contratos de empréstimo consignado ou em renovação, corroendo toda a margem legal e disponível do servidor que, em alguns casos, é aplicada para financiar as dívidas assumidas ou custearem iniciativas de qualidade de vida e também de bem-estar (COLLARES, 2019; DILELIO; WOLLMANN, 2022; BARRETO, 2023; CARMO, 2023).

Outrossim, nesse mesmo período, cresceram também os usos de cartão de crédito entre brasileiros, ausência de planejamento financeiro, maiores gastos provenientes dos cuidados e a assistência à saúde física e emocional, com alimentação, higiene, etc. Em um levantamento do Serasa e CNC, com referência no mês de setembro de 2023², observou-se que 71,8% dos brasileiros estavam em uma situação de endividamento e de inadimplência, com seu dinheiro comprometido, inclusive impactando na sobrevivência familiar.

A referida pesquisa - intitulada "Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas" -, apontou uma alta concentração de inadimplência no país, registrando percentual de 31,1% das famílias com menor renda, ao passo que observou-se aumento de 87% na adoção do cartão de

¹ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/09/5037748-compras-on-line-cresce-e-alcanca-498-milhoes-de-usuarios-no-brasil.html>>. Acesso em: 20 out. 2023.

² Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>>. Acesso em: 20 out. 2023.

crédito, sendo este o preditor central para endividamento no Brasil, aqui também enquadradas as modalidades de empréstimos consignados oferecidas e assumidas pelo servidor público.

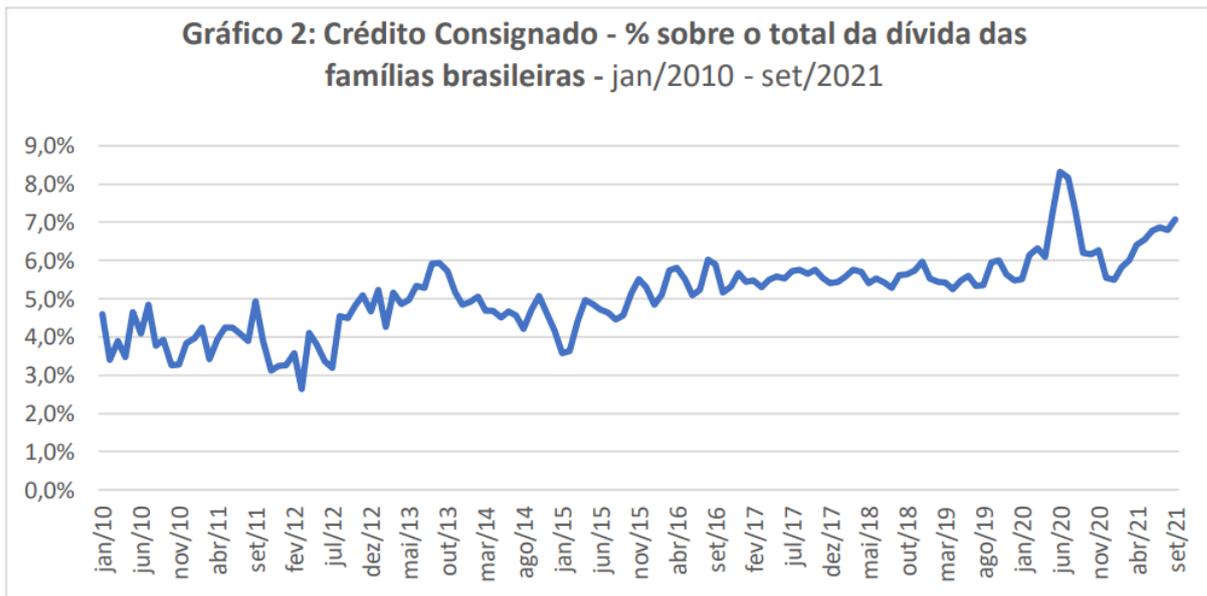
De fato, frente aos problematizantes impactos dos empréstimos consignados dentro da estrutura de endividamento e planejamento financeiro dos servidores públicos federais, não há como dissociá-los dos comportamentos que deles decorrem, com capacidade de comprometer diversas dimensões de escopo físico, psicológico e social.

Como o construto dessa concepção, a pesquisa intitulada "Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro"³, do ano de 2022, discrimina principais reflexos do endividamento na rotina das pessoas, em que podem ser destacados: 83% dos endividados têm dificuldade para dormir; 78% têm surtos de pensamentos negativos em relação às dívidas; 74% afirmam ter dificuldade de concentração para realizar tarefas diárias; 74% afirmam ter dificuldade de concentração para realizar tarefas diárias, inclusive no ambiente de trabalho; 61% viveram ou vivem sensação de “crise e ansiedade” ao pensar na dívida; etc.

Dessa maneira, é direta a relação entre as restrições financeiras, as pressões exercidas pelo ambiente externo, e conseqüentemente as dificuldades dos indivíduos, por exemplo, no desempenho da performance profissional significativa, tendo em vista que as preocupações, a ansiedade, estresse e os outros fatores associados afetam consideravelmente o trabalho, assim como proatividade, concentração, dinamismo e capacidade de atribuir valor para sua atividade profissional, inclusive no viés da Gestão Pública (DILELIO; WOLLMANN, 2022; CARMO, 2023).

Ilustrativamente, a Figura 1, abaixo, discrimina a participação percentual do crédito e empréstimo consignado no total de dívidas das famílias brasileiras.

³ Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-de-endividamento-2022/>>. Acesso em: 20 out. 2023.

Figura 1 - Crédito Consignado - % sobre o total da dívida das famílias brasileiras - jan/2010 - set/2021

Fonte: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (CNC).

Com base na Figura 1, nota-se que, no ano de 2010, o empréstimo consignado era de 3,9%, em média, da dívida total das famílias. Em setembro de 2021, o consignado atingiu 7%, ou seja, essa modalidade apresentou incremento na ordem de 79% na dívida das famílias com relação a 2010.

Mais uma vez, torna-se evidente as falhas de conhecimento em educação financeira e seus elementos constituintes dentro das diversas camadas sociais, na contramão do que é visto em outros países, especialmente em continentes mais desenvolvidos. Ademais, as principais razões para o crescimento no número das famílias endividadas no Brasil, especialmente em 2021, ano em que atingiu percentual máximo considerando os últimos 10 (dez) anos, apontam que cada vez mais tem-se observado frágil estrutura e sistema de conhecimento em educação financeira e finanças pessoais deficientes.

O Brasil, consoante *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey* (Pesquisa Global de Educação Financeira da divisão de *ratings* e de pesquisas da *Standard & Poor's*), em estudo realizado com 150 mil adultos, em 2014, encontra-se na posição 74 (considerando, pois, a participação global de 144 países) no que compete à satisfatória educação financeira e adequada gestão e controle dos recursos financeiros por pessoas e famílias (CRCGO, 2021).

Em termos quantitativos, a pesquisa acima registrou que, à época, duas a cada três pessoas no Brasil apresentam baixo nível de educação financeira. Esse nível de conhecimento evidencia problemáticas e desafios da Administração Pública, foco do presente trabalho de

dissertação, e também privada, a partir da ação de organizações, das ONGs, de instituições de ensino, etc., no sentido de fomentar os conhecimentos necessários para capacitação de pessoas e servidores públicos federais na gestão mais eficiente de recursos financeiros, repercutindo, assim, nos níveis preocupantes de endividamento (MENDES *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2020; LUSTOSA *et al.*, 2021), realizando conscientemente os empréstimos consignados, de modo a serem estritamente utilitários (GONÇALVES, 2021; PEREIRA, 2021; OLIVEIRA; HORTA, 2023).

Isso porque, ante às inúmeras facilidades na assinatura dos contratos e liberação rápida do recurso financeiro contratado, os empréstimos consignados ocultam taxas de juros que, ao final do período longo de pagamento, potencializam ainda mais as dívidas do servidor público no longo prazo, comprometendo sua disponibilidade para outros usos.

A título de exemplo ⁴, de modo a considerar a margem consignada atual adotada pelas instituições financeiras de 45% da remuneração bruta, considerando que o servidor tome emprestado R\$ 2 mil, com previsão de pagamento em 84 meses, ao final serão desembolsados aproximadamente R\$ 4,4 mil, isto é, mais que o dobro do valor inicial contratado. Tendo em vista o valor final custeado em detrimento do valor inicial contrato, observa-se que é preciso se refletir com mais acurácia sobre o uso consciente e sustentável desses elementos ofertados pelas instituições financeiras, sob risco de maximizar os fatores de endividamento, ainda mais quando são realizados para custear outras dívidas já assumidas e vencidas ou mesmo financiar atividades que não sejam de investimentos (gerem rentabilidade, renda passiva).

Pouco se conhece sobre os efeitos dos juros embutidos nessas contratações, o que torna o problema ainda mais desafiador, especialmente porque, além da deficiência de construção de conhecimento em educação financeira na sociedade como um todo, tem-se percebido uma mesma reprodução na classe de servidores públicos federais, considerando esse segmento um público com um maior acesso à informação e em poder aquisitivo. O primeiro argumento, por si só, endossa a justificativa de se dialogar sobre temática tão relevante (PEREIRA, *et al.*, 2020; ALMEIDA, 2023; OLIVEIRA; HORTA, 2023).

Outro forte argumento para a reflexão acerca do uso indiscriminado de recursos para o empréstimo consignado, com uso total da margem disponível ao servidor (45%) é, de maneira inegável, o grau de endividamento refletido no comprometimento da qualidade financeira dos

⁴ Disponível em: <<https://extra.globo.com/economia-e-financas/servidor-publico/simulacoes-indicam-quanto-servidor-federal-pagara-no-fim-do-emprestimo-com-aumento-da-margem-do-consignado-para-45-25618974.html>>. Acesso em: 21 out. 2023.

servidores públicos federais com contratos abertos nas instituições financeiras credenciais ao Governo Federal. Por ser a parcela acordada no contrato de empréstimo descontada de forma direta do contracheque, a sensação de comodidade, facilidade e simplificação de processos de contratação e demais trâmites procedimentais, escondem o quanto, de fato, esse compromisso financeiro assumido pode impactar em sua qualidade de vida e em suas outras áreas.

Nesse ínterim, são relevantes os principais estudos empíricos sobre a necessidade de se incentivar, em nível institucional, ações e práticas normativas e orientadoras sobre finanças pessoais, planejamento financeiro, economia doméstica, poupança, investimentos, além de se refletir criticamente sobre o uso desses recursos financeiros facilmente oferecidos a servidores públicos federais, em função dos privilégios dessa classe funcional e a abertura para tal. Logo, estudos como os propostos por Pereira *et al.* (2020), Silva (2020), Pereira (2021), Gonçalves (2021), Paulino (2021), Souza (2021), Silva e Góis (2022), Carmo (2023), etc., debruçaram-se sobre o papel dos empréstimos e dos créditos consignados no aumento do endividamento de servidores públicos federais de diversas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Nesse ponto, o desenvolvimento de um estudo *in loco*, no contexto da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), sobre perfis, comportamentos e as motivações ao endividamento por uso de empréstimo (crédito) consignado, é fundamental para ampliar todos os olhares sobre a realidade institucional e o conhecimento de profissionais como aspectos da educação financeira.

Por outro lado, pretende-se apresentar um panorama da situação de endividamento dos servidores ativos da Univasf, inicialmente apenas sob a perspectiva das operações de créditos consignados com desconto em folha de pagamento, como forma de demonstrar o impacto que tais descontos incidem na capacidade financeira dos servidores, bem como corroborar com a ideia de que é necessário o aprofundamento dos estudos nesse tema e adoção de práticas pela Administração Pública, que possam contribuir para a melhoria do cenário.

No contexto da atuação da Gestão Pública, em relação a servidores públicos federais, especialmente, têm-se enxergado, pois, os reflexos consideráveis do endividamento financeiro no desempenho laboral e psicológico, afetando as demandas existentes e o serviço dedicado à coletividade, sendo esta uma das suas finalidades precípuas.

Evidentemente, as práticas e ferramentas estratégicas são articuladas e desenvolvidas para se fomentar a cultura de mudança nesse sentido, entre elas a capacitação e o treinamento em finanças pessoais e em educação financeira. Contudo, ainda assim, apesar das iniciativas, ainda são rasas as proposições e recursos para dirimir essas problemáticas.

4 METODOLOGIA

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Quanto à abordagem do problema da pesquisa, a dissertação classificou-se como de abordagem descritiva e viés exploratório, considerando que os resultados foram apresentados, organizados e categorizados por levantamento dos principais e recentes estudos acadêmicos na área de endividamento, empréstimo consignado e de educação financeira no contexto do serviço público federal (Administração Pública).

Conforme os apontamentos conceituais de Creswell (2010), a pesquisa descritiva é a forma metodológica orientada para a investigação, análise, registro e a interpretação dos fatos produzidos do mundo físico, em sociedade, onde o pesquisador não pode interferir.

O cerne da pesquisa descritiva possibilita que o pesquisador possa observar, registrar e analisar fenômenos, inclusive sociais, a fim de explorar diversos vieses e conhecer variáveis que interferem em determinado fenômeno e, dessa maneira, propor soluções estratégicas que sejam mais produtivas e situacionais (RAUPP, *et al.*, 2003), a exemplo da investigação dos fatores de endividamento do servidor público, por contratação de empréstimo consignado e as ferramentas que a Administração Pública poderá utilizar como mecanismo de enfrentamento ao problema.

A pesquisa também definiu-se no escopo da análise correlacional, uma vez que busca esta apresentar as relações que possam existir entre as variáveis ou os fenômenos sociais, sem estabelecer necessariamente uma condição de causa e de efeito (BEUREN, 2006), neste caso implicações do uso do crédito consignado e suas relações com os graus, comportamentos e os perfis de endividamento.

4.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA QUANTO À NATUREZA

No tocante à natureza da presente pesquisa, classificou-se esta como desenvolvida em uma perspectiva quantitativa. Esta abordagem tende a promover uma maior segurança, rigor científico e recurso de análise para os estudos, em especial nas áreas das Ciências Humanas, em que está a Administração e Gestão Pública enquadradas.

De acordo com a concepção de Bogdan e Biklen (2003), pesquisa quantitativa explora os dados e as informações, numéricas ou estatísticas, investigadas buscando significado e suas influências no contexto social, construindo um olhar especial sobre o fenômeno pesquisado.

Este meio de análise busca identificar as particularidades do fenômeno, de maneira a torná-lo mais claro e objetivo para estudo do pesquisador, ao se analisar dados numéricos (RAUPP, *et al.*, 2003; CRESWELL, 2010), admitindo, inclusive, relações comparativas.

A pesquisa quantitativa analisa os dados de ordem numérica, percentual, fracionária ou racional das informações, a fim de facilitar a sistematização, a organização e a categorização (CRESWELL, 2010). Nesse contexto particular do referido estudo, o tempo de exercício na instituição, quantidade de rubricas de empréstimos consignados, número de servidores ativos, valores descontados da remuneração, dentre outros, são enquadrados enquanto indicadores de base quantitativa.

4.3 CLASSIFICAÇÃO QUANTO À ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Quanto à estratégia de pesquisa, a dissertação foi construída por meio de uma Revisão de Literatura (GALVÃO; RICARTE, 2020), para a análise e a identificação dos principais desafios e as consequências do uso do crédito consignado no montante e endividamento no servidor público federal; além do método supramencionado.

Desenvolveu-se, também, para fins de diagnóstico situacional *in loco* e descrição dos quadros gerais do crédito consignado adotado pela instituição em foco (Univasf), uma coleta de dados institucional de fonte primária, em acesso aos principais sistemas do Siape/SIGRH (gênero, idade, carreira, idade, tempo de serviço, etc.).

A Revisão de Literatura, considerando, pois, a sua vertente de pesquisa bibliográfica é aquela:

[...] empregada nos casos onde se quer medir os efeitos de ações, intervenções ou programas (etapa 1) e explicar as diferenças em seus efeitos (etapa 2). Nessa modalidade de revisão, a integração ocorre entre as etapas quantitativa e qualitativa, na medida em que a síntese quantitativa (etapa 1) fornece subsídios para a síntese qualitativa (etapa 2), e na interpretação dos achados das duas etapas (GALVÃO; RICARTE, 2020, p. 62).

Aqui, a base qualitativa diz respeito às análises e a discussões do pesquisador sobre os dados coletados e organizados. O modelo será empregado por meio de levantamento de dados institucionais dos servidores públicos federais da Universidade Federal do Vale do São Francisco e também as informações gerais em base de dados própria (Siape/SIGRH), no qual o pesquisador também integra o quadro de servidores técnicos da instituição, bem como dados orçamentários e comprometimento de renda salarial em crédito consignado (cujos indicadores

não apresentarão a identificação dos servidores, tampouco será realizada entrevistas com os mesmos), e a consequente exploração dos dados para proposição de ações e das práticas estratégicas para enfrentamento do endividamento no contexto da Administração Pública, na forma de produto técnico, aqui adotado uma cartilha orientadora, com potencial de ser, dentro da instituição, distribuída e acessibilizada a todos os servidores públicos federais, por meio de e-mail institucional, ações de grupos de trabalho, ações de capacitação profissional, etc.

Para fins de discussão e aprofundamento das reflexões, especialmente no contexto das relações jurídicas, foi utilizada metodologias afetas à pesquisa documental (SILVA, 2009), nesse sentido, garantirá a consulta às legislações, assim como às normativas institucionais e às leis nacionais vigentes, para dar solidez e fundamentação, a exemplo da Lei nº 11.091/2005, que versa sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), e da Lei nº 12.772/2012, que dispõe do Plano de Carreiras e de Cargos de Magistério Federal, no contexto das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências, além da Lei 14.181/2021, conhecida como a Lei do Superendividamento, dentre outras delineadas no referido escopo do serviço público federal.

Os docentes e os TAEs serão, dentro do escopo de análise oriunda da coleta dos dados no sistema Siape/SIGRH, sujeitos centrais da pesquisa, sendo considerados apenas dados dos servidores públicos federais ativos para fins de diagnóstico e discussão. Os servidores dessas categorias de análise fazem parte do quadro funcional da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf).

Evidentemente, outras leis e os regramentos jurídicos serão consultadas, em especial a Constituição Federal de 1988, bem como a Lei nº 8.112/1990 (Estatuto do Servidor Público Civil) e demais normativos que tratam sobre o tema.

4.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

O levantamento dos estudos acadêmicos, para a construção da Revisão de Literatura e o aprofundamento das análise discursivas, foi realizado nas seguintes bases de dados *online*: Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e Banco de Dissertação e Teses (BBDT), sendo estas indexadas ao Portal de Periódicos da Capes. Foi utilizada, também, a plataforma Spell (*Scientific Periodicals Electronic Library*), esta diretamente ligada à área de Administração e concentração de estudos em Gestão Pública.

Para a pesquisa dos estudos acadêmicos, foram aplicados os seguintes descritores (com seus respectivos identificadores booleanos): Endividamento "AND" Servidor Público "AND" Administração Pública "AND" Crédito Consignado "AND" Educação Financeira;

Enquanto critérios de inclusão, foram considerados os achados acadêmicos dentro da temática (exclusivamente) e publicados entre 2019 a 2023, em língua portuguesa, por autores nacionais, com acesso na íntegra para *download*.

Por sua vez, como critérios de exclusão, foram desconsiderados os estudos diversos à temática adotada, com publicação anterior a 2019, desenvolvidos por autores estrangeiros ou textos não disponibilizados na íntegra (resumos). No entanto, para a construção da teoria (seção de Referencial e Desenvolvimento Teórico), foram utilizados estudos mais tradicionais e antigos na área de Administração Pública e Educação Financeira, considerando a relevância dos autores e a sua expertise temática.

Na seção de Resultados e Discussão, foram adotados, para fins de análise quantitativa, os seguintes descritores (indicadores de análise), evidenciados no Quadro 1:

Quadro 1 - Indicadores de análise quantitativa adotados no estudo

Número de servidores (ativos) na instituição (docentes e TAEs)	Quantidade de crédito consignado
Número de servidores com crédito consignado contratado (desconto)	Indicadores de endividamento (grau)
Crédito consignado por faixa etária	Endividamento de curto ou longo prazo
Crédito consignado por tempo de instituição	-

Fonte: Elaboração própria (2023).

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 O SERVIDOR PÚBLICO E SEU PAPEL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: OLHAR BREVE SOBRE O TRABALHO, REMUNERAÇÃO E IMPACTOS

É inegável que a sociedade tem apresentado, pois, um grande desenvolvimento socioeconômico, sendo isto reflexo considerável da participação de entidades governamentais, além de atuação política, órgãos diretos e demais agentes.

Evidentemente, considerando o arcabouço estrutural e os níveis organizacionais, são ações, estratégias e práticas destinadas à satisfação de demandas da sociedade contemporânea desempenhadas por grupo de atores especializados, capacitados e munidos de competências e de responsabilidades comuns: o servidor público (BRESSER-PEREIRA, 2022).

Em geral, são servidores públicos, escalados na matriz estrutural da Administração Pública, que realizam - em escala operacional e estratégica - as atividades laborais necessárias para garantir continuidade e sustentabilidade do desenvolvimento social, atuando também na concepção e acompanhamento global dos serviços entregues à sociedade (PINTO; SANTOS, 2017; MARIANO; SOUZA, 2020).

De fato, torna-se a Gestão Pública e os seus servidores públicos partes indispensáveis do processo de desenvolvimento social, já que, a partir da execução de serviços essenciais e finalísticos, buscam promover uma sociedade mais amparada pelos aparatos do Estado. Nesse sentido, é, pois, a Administração Pública, em um conceito mais amplo, “todo aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas” (MEIRELLES, 2019, p. 145).

Ainda dentro da perspectiva de definição, Meirelles (2019, p. 147) destaca que:

Administrar é gerir serviços públicos; significa não somente prestar serviço executá-lo, como também, dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil. Existe íntima sintonia entre a Administração Pública e Serviço Público, fazendo pressupor, clara e nitidamente, que a execução deste seja feita privativamente por aquela, quer diretamente, quer por delegação. O fim do Estado é organizar e fazer funcionar os serviços públicos.

Em sentido subjetivo (funcional), a Administração Pública corresponde às pessoas jurídicas, órgãos e aos agentes públicos que executam a atividade administrativa, sendo este último contemplando a atuação do servidor público na consecução dos objetivos coletivos. Logo, o servidor público é “a pessoa legalmente investida em cargo ou em emprego público na administração direta, nas autarquias ou fundações públicas” (BRASIL, 1990).

Segundo as normativas e os regramentos existentes, servidores públicos são todos os agentes que mantêm um vínculo de trabalho profissional com a Administração Pública, no exercício de cargos ou empregos, a fim de atender a interesses sociais e coletivos, por meio de diversos princípios e metas (ALVES, 2010). Para o desempenho das atividades laborais, são, pois, servidores públicos remunerados a partir das qualificações, da complexidade função, da segurança no trabalho, entre outros requisitos, sendo pagos por cofres públicos (CARDOSO; OLIVEIRA; SOUZA, 2020).

A remuneração do servidor público é, dessa maneira, o vencimento do cargo que exerce, somado às vantagens financeiras definidas em lei, sendo o vencimento a retribuição econômica (fixa) pelo desempenho das diversas atividades no viés da Administração Pública. Outrossim, a remuneração é um valor que deve acompanhar índices de inflação, sob risco de perda ou comprometimento do bem-estar e também qualidade de vida do servidor público e os seus dependentes, carecendo de atualização monetária e de reposição, em geral anual, a fim de subsidiar aspectos sociais considerados como fundamentais e garantidos por lei (CLARK; LIMA, 2019; CARDOSO; OLIVEIRA; SOUZA, 2020).

Muito tem-se discutido e refletido sobre o papel da Administração Pública nas ações e práticas que politizam os comportamentos de seus próprios agentes de trabalho, chamados de servidores públicos, a partir da construção de uma cultura de desenvolvimento laboral que, por si só, expliquem as diversas lógicas que determinam os comportamentos destes dentro dos ambientes de trabalho, implicando em produtividade, valor agregado e, como retorno dessas iniciativas, parte do Estado a contrapartida de remunerá-los devidamente.

Não é de hoje, de fato, que a Administração Pública tem buscado tornar-se distinta e inigualável às dinâmicas da iniciativa privada. Apesar de certas semelhanças em seus modelos de gestão estratégica, aquela tem dedicado maiores esforços para atender à necessidade social por meio de entrega de serviços públicos de qualidade e focalizados no contexto em que são definidas. Enquanto que a iniciativa privada visa à disponibilização de produtos e serviços no mercado consumidor, com fins eminentemente lucrativos e de competitividade, por sua vez, a Gestão Pública opera suas diversas atividades e processos operacionais, táticos ou estratégicos em outra direção, contemplando a sociedade como construto a ser dimensionada, pautando os seus escopos em critérios universais de legalidade, igualdade, isonomia, impessoalidade, bem como eficiência no utilização dos recursos produtivos e da valorização dos recursos humanos (PERERIRA *et al.*, 2020).

Ao longo de suas reformas administrativas, a Gestão Pública enfrentou um conjunto de dilemas que dizem respeito ao seu corpo de servidores. Historicamente, enquanto ainda se

germinavam os princípios da administração pública, cercada de contradições e conflitos, via-se na definição de uma estrutura organizacional articulada e politicamente consistente com os seus ideias um caminho para instituir políticas públicas que discutissem as responsabilidades e competências do Estado diante da coletividade (SILVA; GÓIS, 2022).

De uma estrutura conservadora e burocrática, em que os serviços públicos tinham um *status* de mera formalidade, regras, certa morosidade no processo decisório e a estruturação de cargos e funções mais centralizadas, ainda mais com alguma autonomia, aos poucos, foram os modelos mais rígidos sendo convencionalmente modificados para uma gestão mais moderna e flexível, aberta à presença de contingências ambientais, suscetível às verdadeiras necessidades sociais. Esse modelo mais contemporâneo convencionou uma Administração Pública pautada em caráter mais gerencial, cujas aspirações foram inspiradas em outros modelos de gestão que exalavam êxitos em outros países desenvolvidos (GONÇALVES, 2021; AKKARI, 2022).

Mas, durante essa fase de transição da Administração Pública, quais as características dos servidores públicos da época e quais as particularidades contextualizam a sua ação laboral nos dias de hoje? Com a abordagem burocrática e tradicional, os profissionais encontravam-se concentrados em cargos mais centralizados e estratégicos, alguns ocupando postos um pouco mais operacionais, de atendimento. O número de profissionais contratados mediante concurso público, nesse período, era praticamente irrisório, e mal conseguia competir com aqueles que eram nomeados e alocados por meio de outras dinâmicas, especialmente mais fundamentadas em poder e autoridade política (CHACON, 2019; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

Essa classe especial de funcionários do Estado desempenhavam suas atividades em ambientes instáveis, que experimentavam sucessivas mudanças na cultura, estruturas e quanto ao clima organizacionais, uma vez que a própria Gestão Pública enfrentava, nos alicerces, um conjunto de transformações profundas. Eram esses funcionários remunerados com base em lei definida, versada nas atribuições, carga horária, e tarefas estritas. Os profissionais realizavam as tarefas a eles destinadas, apenas, sem estabelecer incentivos ou interesses em "fazer mais e melhor", entregar valor superior, superando as expectativas; não existia espaço para inovação, aprendizagem organizacional e seu desempenho era mensurado de formas ainda muito lentas e incipientes, cujas avaliações raramente influenciavam estratégias melhores para valorização (CHACON, 2019; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

Com o despontar da Administração Pública Gerencial - especialmente na década de 80 e 90 -, não apenas as bases organizacionais, como também a própria concepção de serviço público e os servidores adquiriram outra dimensão de análise e atenção. Os serviços públicos tornaram-se mais refinados, focais e sistêmicos, abrindo precedentes para os mecanismos de

controle por parte de suas tessituras (interno), de órgãos especiais (externo) e da sociedade (social), para construtos contemporâneos como a qualidade, a efetividade, a finalidade, etc. (CHACON, 2019; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023)

Por sua vez, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, em caráter especial, a Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais) foram mecanismos regulatórios considerados substanciais para desenvolvimento do conceito de servidor público, instituindo os estímulos necessários à valorização do trabalho, à possibilidade de progredir na carreira, desenvolver suas competências e habilidades, refletindo em remuneração compatível não somente com suas atribuições e carga horária, mas ao seu nível de complexidade, de valor social, desempenho, performance, produtividade, qualidade de vida, dentre outros aspectos (GONÇALVES, 2021; CARMO *et al.*, 2023).

O período em que se formatou a consolidação da ideia de Gestão Pública Gerencial no Brasil coincidiu, evidentemente, com outras significativas inovações, como as tecnologias de ponta, desenvolvimento do mercado consumidor, ampliação do acesso a produtos diversos e diferenciados, redemocratização e expansão da capacidade de empregabilidade do país.

Considerando um maior acesso à informação, expandindo sua capacidade decisória e autônoma, foram os servidores públicos desse período mais críticos, realistas e questionadores em relação aos próprios desejos de consumo. Isso ajuda a explicar, dentre outros fatores, que, à época, o consumo de bens e acesso a serviços por parte da classe de servidores públicos era mais consciente e racional. Apesar do mercado mais abastado e competitivo, o freio exercido pelos servidores públicos em suas ações de consumo deve-se, exponencialmente, a duas áreas de análise: a primeira diz respeito a uma lógica de consumo mais criteriosa e racional, típica do período vivenciado e cultura da época (CHACON, 2019; GONÇALVES, 2021; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

Em segundo, predominantemente, o início da década de 90 despontou no Brasil com o fenômeno da hiperinflação no governo de Fernando Collor de Mello, cujas taxas atingiram nos três primeiros meses, respectivamente, 56% (janeiro), 73% (fevereiro) e 84% (março). As altas sucessivas da inflação encareceu produtos acessíveis no mercado, também itens básicos, como alimentos e outros produtos essenciais à rotina das pessoas. Além disso, interinamente, o governo estimulou reduções de cargos, salários e benefícios, como formas de amenizar esse cenário intimidador. Ficou a sociedade mais recolhida em suas necessidades de acesso a bens supérfluos e o consumo foi delimitado por escolhas mais criteriosas (CARMO *et al.*, 2023).

À frente, com a estabilização econômica e o acerto dos eixos políticos no Brasil, a Administração Pública promoveu mais uma série de configurações em seus próprios modelos

de gestão, aproveitando as oportunidades de intermediar negócios estratégicos com o mercado fornecedor, a fim de acelerar os padrões de conformidade e de qualidade de serviços públicos ofertados à coletividade. Outrossim, o servidor público gozava de melhorias em sua condição laboral, com valorização da remuneração e proteção aos seus benefícios trabalhistas oriundos da força de lei (CHACON, 2019; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

Com a profusão de novas tecnologias, entrada de organizações no mercado e o maior poder aquisitivo da classe dos servidores públicos, observou-se que estes passaram a dispor de melhores condições e qualidade de vida, consumindo cada vez mais para justificar o estado de euforia, pertencimento social, segurança e conforto. Uma associação desse período, pois, com a Pirâmide Hierárquica das Necessidades de Maslow, revela que encontravam-se os desejos de consumo do servidor público no contexto da Administração Pública contemporânea, eram mais compatível com os estratos de socialização, segurança e de estima (CHACON, 2019; BRANDÃO, 2021; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

O consumo explodiu, o mercado expandiu-se ainda mais e as empresas produtoras de diversos gêneros de bens e serviços passaram a dominar posicionamento e buscar um público consumidor fidelizado e cativo. Para o servidor público, nesse período, desenvolviam-se as oportunidades para adquirir mais bens de consumo e de serviços específicos, antes margeados por não ser prioridade, em função da valorização da remuneração e a ampliação de benefícios concedidos.

Adentra-se, a partir daqui, nos meandros e em aspectos característicos dos servidores públicos e suas particularidades no escopo do trabalho, remuneração e contexto de consumo, o que tende a levar a condições desafiadoras de endividamento, gestão financeira e, por fim, a necessidade de se instituir no imaginário desses profissionais uma cultura fundamentada em educação financeira, escolhas conscientes e consumo racional.

5.2 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE CONSUMO E OS OLHARES SOBRE AS NECESSIDADES HUMANAS: UM RECORTE DO CONTEXTO BRASILEIRO

Com a globalização, revolução tecnológica, configurações no sistema econômico e a abertura comercial, observou-se o desenvolvimento de uma estrutura mercado consumidor em que se proliferavam inúmeras organizações. Essa diversidade veio cercada da necessidade de se enfrentar o padrão altamente agressivo de competitividade, a fim de conseguir, por práticas de gestão estratégica, posicionar seus produtos e serviços, com ênfase em estimular interesse de compra dos consumidores.

Com expansão da concorrência entre as empresas e os combates estratégicos para se destacar no mercado, as empresas passaram cada vez mais a estabelecer diagnósticos acerca dos comportamentos, gostos e necessidades dos consumidores, definindo aspectos de inovação e a diferenciação de seus produtos e serviços, a manutenção dos canais de comunicação com os clientes, uma gestão orientada para a criação de valor agregado e de qualidade, buscando, com isso, fortalecer sua presença e imagem (BRANDÃO, 2021; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

A conquista e a fidelização dos consumidores têm sido, ainda mais nos dias de hoje, frente à multiplicidade de opções de compra, um dos principais pilares da gestão corporativa. Atrair atenção, cativar, acionar uma necessidade e efetivamente fechar uma venda tornaram-se atividades cada vez mais perseguidas pelas organizações, pois os gostos, interesses, visões e necessidades de consumo encontram-se alicerçados em aspectos mais racionais.

Desde a década de 1960, quando o mercado nacional engatinhava com o projeto para estimular a abertura competitiva ainda às empresas e indústrias de bens de consumo, seguindo fluxo natural e também político de desenvolvimento socioeconômico, observava-se um perfil de consumo cujas características, apesar de marcantes para as gestões da época, possuía traços de atendimento à satisfação das necessidades básicas e, em algumas dimensões, de segurança - primeiras concepções das necessidades humanas propostas na Pirâmide da Hierarquia das Necessidades de Maslow (CHACON, 2019; BRANDÃO, 2021; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023), conforme Figura 2, abaixo:

Figura 2 - Pirâmide da Hierarquia das Necessidades de Maslow



Fonte: Motta e Vasconcelos (2022, p. 34).

O modelo piramidal proposto por Maslow atua por meio de uma análise intuitiva das necessidades humanas, considerando-as como hierarquizadas. Isso significa destacar que são as necessidades dos indivíduos demarcadas sob uma lógica de satisfação de um nível para se direcionar ao seguinte. Parte-se, inicialmente, da realização das necessidades mais básicas que asseguram a sobrevivência orgânica e espacial das pessoas, para, em seguida, posicionar-se no novo nível, o de segurança e assim sucessivamente até atingir o topo da pirâmide (MOTTA; VASCONCELOS, 2022).

Conforme apontado, o mercado nacional observado entre as décadas de 1960 a 1980, descrevia um ambiente em que as empresas produtoras dos bens de consumo ofertavam seus produtos e serviços para atender à satisfação das necessidades básicas dos consumidores e, em um menor grau, das necessidades de segurança. Com isso, dimensões como a diferenciação e inovação, bem como a qualidade, ainda não eram características estratégicas, isso porque, à época, poucas empresas dominavam o mercado de consumo (monopólios) e o comportamento do consumidor era praticamente regulado por esse grupo corporativo dominante e também por dimensões socioculturais do país (CHACON, 2019; BRANDÃO, 2021; MAZON, 2023).

Na década de 1990, houve uma mudança expressiva no desenvolvimento de mercado e, politicamente, foram estimuladas a competitividade e abertura às demais empresas, com a concessão de benefícios e dos incentivos oferecidos pelo Estado para se dinamizar a economia que, nesse período, enfrentava flutuações de inflação, alta no preço dos produtos e serviços, desvalorização da moeda nacional e uma forte recessão econômica. O Produto Interno Bruto (PIB), em 1990, conforme o indicativo do Fundo Monetário Internacional (FMI), representava cerca de 3,6% do montante mundial (BRANDÃO, 2021; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

Com a abertura e regime de mudanças reativas à crise, o mercado interno também tornou-se atrativo para investimentos estrangeiros, que passaram a gerar, no território, divisas financeiras e oportunidades para uma reconstrução de uma economia mais sólida e dinâmica. Observou-se, dessa maneira, com os estímulos à competitividade, uma maior disponibilização de bens de consumo no mercado e a formatação de um novo perfil de consumidor (MOTTA; VASCONCELOS, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

Entre a década de 1990 e os anos 2000, as tecnologias, ainda que de modo incipiente, e a profusão de propagandas e anúncios geradas pelas empresas, tornaram o consumidor mais informado, mais atento e racional aos gastos, observância de custo-benefício como critério de decisão de compra e busca contínua por qualidade e durabilidade. Evidentemente, o preço era o principal fator para a concretização da compra, mas percebiam-se movimentações para uma

visão mais agregada dos produtos (CHACON, 2019; BRANDÃO, 2021; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

Aqui, as necessidades sociais e de estima passaram a orientar a política produtiva das empresas e os comportamentos do consumidor (Pirâmide da Hierarquia das Necessidades de Maslow). As pessoas não buscavam satisfazer apenas suas necessidades primárias (básicas) e de segurança, conforme foi observado nas décadas anteriores, mas, com o acesso a produtos e serviços variados e seu poder de informação veiculada pela mídia televisiva e rádio, buscava-se satisfazer outros níveis e interesses.

O nível social concentrou, especialmente como referência em determinados grupos sociais, um novo perfil de consumo, definindo, pois, o surgimento de modismos e tendências, que rapidamente eram difundidas nas demais classes sociais. O nível de estima, por sua vez, estava concentrado em uma nova perspectiva: o desejo de pertencimento e aceitação social a partir da posse de determinados bens de consumo - criando uma demarcação de interesses por compras por impulso ou necessidade superior por produtos supérfluos e de luxo - e os efeitos do acesso a esses bens em sua estima, confiança, dentre outros (CHACON, 2019; BRANDÃO, 2021; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

Outrossim, tornaram-se esses elementos sociais e de estima principais motores para a construção de campanhas massivas de *marketing*, buscando acionar esses níveis e, com isso, gerar necessidade de posse sobre determinados bens de consumo, especialmente aqueles que comprometem sua renda. Todos esses movimentos internos e esforços das organizações para acionar a necessidade de estima, especialmente, vinculada à posse de um bem, delinearam um perfil de consumo menos racional, criterioso, mas especialmente gerado por impulso, emoção, etc. (CHACON, 2019; BRANDÃO, 2021; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023)

Considerando a inflação atual no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com referência ao mês de outubro de 2023, este valor é mensurado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo acumulado em percentual de 4,82% nos últimos doze meses⁵. Este índice determina a valorização da moeda nacional, o real, diante de uma maior capacidade de consumo de qualidade, considerando o preço dos produtos e dos serviços ofertados (SCHLOTTFELDT; DUTRA, 2022).

Atualmente, torna-se consenso na sociedade, os impactos reais da inflação no aumento de preços de bens considerados como indispensáveis ao cotidiano das pessoas, aqui também inclusos os servidores públicos (SCHLOTTFELDT; DUTRA, 2022).

⁵ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

Ainda de acordo com levantamentos empreendidos pelo IBGE, sofreram sucessivas altas nos preços o combustível, transporte, habitação, cuidados pessoais, alimentos, etc., estes reflexos diretos ainda do período pós-pandemia da COVID-19. Por outro lado, frente a uma maximização e ao crescimento nos preços, no âmbito do serviço público, observou-se que a remuneração e salários das pessoas não acompanharam devidamente o panorama, garantindo, em grande parte das famílias, em perdas que refletiram direta ou indiretamente na manutenção da qualidade de vida, no bem-estar e também em sua própria subsistência (PROFILI, 2021; SCHLOTTFELDT; DUTRA, 2022; PEREIRA; AGUIAR, 2023).

Mesmo diante de um cenário dessa dimensão, as intenções de consumo das pessoas se mantêm otimistas para as empresas, ora apresentando crescimentos, ora estabilizada, o que, de alguma forma, explica a manutenção e continuidade de gastos e de dispêndios com bens de consumo no Brasil, em grande parte encarecendo o estilo de vida de muitas pessoas, ao passo em que, para manter o *status quo* ou o desejo de pertencimento, angariam dívidas ao longo da vida, gerando aumento no endividamento e outros impactos (CHACON, 2019; BRANDÃO, 2021; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

Para elucidar a realidade de consumismo no Brasil - e este nem sempre acompanha o aumento de renda per capita ou familiar -, o estudo promovido pela Trigg⁶, com referência ao primeiro semestre de 2023, observou-se que 75% das pessoas entrevistadas pretendem comprar mais ao longo do referido ano. Para financiar este estilo de vida, o cartão de crédito mantém a posição preferencial de pagamento de brasileiros, com percentual de 85%.

O estudo realizado pelo IPC Maps 2023⁷ revelou que as famílias brasileiras tendem a desembolsar uma estimada e vultosa soma de R\$ 6,7 trilhões em compras diversas, aumento real de 1,5% em relação aos dados levantados em 2022. Outrossim, o estudo aponta ainda um crescimento de 5% no perfil empresarial do país, refletindo na abertura de novas empresas no mercado (1 milhão de novas unidades), especialmente no setor industrial, comercial e também serviços. Evidentemente, enquanto o consumo se mantém em franca expansão, gerando uma maior lucratividade às empresas, estas enxergam esse momento como oportunidades para uma maior garantia em infraestrutura e penetração de mercado (SIMÕES, 2020; CARMO *et al.*, 2023).

⁶ Disponível em: <<https://cndl.org.br/varejosa/diminui-o-numero-de-brasileiros-que-pretendem-consumir-mais-em-2023/>>. Acesso em 12 nov. 2023.

⁷ Disponível em: <<https://www.supervarejo.com.br/mercado/consumo-brasileiro-deve-atingir-r-67-trilhoes-em-2023/>>. Acesso em 12 nov. 2023.

A pesquisa do IPC Maps 2023 discriminou, ainda, com que brasileiros mais gastam o seu dinheiro, ficando a habitação, carro próprio e eletrônicos em posições privilegiadas. Por exemplo, o consumo de celulares com tecnologias de ponta (*Iphone* e as marcas mais caras do mercado) cada vez mais tem crescido no país, inclusive apresentou saltos surpreendentes na pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Considerado símbolo de *status* e pertencimento, celulares de última geração são exemplos clássicos de pressões sobre a renda individual ou de famílias no Brasil. Um levantamento realizado pela consultoria Oliver Wyman⁸, com dados de 2019, apontou que os brasileiros cortariam despesas com roupa, academias e alimentação fora de casa para dispor de celulares mais atualizados, como os *smartphones*.

No Brasil, 63% dos indivíduos com menos de 35 anos declararam estar dispostos a sacrificar um ou mais hábitos de consumo para garantir gastos com *smartphones*. Para aqueles com mais de 35 anos, o percentual foi de 44%.

A pesquisa revelou, também, outro aspecto significativo que explica como funciona o comportamento do consumidor em relação à conscientização de seus gastos. Isso porque 53% dos entrevistados preferem gastar com celulares que, por exemplo, poupar ou investir o dinheiro para o futuro.

Dessa maneira, conhecer como se comportam os consumidores e como estão estes e os demais propensos a gastos de renda com bens de consumo é um aspecto fundamental para as empresas e indústrias, uma vez que estas reconhecem, em partes, como gerar estímulos e os mecanismos de necessidade social ou de estima, especialmente, reforçando o crescimento dos consumos em produtos considerados menos essenciais (BUSNELLO; CORRÊA, 2021).

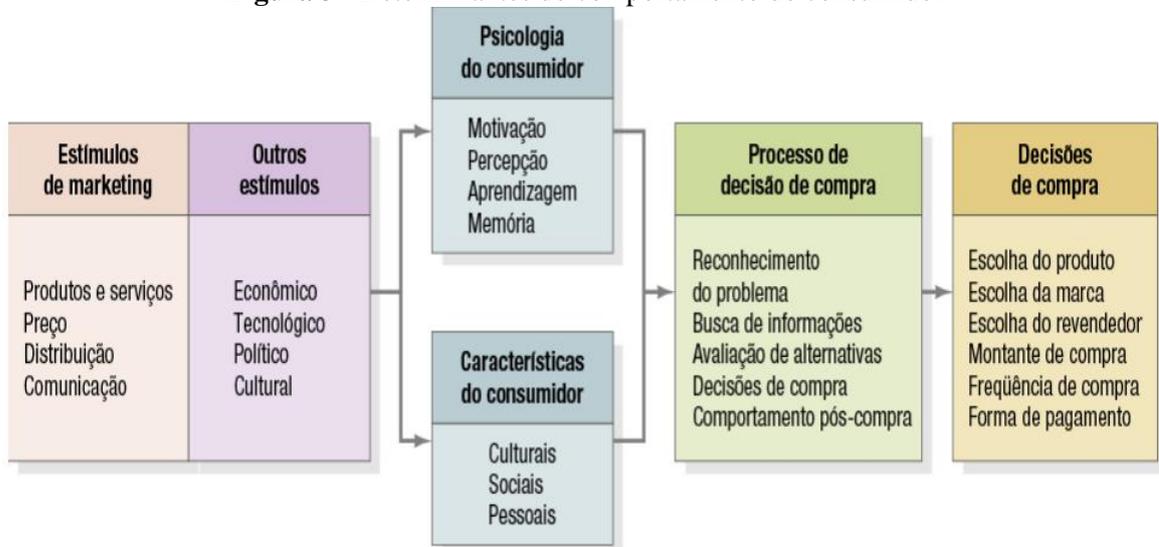
O comportamento do consumidor é fator determinante para a produção de bens e dos serviços disponibilizados no mercado competitivo, pois explicam as diversas perspectivas e as lógicas de compra que perpassam o imaginário social acessível e disponível. De acordo com entendimento de Kotler (2012), o comportamento de compra é influenciado por alguns fatores principais, quais sejam: culturais, sociais, pessoais e psicológico. Os vieses sociais, culturais e pessoais, por si só, corroboram a predisposição maior de influenciar as compras, ainda mais ao contexto da necessidade de estima (pertencimento, aceitação, confiança, etc.).

Os fatores psicológicos encontram base nas decisões mais emocionais do consumidor e são alicerçados em aspectos e critérios personalíssimos, em parte, racionalizados (KOTLER,

⁸ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/brasileiro-sacrifica-roupa-e-refeicao-fora-de-casa-para-gastar-com-celular>>. Acesso em 12 nov. 2023.

2012). A Figura 3, abaixo, expressa como se determinam o comportamento de compra e suas influências formativas:

Figura 3 - Determinantes do comportamento do consumidor



Fonte: Kotler (2012, p. 172).

Ademais, num cenário com uma indiscriminada alta nos preços dos bens e serviços essenciais à sociedade e de perda salarial, mas ainda assim na realização de compras, torna-se comum o crescimento do endividamento e suas implicações na vida e rotina das pessoas, além de também repercutir no servidor público federal, que não se manteve imune a essa mudança.

5.3 CENÁRIO DO ENDIVIDAMENTO NO BRASIL: UM DIÁLOGO TEÓRICO SOBRE O ACESSO E USO DE CRÉDITOS E EMPRÉSTIMOS

Tal qual apresentado nas seções anteriores, os padrões de consumo e comportamento do consumidor, historicamente, foram evoluindo com o próprio desenvolvimento de mercado e fortalecimento das empresas produtoras de bens de consumo. Influenciado por vários fatores e contingentes, a exemplo do ambiente cultural, social e pessoal, especificamente, gerou-se no Brasil uma onda desenfreada de consumismo e volatilidade de produção (FELIPE, 2023).

Ao mesmo tempo em que crescem as opções e oportunidades de acesso a produtos e serviços cada vez mais refinados, diferenciados e também distintos, na contramão do inchaço produtivo e de ofertas, o poder aquisitivo que permite uma compra mais confortável, isto é, que não torna-se um peso no orçamento, nem sempre é acompanhado por uma esmagadora parte da

população brasileira. Mas, ainda assim, o crescimento do consumo cresce a olhos vistos (BUSNELLO; CORRÊA, 2021; AKKARI, 2022; FELIPE, 2023).

O que tem, de fato, desencadeado esse cenário mesmo diante de acesso a rendas que não possibilitam dispor dos produtos não essenciais ou supérfluos, considerando que estes são os maiores "vilões" do orçamento? A concessão de crédito e, por sua vez, as facilidades de que deles derivam são, hoje, as principais fontes de acesso a recursos rápidos pelas pessoas no Brasil. O crescimento no uso de crédito é explicado pelo aumento do número das instituições financeiras e a ampliação das oportunidades de acesso a modalidades, por meio de processos simplificados e desburocratizados, tornando-se, dessa forma, mais sedutores à sociedade.

De fato, o fenômeno do endividamento em território brasileiro não é recente, contudo adquiriu dimensões mais críticas e, nesse sentido, passou a integrar os centros de debates e de maior interesse político e social, ampliando o escopo estratégico que tem, apesar do consumo exacerbado e desenfreado oriundo das práticas capitalistas e das ações de *marketing* massivo, fomentado diálogos e reflexões cada vez mais assertivas (MILHOMEN, 2019; BUSNELLO; CORRÊA, 2021; CARMO *et al.*, 2023; MAZON, 2023).

No Brasil, como em grande parte dos países latinos, os indicadores de endividamento e inadimplência têm sido recorrentes e, em alguns aspectos, preocupantes do ponto de vista da saúde financeira da sociedade, desenvolvimento econômico e, em escala micro, capacidade de assumir compromissos e honrar o pagamento das dívidas. Tem sido crescente, de uma forma contínua, a escala de dívidas contraídas pelas pessoas, reduzindo seu poder de compra de bens essenciais, inclusive desestruturando famílias, desencadeando fortes reações socioemocionais e impactos na produtividade laboral.

Em nível macroscópico, o endividamento é corroborado pela concepção de causa de diversas falhas econômicas, conscientização social sobre a utilização sustentável e adequada de dinheiro e evidencia o nível de conhecimento em educação financeira geral, que reflete em capacidade de poupança, investimentos e maximização de renda ativa com alta rentabilidade e acesso em longo prazo. O imediatismo, o retorno conservador e as flutuações que se sucedem no mercado financeiro têm sido apontados como os principais motivadores para desestimular, por exemplo, investimentos no país, seja por meio de perfil mais tradicional ou agressivo (MILHOMEN, 2019; BUSNELLO; CORRÊA, 2021; CARMO *et al.*, 2023; MAZON, 2023).

A influência do consumo supérfluo e a sensação de pertencimento a grupos sociais, o acesso facilitado a opções variadas de crédito, uso abusivo de cartão de crédito ou de recursos de parcelamento, aliados à cultura da "ostentação", têm contribuído decisivamente para que os jovens ocupem uma posição de destaque entre os principais endividados e inadimplentes. Não

se mantêm constantes, no Brasil, os esforços e as iniciativas necessários para se fomentar, no público entre 18 a 30 anos, a necessidade de construção de patrimônio financeiro. Isso porque vive-se, hoje, um momento em que se estimulam posse de bens de consumo, muitas vezes em excesso, superando as necessidades individuais (BUSNELLO; CORRÊA, 2021; CARMO *et al.*, 2023; MAZON, 2023).

Tão preocupante quanto o cenário de endividamento, é também o processo de inadimplência no Brasil, de modo que esses termos encontram-se correlacionados dentro da maioria das pesquisas empíricas envolvendo controle e planejamento de gastos pessoais e das estatísticas mais recentes empreendidas nas diversas camadas sociais (MILHOMEN, 2019; BUSNELLO; CORRÊA, 2021; CARMO *et al.*, 2023; MAZON, 2023).

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada no ano de 2022, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens (CNC), apontou um número recorde de pessoas situadas nesses contextos, ao mesmo tempo em que se exponenciaram, por sua vez, o número de famílias com dívidas em atraso, incidentes em multas e reincidências de mora. De acordo com a PEIC 2022 ⁹, 77,9% das famílias brasileiras contraíram dívidas com o cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, consignados, carnês, crédito pessoal e financiamentos habitacionais ou automobilísticos. Isso significa dizer que, em um universo de 100 pessoas, 78 delas encontram-se em estágio de endividamento no país.

A Figura 3 apresenta esses indicadores levantados pela PEIC 2022:

Figura 4 - Principais indicadores de análise

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PEIC (percentual do total) – Média anual										
Famílias endividadas	62,5%	61,9%	61,1%	60,2%	60,8%	60,3%	63,6%	66,5%	70,9%	77,9%
Famílias com dívidas em atraso	21,2%	19,4%	20,9%	24,2%	25,4%	24,0%	24,0%	25,5%	25,2%	28,9%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	6,9%	6,3%	7,7%	9,2%	10,2%	9,7%	9,6%	11,0%	10,5%	10,7%
PEIC – Var. em p.p.										
Famílias endividadas	4,3	-0,6	-0,8	-1,0	0,6	-0,5	3,4	2,8	4,4	7,0
Famílias com dívidas em atraso	-0,2	-1,8	1,5	3,2	1,2	-1,4	-0,1	1,5	-0,3	3,7
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	-0,2	-0,6	1,4	1,5	1,1	-0,5	-0,1	1,4	-0,6	0,2

Fonte: PEIC/CNC 2022.

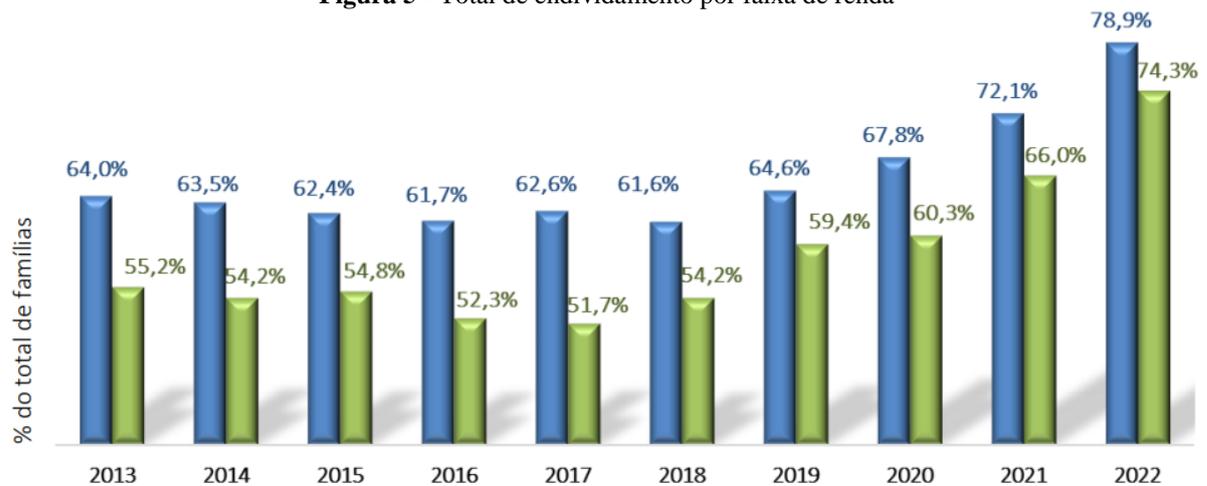
Tal qual observado na Figura 4, houve um crescimento na margem percentual de 7 pontos de 2021 para 2022, apontando este último como o maior percentual de famílias com as dívidas registradas desde 2013. 2022 também apresentou o maior percentual de famílias com dívidas em atraso e, por sua vez, 10,7% apontaram não dispor de condições para custear essas

⁹ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/peic>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

dívidas, protelando o perfil de endividamento em função da combinação de altas taxas quanto aos juros compostos e os custos das negociações embutidos no valor principal.

O ano de 2022 trouxe, também, nova realidade inimaginável. Dentre os devedores do período pós-pandemia da COVID-19, observou-se maior concentração na população com uma maior renda e, ademais, a proporção de endividados entre os mais ricos alcançou mais de 70% de consumidores desse grupo (Figura 5).

Figura 5 - Total de endividamento por faixa de renda



Fonte: PEIC/CNC 2022.

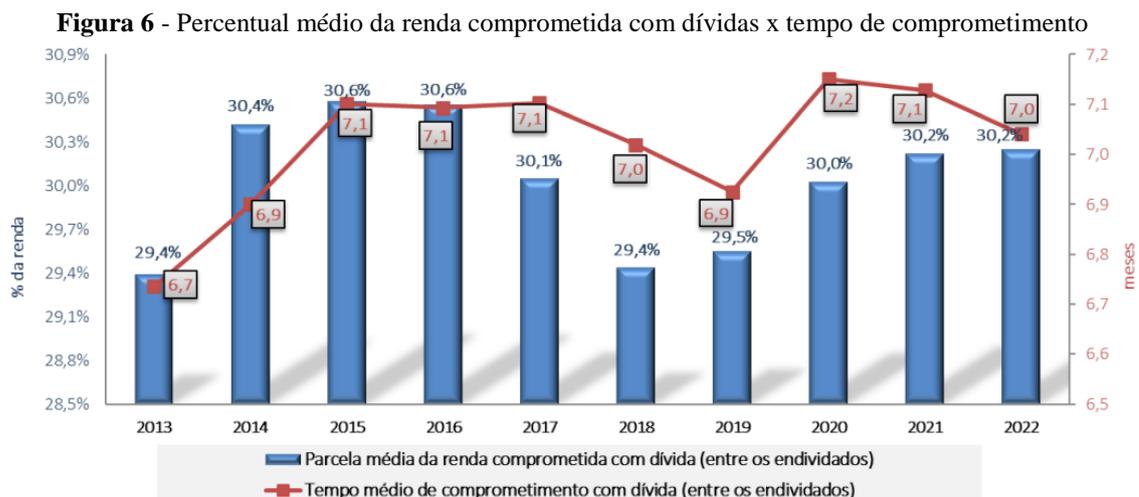
Os dados de 2022 contrapõem com a PEIC preliminar de 2023. Em abril de 2023, era de 78,3% o número de famílias endividadas e a previsão do órgão é de que esse percentual se incremente para 78,4% até o final do ano em questão¹⁰. Além disso, o mesmo levantamento preconiza que a parcela de inadimplentes – ou seja, os indivíduos com contas ou dívidas em atraso –, chegou a 29,1% das famílias brasileiras, sendo este percentual superior aos 28,6% de abril de 2022. Encabeçam esse incremento, especialmente, a classe média e outras classes de maior poder aquisitivo, que demonstra que o problema atualmente é de ordem social e, por isso, evidencia-se uma necessidade de maiores esforços e estratégias para enfrentamento do viés de endividamento e seus desafios.

A PEIC preliminar de 2023 aponta, ainda, que 86,8% dos consumidores endividados possuem dívidas no cartão de crédito e 9% com o crédito pessoal, colocando o acesso a esses recursos imediatos e mais facilitados como promotores da questão do endividamento no país e suas influências na inadimplência e perfil de consumidor contemporâneo.

¹⁰ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/endividamento-atinge-783-das-familias-brasileiras-diz-cnc>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Ainda no contexto da pesquisa de 2023, destacou-se, inegavelmente, a participação da renda comprometida para pagamento das dívidas, atingindo uma média de 30%, sendo este o percentual considerado - conforme observado em orientações de planejamento financeiro - máximo para esta destinação. Outrossim, este percentual não expressa uma situação de pleno conforto no tocante ao montante de recursos concentrados mensalmente, pois os demais bens de consumo, serviços e outras necessidades também são consideradas nos cálculos.

As dívidas contraídas com instituições financeiras, a exemplo de empréstimo pessoal e consignado, destacaram-se entre os dados apontados pela PEIC 2022. Nesse escopo, notou-se uma destinação média de 30,2% da renda para pagamento de dívidas com esses órgãos. Ao se considerar a estrutura de endividamento no Brasil, em que combinam-se diversas fontes de concessão de crédito, esse percentual torna-se um indicador que evoca um grau preocupante e crítico de endividamento. A Figura 6 traz a evolução da participação percentual de custeio de dívidas com instituições financeiras na renda do brasileiro (2013-2022).



Fonte: PEIC/CNC 2022.

Nesse sentido, para fins de reflexão, a PEIC 2022 apontou que, do número estimado de endividados, cerca de 21,5% precisaram de mais da metade de seus rendimentos para pagar dívidas, colocando este grupo em uma posição de tendência ao superendividamento.

De acordo com as disposições da Cartilha do Superendividamento desenvolvida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)¹¹, conceitua-se este termo enquanto “impossibilidade manifesta de o consumidor - pessoa natural e de boa-fé - pagar a totalidade de suas dívidas de

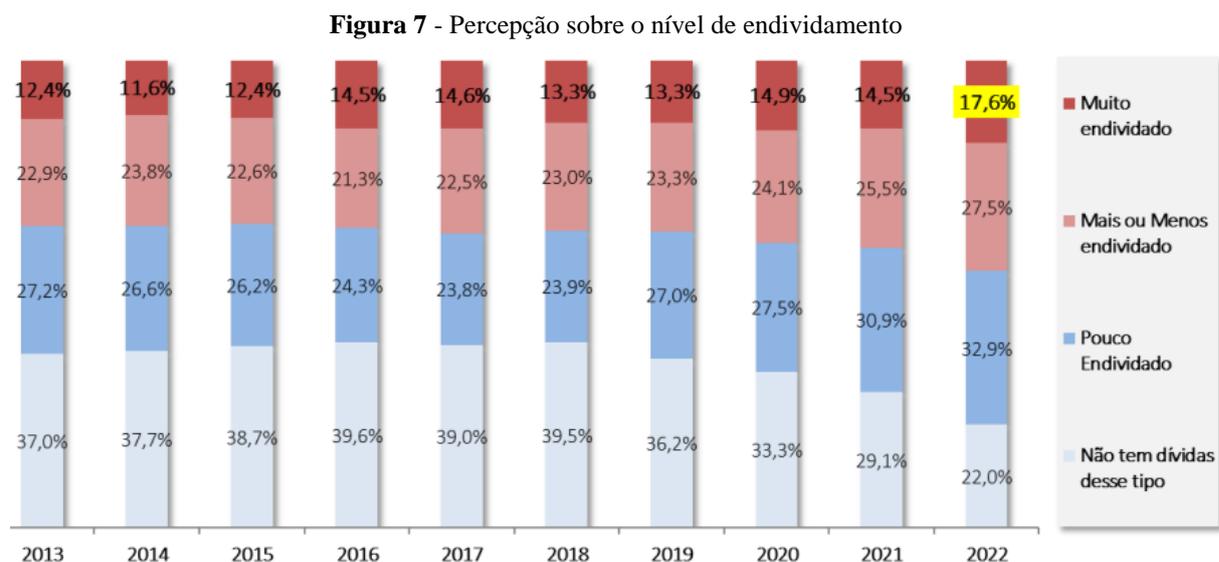
¹¹ Disponível em: < https://www.oab.org.br/Content/pdf/Cartilha_A4_Superendividamento%20-%20CEDC.pdf>. Acesso em 13 nov. 2023.

consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer o seu mínimo existencial”. Este conceito encontra-se explicitamente expresso na Lei nº 14.181, chamada Lei do Superendividamento, regramento este que altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC), em seu Capítulo VI - A, § 1º (PEREIRA, 2022).

A famigerada Lei do Superendividamento fornece, entre outras dimensões resolutivas, a possibilidade de desistir do empréstimo consignado, por exemplo, e o estabelecimento de um valor mínimo existencial que deve ser garantido nos acordos de renegociação de dívidas, de modo a resguardar os direitos de acesso ao mínimo existencial, segurança financeira, etc. (PEREIRA, 2022; MAZON, 2023)

Tem sido cada vez mais comum analisar as questões que perpassam os graus comuns de gastos, endividamento, inadimplência e superendividamento por meio das diversas óticas e percepções pessoais dos consumidores enquadrados nesses grupos. O compromisso assumido com geração de dívidas a serem integral ou parceladamente quitadas gera níveis de esforço e dispêndio de recursos financeiros que vão desde uma condição mais saudável até mesmo uma posição mais preocupante e crítica, aqui colocando o indivíduo em viés de muitos conflitos, carga emocional e mental, danos psicológicos, estresse e até mesmo efeitos na saúde física (VIEIRA *et al.*, 2023; CARVALHO; PEREIRA, 2023).

Quanto ao grau de percepção sobre o nível de endividamento por parte do consumidor participante da PEIC 2022, a Figura 7 discrimina essa realidade contextual, com base no percentual médio do total de endividados no Brasil.



Fonte: PEIC/CNC 2022.

Do exposto na Figura 6, acima, destaca-se que é de 27,5% o percentual de pessoas que enxergam a sua situação de endividamento como mediana, enquanto que, por outro lado, é de 17,6% o percentual daqueles que percebem-se em um cenário de grande endividamento - ou mesmo superendividamento.

Quando questionadas sobre a principal modalidade de dívida, esses resultados pela PEIC 2022 geraram os seguintes indicadores e apontamentos percentuais (Figura 8):

Figura 8 - Percentual médio de famílias endividadas nas principais modalidades de dívida – Brasil

Tipo de Dívida	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Cartão de crédito	75,2%	75,3%	76,1%	77,1%	76,7%	76,9%	78,7%	78,0%	82,6%	86,6%
Carnês	18,7%	17,0%	16,9%	15,4%	15,7%	15,4%	15,3%	16,8%	18,1%	19,0%
Financiamento de carro	12,2%	13,8%	13,7%	11,2%	10,2%	10,5%	9,9%	10,7%	11,6%	10,4%
Crédito pessoal	10,5%	9,5%	9,0%	10,3%	10,3%	9,4%	8,2%	8,5%	9,0%	9,0%
Financiamento de casa	6,1%	7,8%	8,3%	7,9%	8,2%	8,7%	8,7%	9,5%	9,1%	8,1%
Crédito consignado	5,2%	4,7%	4,6%	5,4%	5,6%	5,6%	5,5%	6,6%	6,5%	5,5%
Cheque especial	6,2%	5,6%	6,2%	7,2%	6,7%	5,8%	5,9%	5,9%	5,6%	5,4%
Outras dívidas	2,5%	2,3%	2,2%	2,4%	2,6%	3,0%	2,4%	2,2%	2,3%	2,2%
Cheque pré-datado	2,2%	1,8%	1,7%	1,7%	1,4%	1,1%	1,9%	0,9%	1,0%	0,6%
Não respondeu	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,3%	0,1%
Não sabe	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%

Fonte: PEIC/CNC 2022.

Apesar de o cartão de crédito ser a modalidade que incorre em maior participação na composição do endividamento dos brasileiros (86,6%, segundo PEIC 2022), o crédito pessoal e o consignado foram responsáveis por fatias expressivas desse problema, concentrando 9% e 5,5%, respectivamente. Foram destacados essas modalidades centrais, especialmente o crédito e empréstimo consignado, uma vez que, em se tratando de análise de incorrência sobre classe dos servidores públicos federais, tem-se observado um crescimento indiscriminado no acesso e uso dessa modalidade de contratação, considerando as facilidades, descontos automáticos no contracheque e recebimento mais rápido do crédito contratado.

Para esse público altamente influente para as instituições financeiras, o percentual de 45% da renda mensal percebida pelo servidor público federal que podem ser comprometidos com a realização de empréstimos consignados, tem gerado grandes retornos e atratividades a estas, e, por outro lado, potencializando a capacidade de endividamento, aqui desconsiderando a motivação central para contratação dessa modalidade de crédito.

O crédito consignado é definido como uma modalidade em que se desconta o valor integral da dívida ou de parcelas - previamente acordadas com o contratante - diretamente no contracheque, isto é, do salário (funcionários públicos e outros agentes funcionais regidos por leis trabalhistas diversos) ou remuneração (servidores públicos, regidos pela Lei nº 8.112/90). Para essa modalidade, considerando o menor grau de inadimplência do contratante, por ser

descontado diretamente da fonte pagadora, as taxas de juros são mais baixas e mais atrativas (AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

O crédito consignado consiste em uma categoria de crédito na qual instituições financeiras realizam convênios com entidades públicas e empresas privadas com a finalidade de ceder empréstimos para seus funcionários ou beneficiários mediante desconto em folha de pagamento das parcelas referentes ao empréstimo cedido. O crédito consignado também passou a abarcar os aposentados a partir de 2004 – nesse caso, os descontos eram feitos diretamente em folha junto ao INSS (CARMO *et al.*, 2023, p. 47).

Outra vantagem sedutora dos empréstimos consignados é, sem dúvida, possibilidade de parcelamento do crédito (o valor principal e os juros correspondentes) no longo prazo, em alguns casos em até 96 meses, segundo as operações das instituições financeiras. Em termos de regulamentação, o crédito consignado foi instituído no Brasil por meio da publicização da Lei nº 10.820, promulgada em 17 de dezembro de 2003, durante o governo presidencial de Luís Inácio Lula da Silva (GONÇALVES, 2021; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

A PEIC 2022 descortinou as reais dinâmicas financeiras que perpassam as diversas classes sociais brasileiras, equalizando o fenômeno do endividamento e inadimplência, com a inserção de grupos com maior disposição de renda e poder de compra nas estatísticas, fato que pouco ocupava pautas reflexivas, considerando sua participação nos levantamentos irrisória e rasa em vista dos demais segmentos sociais.

De fato, esse ineditismo definiu que vive-se, ainda mais atualmente, em um período com inflação considerável, encarecimento de bens de consumo, famílias mais numerosas, que explica a redução de poder de compra de grupos mais abastados da sociedade, enquadrando-se, aqui, os servidores públicos federais. Em média, a faixa salarial desses agentes encontra-se distribuída entre R\$ 5 a 12 mil, incluindo as vantagens e benefícios remuneratórios¹².

Em período em que experiencia-se, na pele, a concepção econômica de que “recursos são escassos, mas as necessidades humanas são ilimitadas”, aqui acrescentando-se a máxima de que “com dinheiro, não se brinca”, coloca-se o servidor público federal entre os principais alvos das instituições financeiras, que buscam cada vez mais seduzir esse público oferecendo oportunidades atrativas de acesso a créditos consignados, com taxas de juros mais baixas e em maior horizonte temporal de pagamento. Em princípio, a ideia de pagar em parcelas esconde a ideia básica de educação financeira: em qualquer operação de crédito, incorrem a presença de

¹² Disponível em: <www.glassdoor.com.br/Sal%C3%A1rios/servidor-p%C3%BAblico-federal-sal%C3%A1rio-SRCH_KO0,24.htm>. Acesso em: 14 nov. 2023.

juros compostos, que encarecem a dívida do servidor público no longo prazo (GONÇALVES, 2021; AKKARI, 2022; CARMO *et al.*, 2023).

E a ausência de conhecimento financeiro e dos planejamentos mais consistentes pelas famílias brasileiras, aliado ao custo de vida mais caro, tem contribuído para o endividamento dessa classe em evidência (GONÇALVES, 2021; CAETANO, 2023).

Ademais, conforme Pirâmide da Hierarquia das Necessidades de Maslow e estímulos socioculturais e pessoais observados por Kotler em seus principais estudos sobre definição do comportamento do consumidor contemporâneo, considerando faixa salarial mais alta quando comparada ao que percebe os demais grupos sociais, cria-se uma “ilusão” de que maior poder de compra e sua posição privilegiada justificam maiores e mais impensados gastos, inclusive com bens supérfluos ou financiando itens em longo prazo.

5.4 ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO: PRINCIPAIS MOTIVADORES E A VISÃO SOBRE USO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Adentrando no mérito que fundamenta a escolha temática de desenvolvimento deste trabalho de dissertação, serão discutidas e também aprofundadas as razões principais para o endividamento por parte dos servidores públicos federais e o foco discursivo na questão dos acessos a créditos consignados como fonte de diversas necessidades desses indivíduos.

Conforme registrado pelo IBGE, houve crescimentos significativo na inflação em 2020, com um percentual de 4,52%, em 2021 (10,06%) e 2022 (5,79%). A pandemia do novo coronavírus (COVID-19), inegavelmente, elevou o potencial da inflação e alta no preço de diversos itens, promovendo implicações na economia, em perda de valor de compra, e, por sua vez, na garantia de acesso pelas pessoas, uma vez que é o dinheiro o principal mecanismo de aquisição de bens e também de serviços essenciais (MARTINS; HENNIGEN, 2023).

Outrossim, sem reajuste salarial expressivo desde o ano 2017, a perda dos servidores públicos, aqui compreendidos os atuantes no nível federal, atinge 30% (CUT, 2022), o que compromete diretamente a qualidade de recursos financeiros e o uso eficiente na manutenção do bem-estar e sobrevivência familiar. Por outro lado, no ano de 2023 foi concedido reajuste linear de 9% a todos os servidores federais civis do Poder Executivo (BRASIL, 2023), o que não foi suficiente para recompor as perdas inflacionárias de períodos anteriores.

A inflação tem taxado o cotidiano da sociedade cruel e consideravelmente e, quando existe a ausência de reajustes salariais para acompanhar este fato, potencializam o cenário de crises econômicas, além de perda de valor da moeda e, em última instância, o descontrole das

pessoas na aplicação e uso do dinheiro na satisfação de necessidades básicas - a alimentação, a saúde, habitação, vestuário, educação, etc. -, refletindo em fatores de endividamento pessoal (PEREIRA, 2021; MARTINS; HENNIGEN, 2023), sem desconsiderar os supérfluos, para as categorias com maior poder de compra e renda mensal percebida e disponível.

O endividamento, hoje em dia, tem assegurado um patamar preponderante e também preocupante na dinâmica das famílias brasileiras, tendo em vista que é, pois, um fenômeno que tem comprometido manutenção da qualidade de vida, bem-estar e *status quo* das pessoas, bem como repercutir direta e indiretamente no comportamento dos indivíduos, inclusive no trabalho, podendo até afetar a saúde psicológica, mental, física e produtividade como um todo (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013).

Em outra concepção, tem que:

endividamento é o saldo negativo em que o devedor se encontra, onde fez-se o consumo de bens e investimentos para fins próprios com uso de recursos de terceiros, em que o devedor descumpre os prazos e compromissos financeiros estabelecidos, vindo a tornar-se inadimplente (PEREIRA, 2021, p. 32).

Consoante os Serviços de Assessoria S.A. (Serasa), o endividamento é, pois, a soma das obrigações e dívidas contraídas por um indivíduo, podendo ser empréstimo, aquisição de um bem parcelado, fatura de cartão de crédito, etc. É, dessa maneira, o comprometimento da qualidade financeira a partir das dívidas e obrigações, refletindo na saúde financeira familiar como um todo, ainda mais quando compreende, nesse mesmo viés, inadimplência, sendo esta a incapacidade de arcar ou cumprir com dívidas, o que torna o fenômeno mais discriminatório e potencial (GONÇALVES, 2021; MARTINS; HENNIGEN, 2023).

Ainda conforme pesquisas do Serasa *Esperam*, com dados atualizados de 2022, é de quase 78% o percentual de famílias com o endividamento, panorama social que sofreu ainda mais com a pandemia, considerando crescimento inflacionário e também ausência de reajustes salariais, promovendo a degradação de renda, ainda mais na lógica e na perspectiva do serviço público federal (MARTINS; HENNIGEN, 2023).

Quanto à atuação do servidor público, o endividamento atingiu marcos exponenciais quando a Administração Pública e os seus órgãos financeiros, por meio da Lei nº 14.509/2022 ampliou, assim, o percentual de margem do crédito consignado para 45%, antes de 35%, comprometendo ainda mais a renda familiar, de maneira que 5% devem ser aplicados para a amortização das despesas contraídas pela modalidade de cartão de crédito (AKKARI, 2022; MARTINS; HENNIGEN, 2023).

Os servidores públicos são, normalmente, considerados categoria melhor posicionada no mercado de crédito em relação aos demais trabalhadores pela união de três fatores fundamentais, ainda que não necessariamente verdadeiros para toda a categoria, a saber:

i) estabilidade no emprego;

ii) renda média acima do mercado; e

iii) a possibilidade, definida em lei, de consignar parte da renda recebida em folha de pagamento para quitação de empréstimos tomados a taxas de juros mais baixas no mercado. Com base nesses fatores, os servidores públicos se tornaram alvos fáceis das críticas dos que argumentam serem mais altos e excessivos salários do país, o que os coloca entre estratos mais ricos da população. Estes mesmos motivos, entretanto, posicionaram servidores na mira da oferta de crédito por instituições financeiras, em função do baixo risco de inadimplência, particularmente quanto ao crédito consignado (BRUNO; GENTIL, 2022, p. 19-20).

Sobre o empréstimo consignado:

Além do aumento da margem de comprometimento da renda dos servidores públicos, o alongamento do prazo para arcar com o pagamento de empréstimos consignados tem sido, recorrentemente, um recurso utilizado para se alavancar o crédito. O prazo para quitação das operações, decidido por regras do Estado, já foi de 60 meses. Depois subiu para 72 meses e, em 2021, chegou ao prazo médio máximo de 96 meses, conforme foi estabelecido pelo Banco Central (BRUNO; GENTIL, 2022, p. 23).

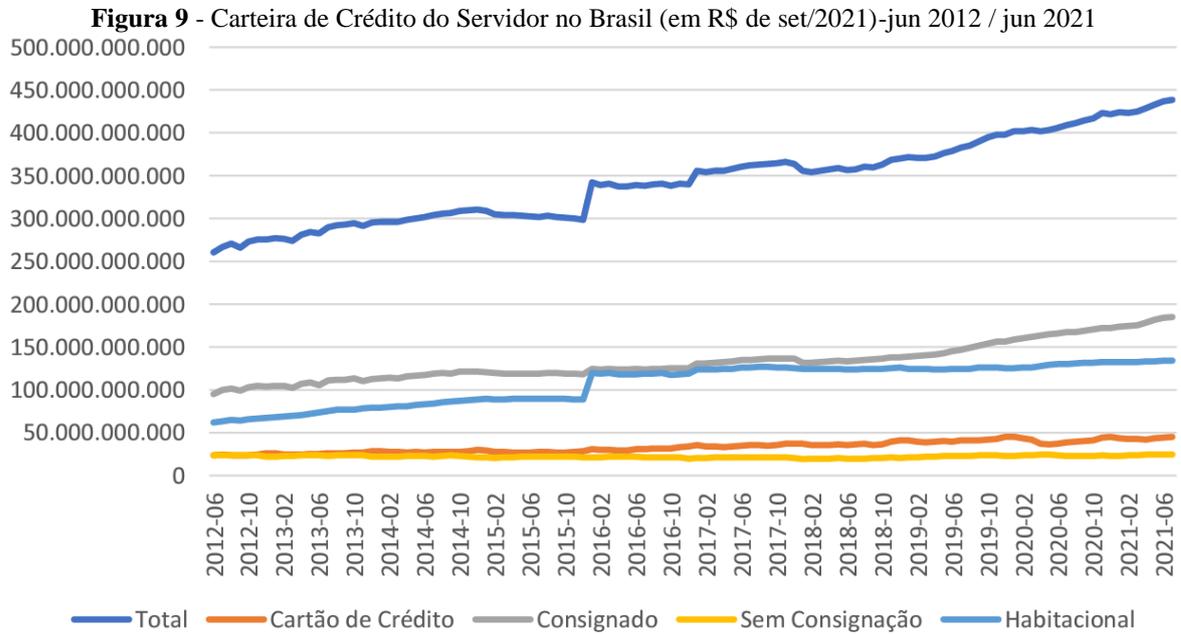
As facilidades na ampliação da margem de empréstimo consignado - aquele que é atrelado diretamente a desconto na fonte pagadora -, além das vantagens no uso de cartão de crédito, aliado às dificuldades na gestão e planejamento financeiro e ao panorama econômico nacional, têm contribuído de maneira decisiva para o aumento do índice de endividamento dos servidores públicos.

Evidentemente, nessa perspectiva de análise, são necessários os apontamentos dos estímulos das agências financeiras de crédito, que, cada vez mais, tornam acessíveis as opções de captação de crédito para enfrentar problemas financeiros do servidor público (exemplos: o cheque especial, o crediário, crédito imobiliário, etc.) (PEREIRA, 2021; BRUNO; GENTIL, 2022).

A ampla diversidade de órgãos financeiros, como os bancos e as agências de crédito, bem como a disponibilização simplificada, desburocratizada e a maior margem de tempo de desconto consignado, têm assegurado, para servidores públicos, falsa sensação de comodismo e conforto financeiro, em curto prazo, ocultando as consequências e suas implicações sobre a saúde física e emocional em longo prazo, até mesmo na produtividade o trabalho.

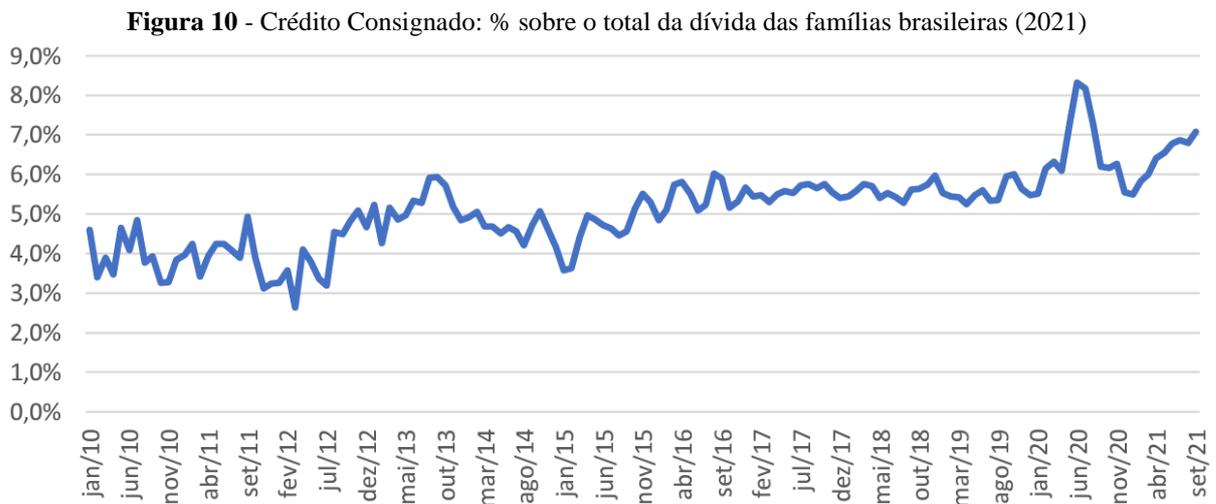
Dessa maneira, os servidores públicos se transformam em alvo de assédio por parte das instituições financeiras, que oferecem facilidades para solucionar os problemas inesperados de orçamento ou para mesmo o consumo desenfreado, o que acaba por comprometer o sustento das famílias, isso quando não levam a traumas emocionais mais críticos, que refletem em sua produtividade no ambiente profissional (BRUNO; GENTIL, 2022, p. 29).

Nesse sentido, a Figura 9 apresenta a carteira de crédito do servidor público no Brasil (em R\$), considerando os anos entre 2012-2021, segundo dados coletados no Banco Central (BACEN).



Fonte: Banco Central: Séries deflacionadas pelo IPCA (2021).

Ainda nesse mesmo escopo de análise, outro dado interessante é o correspondente à participação percentual do crédito consignado sobre o total da dívida das famílias brasileiras (Figura 10).



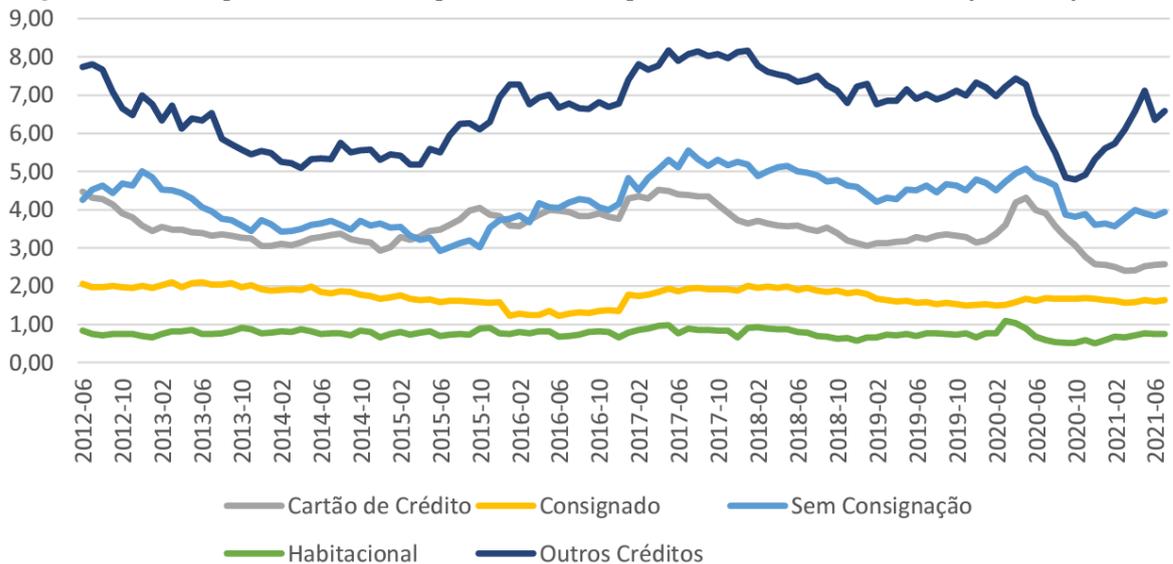
Fonte: PEIC/Confederação Nacional do Comércio – CNC (2021).

A PEIC 2021 revelou que foi de 92% o crédito consignado dirigido ao setor público, tendo em vista todas as facilidades apontadas e discriminatórios financeiros para instituições que ofertam essas opções de crédito.

Sabe-se que os servidores públicos da União passam por grandes dificuldades com o excesso de dívidas, porém, o que se descortinou com a análise dos dados do Banco Central (BACEN) é que a inadimplência da sociedade brasileira é predominantemente da categoria. De fato, a impressionante conclusão que se define é de que a inadimplência dos servidores públicos chegou a representar 85% desse indicador em junho de 2021, segundo os dados da PEIC/CNC (CAETANO, 2023, p. 72).

Quanto à inadimplência do servidor público endividado por modalidade de crédito, a realidade em questão é apresentada na Figura 10:

Figura 11 - Inadimplência do servidor público no Brasil por modalidade de crédito (%)- jun 2012/jun 2021



Fonte: Banco Central (BACEN, 2021).

Sobre dados mais recentes, o Relatório de Economia Bancária (2022, p. 5)¹³ aponta o saldo de crédito ampliado e também a disponibilidade de acesso às opções de empréstimos e financiamentos para pessoas físicas (Figura 11).

¹³ Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/Apresentacao_REB_2022-06_06_2023.pdf>. Acesso em 15 nov. 2023.

educação financeira como um método eficiente e assertivo (CHACON, 2019; GONÇALVES, 2021; CARMO *et al.*, 2023; MAZON, 2023).

Ao se analisar os principais trabalhos, observam-se iniciativas valorosas e de grande relevância nos trabalhos de, por exemplo, Mendes *et al.* (2020); Pereira (2021); Gonçalves (2021); Orozimbo (2021); e Orozimbo e Bevilacqua (2022), etc. Esses trabalhos serão, pois, discutidos, com maior profundidade científica, ao longo da presente dissertação, ampliando as percepções e entendimento do tema e seu papel na construção de conhecimento para a Gestão Pública e os seus servidores públicos federais no contexto da educação financeira, definindo a lacuna existente para se refletir sobre práticas estratégicas que estimulem mudanças, com uma construção de cultura e clima organizacionais mais significativos nesse sentido (MENDES *et al.*, 2020).

Uma análise às principais plataformas *online* de busca acadêmica (por meio do uso dos seguintes descritores de pesquisa: “endividamento; servidor público; crédito consignado; educação financeira”), revelaram cerca de 1.700 estudos empíricos ou de revisão de literatura, considerando o horizonte temporal nos últimos dez anos (2014-2023). Ao considerar últimos cinco anos (2019-2023), a produtividade acadêmica concentrada na temática se reduz para um número de 853 estudos, o que, em vista da amplitude científica versada no viés da Educação Financeira, esse produtivismo é considerado pequeno, ainda mais focalizando os aspectos do endividamento e uso do crédito consignado.

Dessa maneira, abre-se um precedente para se estimularem estudos focais ou *in loco* em órgãos e entidades da Administração Pública, a fim de apresentar outros olhares sobre os processos e preditores do endividamento, superendividamento e inadimplência dos servidores públicos federais, inclusive possibilitando o desenvolvimento comparativo entre estes e, pois, os agentes dos níveis estadual e municipal (CHACON, 2019; OROZIMBO; BEVILÁQUA, 2022; CAETANO, 2023; MAZON, 2023).

Do ponto de vista estratégico e funcional, tem-se enxergado o desenvolvimento de soluções no campo da Gestão Pública direcionada para a educação financeira com relevante valor para a superação desses obstáculos quanto ao endividamento no viés do serviço público federal, analisando o papel do conhecimento em educação financeira, em especial conceitos de finanças pessoais e de economia doméstica, na qualidade das ferramentas cruciais para a elucidação desses entraves.

5.4.1 Contexto econômico do Brasil como agente de agravamento do endividamento do servidor público federal

O cenário econômico do Brasil, em especial os seus indicadores de Produto Interno Bruno – PIB, dívida pública e crescimento econômico, marcam o debate entre pesquisadores e formuladores de políticas públicas acerca de quais medidas econômicas os governos deveriam adotar, sobretudo na área fiscal do país.

O Brasil, assim como muitos países, tem enfrentado um aumento da dívida pública do governo federal, que entre os anos de 1998 e 2020 cresceu de 40% do PIB para 89% (SILVA; AFONSO; GADELHA, 2021). A dívida pública pode impactar negativamente o desenvolvimento econômico de diversas formas, como por exemplo, através de elevadas taxas de juros, maior tributação de bens e de serviços e vulnerabilidade em crises econômicas. De outro lado, um menor nível de dívida pública possibilita que a política fiscal ofereça um papel mais estabilizador durante as crises econômicas (SILVA; AFONSO; GADELHA, 2021).

Nesse contexto, o Brasil aprovou, em 2016, a Emenda Constitucional nº 95/16, instituindo o chamado Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com vigência de vinte anos. Também denominado “Teto de Gastos”, esse regime fixa limites individualizados para as despesas primárias do governo federal, que são anualmente corrigidos pela inflação, através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (TCU, 2020).

Essa restrição fiscal imposta pelo Teto de Gastos, segundo seus defensores, objetiva controlar a expansão de gastos públicos, para preservar a sustentabilidade das suas contas e, por fim, garantir ao Estado a capacidade financeira necessária à oferta de serviços públicos à sociedade. Para isso, as despesas obrigatórias não devem crescer em proporção que ultrapasse à variação da inflação, uma vez que essas despesas, correspondente na maior parcela por salários e benefícios previdenciários, restringem os recursos disponíveis para a realização dos demais gastos de custeio da máquina pública e de investimentos em infraestrutura (TCU, 2020).

Nesse caso, considerando que o teto de gastos limita os recursos disponíveis para o governo, pode-se ficar ainda mais restrita a capacidade de conceder reajustes salariais significativos aos servidores públicos, levando, conseqüentemente, a uma perda de poder de compra ao longo do tempo, já que os salários não acompanham o crescimento da inflação.

Outro fator determinante para o nível de endividamento dos servidores públicos é a taxa de juros, que é definida por Omar (2008) como o preço do uso do dinheiro para um determinado período de tempo. Ou seja, quanto maior a taxa de juros, maior será o custo pela

utilização do recurso utilizado pelos tomadores de empréstimo e conseqüentemente mais endividado ficará durante determinado período de tempo.

Ainda segundo Omar (2008), a taxa de juros está relacionada a diversas variáveis econômicas como a inflação, o desemprego, a taxa de câmbio e o nível de dívida interna e externa, desempenhando, portanto, um papel crucial na tomada de decisões econômicas, uma vez que interfere nos preços e nos custos de todos os setores da economia.

No cenário brasileiro, a taxa básica de juros é Selic (Sistema Especial de Liquidação de Custódia), que é definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), órgão integrante do Banco Central do Brasil. Nesse sentido, a taxa Selic influencia a formação da taxa de juros praticadas no mercado, como a taxas de juros das aplicações financeiras, dos financiamentos e dos empréstimos, além de ser utilizada como instrumento de política monetária para controle da inflação (BACEN, 2023). De acordo com dados divulgados pelo Banco Central, a última reunião do Copom, realizada em novembro/2023, estabeleceu a taxa Selic em 12,25% ao ano.

Outrossim, a inflação entendida como a situação em que o nível geral de preços da economia está em ascensão (MANKIW, 2014), causa impactos no endividamento, sobretudo se os aumentos salariais não acompanharem a taxa de inflação, a capacidade de pagamento das dívidas pode ser prejudicada.

A inflação também ocasiona uma redução no poder de compra da moeda, tendo em vista que o valor real do dinheiro diminui com o tempo. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação atual no Brasil possui um acumulado de 5,19% nos últimos doze meses, considerando o mês de setembro de 2023, cujo valor é mensurado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

É importante reforçar que a situação econômica do Brasil pode variar ao longo do tempo e que o endividamento dos servidores públicos é influenciado por uma série de fatores, como visto nesse tópico. Outrossim, essas políticas governamentais, mudanças nas condições econômicas e políticas fiscais desempenham papel primordial no endividamento de servidores públicos, devendo a análise do contexto econômico considerar esses elementos para entender corretamente o impacto no endividamento dos servidores públicos.

Portanto, em síntese, observa-se que o cenário econômico pode se comportar como um agente de agravamento da situação de endividamento dos servidores públicos, já que as decisões tomadas na condução da economia impactam nas políticas públicas existentes, como também em índices, como a taxa de juros e inflação, que conseqüentemente influenciam, por exemplo, o custo na aquisição de crédito ou no preço dos bens e serviços, comprometendo, assim, a renda e o poder de compra dos servidores.

5.5 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENFRENTAMENTO AO ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO POR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO: CAMINHO POSSÍVEL OU SONHO DISTANTE?

Tal qual discutido nas seções anteriores do referencial teórico, o endividamento é um dos problemas - tanto quanto estresse, exaustão no trabalho, doenças ocupacionais, etc. - que tende a comprometer a qualidade da realização das atividades, repercutindo negativamente na sua performance laboral, além de interferir direta e indiretamente na saúde física, mental e comportamento social (SILVA, *et al.*, 2019; OROZIMBO, 2021).

Evidentemente, ainda mais diante do panorama de incertezas econômicas, bem como na configuração da dinâmica familiar e do consumo, o endividamento tende, pois, a potencializar os efeitos sobre bem-estar do servidor público. Em um mundo onde o dinheiro, o consumo e o acesso facilitado ao crédito são fatores indispensáveis para a promoção de maior qualidade de vida e *status quo* dos indivíduos em geral, encontram-se os servidores públicos em posição privilegiada, considerando, assim, a média salarial do país (OROZIMBO; BEVILACQUA, 2022). O servidor público, no país, ganha cerca de 40% a mais que a média dos trabalhadores da iniciativa privada (SANTOS, *et al.*, 2020).

Esse mesmo entendimento é o que o coloca, por outro lado, como um dos principais grupos de consumidores de crédito, em especial o consignado, tendo em vista a acessibilidade e disponibilidade (OROZIMBO; BEVILACQUA, 2022). Com isso, esse paradoxo comum tem determinado a propensão dos servidores públicos aos índices de endividamento, além da inadimplência e de consequências nefastas que delas são originadas.

E, de fato, as implicações têm consideravelmente comprometido a eficácia das atividades desempenhadas pelo servidor público, no desempenho das principais finalidades de atendimento à sociedade, colocando a Gestão Pública como um dos polos para a promoção de estratégias e das ações que acolham os seus agentes funcionais, respeitando os princípios da impessoalidade e assegurando um zelo maior à coletividade, sem, contudo, ferir a dignidade da pessoa humana (MEIRELLES, 2019; MENDES, *et al.*, 2020; PEREIRA, 2021; MAZON, 2023).

No rol de funções da Administração Pública, destaca-se promover mecanismos e recursos eficientes para garantir um atendimento coletivo de qualidade, dentre eles em reciclagem, capacitação e qualificação de seus servidores públicos, a fim de adequá-los à dinâmica social e ao desenvolvimento como um todo. A qualificação e capacitação de pessoas, no viés da Gestão Pública, tem elevado o valor social do trabalho, de maneira a munir os

servidores públicos para gerenciamento e enfrentamento de desafios internos e também de ordem pessoal, aqui compreendidas as emoções, esgotamento profissional e preocupações oriundas, por exemplo, de grau alto de endividamento (MIRANDA; COSTA; MENDONÇA, 2021; BRUNO; GENTIL, 2022; CAETANO, 2023).

Ademais, dentro do tema da presente dissertação, capacitar servidores públicos para elucidar e compreender as questões e particularidades que perpassam a sua própria vida financeira é um importante caminho para a construção de uma cultura de trabalho e pessoal mais produtiva e eficiente; ao conhecer o dinheiro, formas de aplicação e de uso, economia doméstica e finanças pessoais - conceitos de educação financeira -, o servidor público tende a gerenciar melhor os recursos financeiros, afastando o endividamento e a dívida, tendo em vista que a aquisição deste conhecimento é fundamental para tanto (OROZIMBO, 2021; MIRANDA; COSTA; MENDONÇA, 2021; BRUNO; GENTIL, 2022; ANKKARI, 2022).

A educação financeira é, inegavelmente, conceito de grande importância na rotina das pessoas, devendo ser incorporada de forma natural e espontânea. Outrossim, no Brasil, tem-se observado fragilidades no sistema de ensino quanto às finanças, sendo, pois, margeado pela sociedade, Estado e corporações; a referida debilidade aponta o porquê das preocupantes estatísticas dos brasileiros que compete ao endividamento e também a uso devido do dinheiro, repercutindo em menores níveis de investimentos e poupança (ABREU; ABRANTES, 2022).

Os indivíduos necessitam de um bom nível de conhecimento financeiro, de forma a desenvolverem a capacidade de dimensionar os impactos reais de suas decisões tomadas ao longo da vida, sabendo que serão cada vez mais responsáveis pela sua renda na aposentadoria. Logo, a falta ou o baixo nível de conhecimentos financeiros pode provocar: aumento da insegurança em relação ao risco e retorno de produtos de investimento; incapacidade de tomar decisões corretas de investimento, de consumo e de poupança, e adiamento da formação de poupança previdenciária (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013, p. 34).

Por isso é tão relevante e estratégico incutir na sociedade de um modo geral um conhecimento financeiro significativo para o enfrentamento de diversos problemas físicos e emocionais; em nível corporativo, investir em cursos, assim como ações de capacitação, além dos treinamentos e envolvimento dos servidores em grupos-focais sobre finanças pessoais e solução de dívidas, é atitude positiva para solução do impasse do endividamento e do índice de concentração de dívidas por esse público em especial (BRUNO; GENTIL, 2022), gerando uma maior tranquilidade, além de conforto e segurança nesse sentido.

Muitas organizações estão interessando-se pelo desenvolvimento de estratégias que valorizem o seu quadro de pessoal e que, ao mesmo tempo, estabeleçam as condições necessárias para o seu bom desempenho, satisfação e a sua qualidade de vida no trabalho. Apesar disso, “poucos estudos empíricos têm sido conduzidos de sistemática sobre os impactos das diferentes práticas e das ações organizacionais nas experiências positivas dos trabalhadores” (SANT’ANNA; PASCHOAL; GOSENDO, 2012, p. 746).

Conceitualmente, a educação financeira é definida como o processo em que os indivíduos potencializam para melhor a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, a partir de informação acessível e clara, de modo a desenvolver as habilidades e segurança que os tornem aptos para a tomada de decisão, gerando impactos positivos no planejamento familiar, em qualidade de vida e bem-estar financeiro (MARIANO; SOUSA, 2020; GONÇALVES, 2021; ORORZIMBO, 2021).

O planejamento financeiro mais eficiente, em âmbito familiar, permite ao indivíduo acumular bens e valores que integrarão o patrimônio, assegurando segurança financeira; logo, o conhecimento financeiro (economia doméstica e finanças pessoais) possibilita a um servidor público desenvolver e articular o planejamento financeiro, enfatizando os riscos, incertezas e construindo uma vida financeira mais confortável e com menos impactos emocionais e na performance laboral (MARTINS; HENNIGEN, 2023; CARMO *et al.*, 2023).

Em geral, o planejamento traz à baila a necessidade de ajustar renda às necessidades familiares, de modo a evitar que sejam comprometidos os esforços para uma cultura de segurança financeira e, em último ponto, potencializado o panorama do endividamento do servidor público federal, visto que este não encontra-se incólume à realidade da má gestão dos recursos financeiros e da inadimplência.

Um estudo realizado por Rezende (2018), notou-se que 29% dos servidores públicos federais e estaduais estavam inadimplentes ao final do ano de 2017, sendo esse percentual expressivo para demonstrar o cenário, os comportamentos de consumo e de uso de renda e quais caminhos devem ser tomados pela Gestão Pública, a fim de superar esse desafio social.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS E DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Na presente seção, buscou-se apresentar os resultados e discussões da situação de endividamento dos servidores ativos da Univasf, sob a perspectiva das operações de créditos consignados com desconto em folha de pagamento, a fim de verificar o impacto que esses descontos incidem na capacidade financeira dos servidores, listando por meio de informações sociobiográficas, classe funcional, carreira e grau de endividamento.

Os dados levantados e discriminados com base nas informações levantadas em sistemas institucionais do Poder Executivo, a exemplo do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) e também do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), referenciando-os ao mês de outubro de 2023, constituem um valioso ponto de análise e discussão do perfil atualizado de endividamento do servidor público federal da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf).

Buscou-se, para tal, considerar os dados pertinentes ao mês de outubro de 2023, considerando a perspectiva mais recente do desenvolvimento do fenômeno financeiro de gastos, além de empréstimos consignados e situação de endividamento dos servidores públicos federais da instituição em questão. A pesquisa na base de dados recente deu-se, também, em função da concessão do reajuste salarial de 9% aos servidores públicos do Poder Executivo, em maio de 2023, que reflete o panorama em informações fidedignas e para fins de análise das amostras quantitativas levantadas nos sistemas.

Quanto à categorização das análises, procedeu-se à definição dos seguintes níveis de endividamento do servidor público federal, considerando a margem máxima permitida por lei, que é, atualmente de 35% da remuneração destinada à amortização de consignados em folha de pagamento. Em termos de comprometimento salarial, foram definidos os seguintes nichos de análise (Tabela 3):

Tabela 3 - Percentuais de comprometimento salarial com pagamento de consignados

Até 5%	Entre 20,01% e 25%
Entre 5,01% a 10%	Entre 25,01% e 30% *
Entre 10,01% e 15%	Acima de 30% **
Entre 15,01% e 20%	-

Fonte: Elaboração própria (2023).

* Considerando, pois, limite máximo para o comprometimento salarial, com base nas principais pesquisas apontadas, de até 30% (dívida saudável).

** Acima de 30% de comprometimento salarial, define-se situação de endividamento (situação crítica ou alarmante).

Para fins de amplitude salarial dos servidores públicos federais, foi considerado a dimensão financeira apontada na Lei nº 8.112/1990, em que a remuneração é, dessa maneira, constituída com base no somatório do vencimento básico (estabelecido dentro de cada categoria funcional, nível de complexidade, processo decisório e atribuições) e as vantagens diversas com capacidade de incorporação. Logo, incorporam-se, pois, ao vencimento básico as titulações, adicionais, benefícios, funções gratificais e comissões, abonos, auxílios concedidos por lei, dentre outros.

Ademais, para cálculo da remuneração total dos servidores públicos federais, são considerados, para fins de análise da margem de crédito consignado ofertada, acrescidas ao vencimento básico, as seguintes vantagens pecuniárias: as retribuições por titulação (para docentes) ou incentivos à qualificação (para técnicos administrativos educacionais - TAEs). Além disso, contabilizam-se, também, as seguintes rubricas: adicional de insalubridade, adicional de raio-x, as funções gratificadas, cargos em comissão, VPNI, anuênio, abono de permanência, valores oriundos de decisão judicial, etc.

Contudo, não foram considerados, para fins de cálculos salariais e composição da margem do crédito consignado, por serem considerados não tributáveis: o auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio saúde suplementar, que são os itens não tributáveis. Por sua vez, para definição do percentual de comprometimento da renda salarial com os empréstimos consignados, foram somados os valores que são descontados diretamente em folha de pagamento, destinados a este requisito (enquadrados para categorias de análise discriminadas na Tabela acima).

Por fim, as categorias funcionais avaliadas são pertinentes aos docentes e TAEs (técnicos administrativos educacionais).

6.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS APLICADOS À DISCUSSÃO

O Quadro 2, abaixo, discrimina principais estudos que dialogam sobre a temática do endividamento do servidor público federal, perpassando a perspectiva de educação e financeira e seus reflexos como construtos desse fenômeno. Os estudos aqui elencados são aplicados à discussão, contextualização e reflexões

Quadro 2 - Principais estudos científicos aplicáveis à discussão dos dados institucionais

Autor (es) / ano de publicação	Objetivo geral	Principais resultados
Barros (2013)	Identificar a propensão ao endividamento do servidor público docente da Universidade Federal do Pampa	De maneira geral, este trabalho mostrou que, em média, os docentes da Universidade federal do Pampa são pouco propensos ao endividamento e conseguem gastar menos do que ganham, sendo que apresentam maior disposição para a dívida aqueles docentes respondentes que se encontram na faixa de renda de R\$ 2.822,30 a R\$ 4.651,59; este resultado é advindo da indecisão dos respondentes em relação a opção de parcelamento e a contração, propriamente dita, de obrigações financeiras. De modo geral a pesquisa revelou quantitativamente que as decisões acerca do endividamento não são totalmente racionais, pois variáveis comportamentais e psicológicas podem interferir nesta decisão.
Alves (2016)	Analisar o crescente índice de endividamento financeiro dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Foi observado o crescente índice de endividamento financeiro dos servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) nos últimos anos, e o objetivo deste trabalho foi analisar tal situação e avaliar a necessidade de implantação de um programa de educação financeira no âmbito da Universidade. Para tanto, apresentam-se conceitos básicos e definições relacionadas ao tema do endividamento; identificam-se e apresentam-se dados que caracterizem situações de endividamento financeiro dos servidores técnico-administrativos da UFRGS, analisando e levantando suas possíveis causas; e apresentam-se medidas de prevenção e tratamento para as situações de endividamento.
Leão (2016)	Analisar fatores e implicações do processo de endividamento financeiro por meio do empréstimo consignado, junto a servidore(a)s federais Técnico-Administrativos em Educação.	Os resultados apontam que as despesas relacionadas ao cotidiano, aliadas às contratações recorrentes de empréstimos consignados podem contribuir negativamente no desequilíbrio do orçamento doméstico com repercussões no bem-estar psíquico, pessoal e social.
	Identificar o grau de endividamento dos servidores técnico-	Foi constatado que mais da metade dos técnico-administrativos (51,4%) encontram-se sobreendividados e 28% da amostra estão com risco de sobreendividamento, isto é, endividados. Com relação à renda

Cavalcante (2017)	<p>administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Buscou-se identificar o perfil socioeconômico destes servidores, relacionar o grau de endividamento com a renda e nível de escolaridade, bem como verificar quais produtos financeiros os servidores sobreendividados mais utilizam</p>	<p>familiar e ao nível de escolaridade, foi verificado que quanto maior a renda e o grau de instrução, mais endividados estão os servidores. Dos sobreendividados, os principais produtos financeiros utilizados são cartão de crédito, financiamentos de imóvel e automóvel e empréstimo consignado. As principais categorias de consumo escolhidas que demandam um maior volume de recursos foram alimentação, moradia e saúde. Isso pode indicar que um dos motivos do sobreendividamento sejam as necessidades básicas e a aquisição de bens imóveis e automóveis.</p>
Lopes (2018)	<p>Analisar as razões que levam os servidores públicos a utilizarem o crédito consignado, bem como sua percepção sobre os impactos deste no orçamento familiar.</p>	<p>Foram apontados vários motivos para utilização do crédito consignado, dentre os quais estão: aquisição de veículo, casa ou terreno, reforma de imóvel, compra de mobiliário, viagem, entre outros. Os entrevistados também utilizaram essa modalidade de crédito para saldar dívidas e para ajudar parentes e amigos. Foram percebidas como vantagens do crédito consignado as taxas de juros, a facilidade no momento da contratação, a não exigência de fiador e o débito em folha. Como desvantagem, destacaram-se os juros altos e o longo período para pagamento da dívida. Constatou-se que a maioria dos entrevistados entendeu como vantajoso o uso do crédito consignado e não o consideravam como adicional da renda familiar. Conclui-se que a maioria dos servidores não percebeu o impacto do empréstimo em seu orçamento, o que leva a afirmar que este público sabe gerir suas finanças eficientemente.</p>
Pacheco, Campara e Costa (2018)	<p>identificar quais aspectos influenciam a atitude ao endividamento e o conhecimento financeiro de servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) considerando variáveis de perfil e traços de personalidade</p>	<p>Os principais resultados, revelados por meio da aplicação de um questionário, demonstraram a predominância dos traços de personalidade “conscienciosidade” e “abertura à experiência”, além de indicarem elevado conhecimento financeiro e baixa atitude ao endividamento, o que aponta um perfil menos suscetível a problemas financeiros dentre os servidores. No entanto, ainda há aqueles com maior tendência a apresentarem baixa educação financeira e elevada atitude ao endividamento,</p>

		sendo os demais resultados direcionados à identificação desses, os quais devem ser priorizados em cursos de capacitação.
Silva (2020)	Fornecer um diagnóstico acerca dos empréstimos consignados contraídos pelos servidores da UFRPE, buscando traçar o perfil desses servidores, e o segundo, focado em analisar o contexto que influencia a tomada de crédito tendo em vista a propensão ao risco de endividamento, e verificar a situação de endividamento dos servidores com base nos conhecimentos de educação financeira.	A partir da análise do DDP/UFRPE constatou-se que o meio de pagamento mais utilizado é o cartão de débito (39,5%) e 91,9% do total dos participantes utiliza cartão de crédito, com 27,0% comprometendo entre 30 e 40% da renda com cartões, mas com consciência acerca do uso do crédito ao evitar o uso das modalidades mais onerosas. Em relação à propensão ao endividamento, dentre os que gastam mais do que ganham (28,6%) estão os mais jovens (até 34 anos), 56,8% possui empréstimo consignado, 47,0% não cultiva o hábito de poupar e entre os que poupam, a maioria (43,0%) investe na poupança, considerando que 45,0% reconhece possuir apenas conhecimentos básicos de Educação Financeira, o que revela a necessidade de iniciativas de capacitação nessa área.
Pereira <i>et al.</i> (2021)	Fornecer um panorama do endividamento dos servidores da SEEDF com o uso do empréstimo consignado no triênio 2016 – 2018, para subsidiar oportunidades na implementação de programas e ações de incentivo à educação financeira e ao uso consciente do crédito	Os principais achados indicam aparente homogeneidade na propensão à tomada do crédito consignado entre servidores ativos e inativos, bem como entre homens e mulheres vinculados ao órgão. Quanto a evolução dos montantes consignados, o ano de 2018 mostrou forte queda nos números, contrariando a curva ascendente continuada dessa modalidade de financiamento. A partir dessa análise, e à luz do referencial teórico apresentado, sugere-se como solução para a disseminação da educação financeira e potencialização do uso consciente do crédito a adoção de capacitações e programas na instituição.
Gonçalves (2021)	Identificar e testar variáveis que contribuem no aumento ou na diminuição da probabilidade de um grupo de servidores públicos se endividarem mediante à contratação do crédito consignado	Antes de aplicação do modelo proposto para análise das variáveis, identificou-se o perfil da população analisada, bem como o perfil daqueles que adquiriram empréstimos consignados entre 2013 a 2019. Trata-se de uma população que reduziu cerca de 11% em quantitativo, em razão da rotatividade de pessoal; composta majoritariamente por indivíduos do sexo feminino, e cuja

		média de idade variou entre 49 e 56 anos no período. Verificou-se que entre 2013 a 2019 o percentual de servidores com empréstimos consignados variou entre 54% e 59%, e que desses servidores, entre 47% e 54% comprometeram mais de 20% de sua remuneração mensal bruta com empréstimos consignados.
Silva e Góis (2021)	Fornecer um panorama acerca dos empréstimos consignados na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE além de identificar o perfil dos servidores técnico-administrativos ativos do campus Sede da que são usuários desse crédito.	Constatou-se que o (%) da folha referente a consignação nos bancos analisados foi de 5,13% e 3,22%, no período de maio/2019 e novembro/2019). E que embora comprometam parcela significativa da renda com despesas, demonstraram consciência acerca do uso do crédito ao evitar o uso das modalidades tidas como mais custosas.
Akkari (2022)	Analisar a relação entre o nível de conhecimento financeiro, a idade e o grau de endividamento de servidores públicos residentes no Distrito Federal	Os resultados permitiram inferir que o nível de conhecimento financeiro afeta o endividamento dos servidores públicos residentes no Distrito Federal. Também foi possível analisar que o nível de conhecimento financeiro diminui conforme a idade aumenta.
Almeida (2023)	Compreender como a ausência do planejamento financeiro pessoal pode impactar no endividamento dos servidores da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste.	No que diz respeito aos resultados da pesquisa, foi possível observar que a ausência do planejamento financeiro não apresentou impacto sobre o endividamento, contudo o baixo nível de conhecimento sobre finanças pode ter influenciado negativamente na qualidade do planejamento financeiro dos servidores.

Fonte: Elaboração própria (2023).

6.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF): HISTÓRICO ¹⁴ E OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Primeira Universidade Federal a ter sua sede implantada no interior do Nordeste, a Univasf surgiu com uma missão institucional de levar o ensino público superior de qualidade ao Semiárido, em proposta ousada de estar presente, desde a sua origem, em três dos nove estados da Região Nordeste.

¹⁴ Disponível em: <<https://portais.univasf.edu.br/apresentacao-univasf/historia>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

Dessa maneira, foi criada por meio da Lei nº 10.473, de 27 de junho de 2002, a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com sede na cidade de Petrolina, em Pernambuco. Também foram criados outros dois *campi*, situados nas cidades de Juazeiro, na Bahia, e de São Raimundo Nonato, no Piauí.

Sua origem remete à luta de homens do sertão que sonhavam com Universidade Federal às margens do rio São Francisco para proporcionar oportunidade da formação superior sem que houvesse uma necessidade da migração para as capitais. O sonho era compartilhado ainda com lideranças políticas da região, que abraçaram a luta pela criação da Univasf.

O desafio da implantação da nova instituição coube à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que executou as ações de administração de pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças e controle interno, conforme o Decreto nº 4.465/2002. Com o apoio de servidores da UFES nomeados para o Grupo de Trabalho de criação da Univasf, as atividades tiveram início numa casa na Av. Tancredo Neves, no Centro de Petrolina. A Univasf foi criada com 315 cargos de docentes e 250 de servidores da carreira Técnico-Administrativo em Educação (TAE), dos quais 94 de nível superior e 156 de nível intermediário.

A partir do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007 pelo Decreto nº 6.096, a Univasf pôde ampliar o número de cursos ofertados, dando origem à criação de outros dois *campi*: Campus Ciências Agrárias (CCA), em Petrolina, na zona rural da cidade; e Campus Senhor do Bonfim (BA). Em 2012, foi aprovada pelo Conselho Universitário a criação do Campus Paulo Afonso (BA), que oferta o curso de Medicina da Univasf. As atividades acadêmicas do mais novo *campus* da Univasf tiveram início em setembro de 2014, pouco antes do aniversário de 10 anos da instituição.

No dia 14 de julho de 2017, a proposta de criação do Campus Salgueiro (PE) foi aprovada pelo Conuni e no dia 25 de agosto do mesmo ano, o Ministério da Educação (MEC) autorizou o funcionamento do sétimo *Campus* da Univasf.

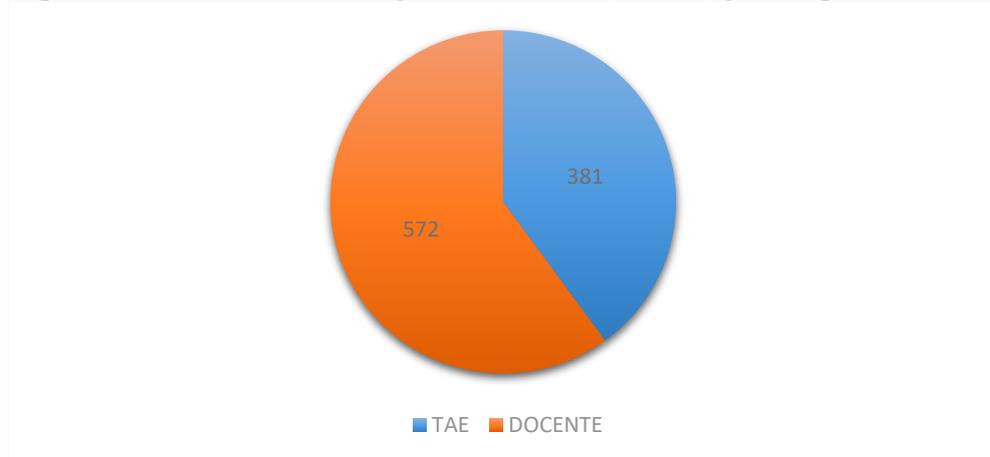
Evidentemente, a ampliação e a expansão da oferta dos cursos distribuídas por meio das novas unidades institucionais reverberou, por sua vez, em uma necessidade de incorporação de novos servidores ao quadro funcional, em nível docente e TAE. Logo, a partir de novos processos seletivos e certames, observou-se um crescimento potencial do corpo funcional da Univasf, ampliando a capacidade de oferta de serviços a toda a comunidade acadêmica e sociedade em geral.

Para contextualizar o atual número de servidores públicos ativos na instituição, foi realizado um levantamento do quantitativo de servidores ativos na Univasf, com base no SIAPE, desconsiderando, para fins de análise, aqueles que não estão recebendo salário por meio

de folha de pagamento afeta à instituição, como, por exemplo, os cedidos e os requisitados a outros órgãos e entidades da Administração Pública.

Observa-se que, do quantitativo dos servidores públicos lotados na instituição, sendo este de 953 (outubro/2023), aqueles enquadrados na carreira docente são maioria (584), com aproximadamente 60% do quadro permanente, enquanto que os servidores técnico-administrativos representam, por sua vez, cerca de 40% da força de trabalho da Univasf, conforme apontado na Figura 13.

Figura 13 - Total de Servidores públicos federais (Univasf) por categoria funcional



Fonte: SIAPE (outubro/2023).

Outrossim, o corpo funcional amplo e diversos, distribuído entre os *campi*, é, por sua vez, campo de oportunidades para as instituições financeiras da região, que também têm apresentado crescimento ao longo dos últimos anos, considerando a crescente onda de contratação de servidores e funcionários em diversos âmbitos e esferas (municipais, estaduais e federais), com amplitude acesso aos créditos disponibilizados, em especial o consignado. Essas considerações serão analisadas e apresentadas na próxima seção, em que serão avaliados os perfis de endividamento e crédito consignado de servidor público federal da Univasf.

6.4 OS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVASF E PERFIL DE USO DE CRÉDITO CONSIGNADO: REFLEXÃO SOBRE ENDIVIDAMENTO E SUAS ESTRUTURAS DE ANÁLISE

Parte-se, a partir daqui, para a definição mais ampla do perfil de endividamento e compromisso com pagamento com consignados descontados diretamente da folha de pagamento, a fim de evidenciar os comportamentos dos servidores públicos federais da Univasf no que concerne a esta modalidade de crédito, especificamente, considerando a sua rede de

vantagens, facilidades e a presença indiscriminada de instituições de ordem financeira distribuídas pela região do Vale do São Francisco (Juazeiro/Petrolina).

Em termos contextuais, frente ao crescimento e concentração de servidores em diversas esferas, assegurados por legislações trabalhistas e estatutárias que normalizam a estabilidade e segurança no tocante à percepção regular de salários e remunerações e, por sua vez, as amarras normativas que concedem - por meio de autorização - desconto de margem percentual da renda com créditos ou empréstimos pessoais ou consignados, tem estimulado um crescimento no número de instituições financeiras nos municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Em partes, essas concepções contribuem direta ou indiretamente para explicar os avanços das instituições financeiras e as parcerias estabelecidas com diversas unidades de ensino superior federal (IFES), considerando os arcabouços exploratórios e legais de vinculação da fonte pagadora à automática utilização de margem para consignados, até o limite admitido, que é de 35% para esta modalidade, além de destinação de 5% para amortizar dívidas com o cartão de crédito e, por sua vez, percentual de 5% reservados para despesas com o cartão benefício, totalizando 45% sobre a remuneração (sendo este o vencimento básico acrescido das vantagens e benefícios legais para cada categoria).

A aumento da margem de uso para consignado destinado a servidores públicos é amparado pela Lei nº 14.509/2022, que trouxe essa nova perspectiva para potencializar as fontes de acessos a recursos (crédito) de forma mais simplificada, facilidade e rápida.

Em um panorama de alta inflação, encarecimento contínuo de bens de consumo, economia fragilizada, dentre outros, o acesso ao crédito consignado pode desencadear sérias dificuldades no curto, médio e longo prazos, especialmente quando distanciados de planejamento e de decisão racional. Comprometer a margem disponibilizada de 35% com consignado torna-se ainda mais desafiador nesse sentido. Isso porque, para alguns servidores públicos, apesar da estabilidade e ganhos remuneratórios superiores aos praticados no mercado de trabalho, esse compromisso assumido com as instituições de crédito podem gerar endividamento e superendividamento.

E esse fenômeno tem sido cada vez mais perceptível na rotina dos servidores das instituições federais de ensino superior (IFES), sendo este público alvo de demandas por parte das instituições financeiras para oferta de crédito consignado e empréstimos. Não são poucos os estudos que buscam definir um perfil de uso de crédito consignado pelos servidores públicos federais, inclusive refletindo sobre os aspectos do endividamento e os critérios de consumo, usabilidade do crédito, dentre outros.

Nesse sentido, observando esses estudos empíricos de análise “in loco”, no viés das IFES brasileiras, ficou clara a realidade de endividamento por parte dos servidores públicos federais, frente ao comprometimento das remunerações por crédito consignado, em que, não muito raramente, atingem limite admitido para uso (35% por meio da fonte pagadora, além dos outros percentuais estabelecidos).

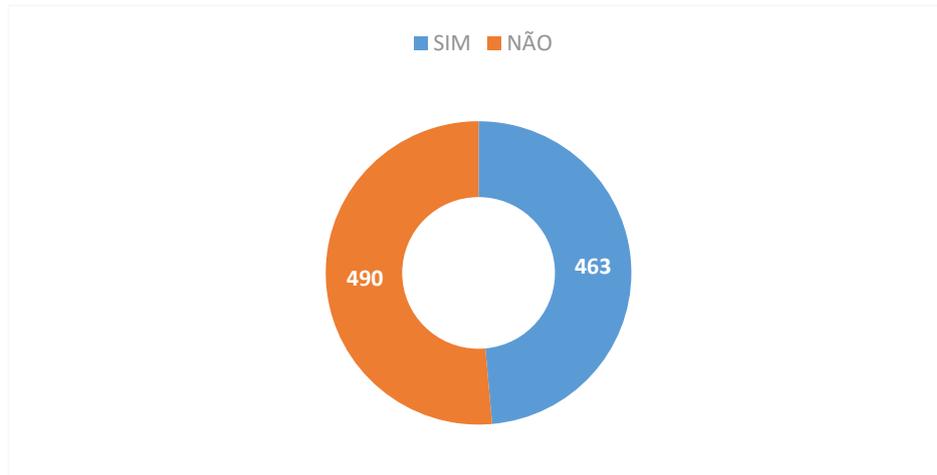
Dessa maneira, realizar, pois, um levantamento similar do acesso dos servidores públicos da Univasf a crédito consignado constitui-se um esforço preponderante para se delimitar um perfil de consumo de oportunidades de crédito/empréstimo, observando os comportamentos desses agentes públicos e compromissos financeiros.

O uso de crédito consignado por parte de servidores públicos, ainda mais da esfera federal, tem sido constante cada vez mais presente na cultura desses indivíduos e essas constatações ficaram transparentes por meio de diversas estatísticas nacionais e de resultados conclusivos dos principais estudos científicos que buscaram discriminar essa variante como determinante de análise e reflexão.

Na perspectiva da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), a realidade de acesso e usabilidade das margens de crédito consignado constitui-se dentro dos seguintes parâmetros de avaliação, com base no levantamento institucional de dados e informações referentes aos servidores públicos federais (carreira docente e os técnicos administrativos educacionais - TAEs).

De início, considerando o quantitativo de servidores do quadro funcional que são usuários do crédito/empréstimo consignado, observou-se que 463 possuíam ao menos uma rubrica de desconto de crédito consignado em sua ficha financeira, determinando cerca de 51,42%. Por outro lado, 48,58% dos servidores institucionais não fazem uso ou acesso a essas modalidades. Esse contraste é elucidado Gráfico 2, abaixo.

Figura 14 - Desconto de crédito consignado no contracheque



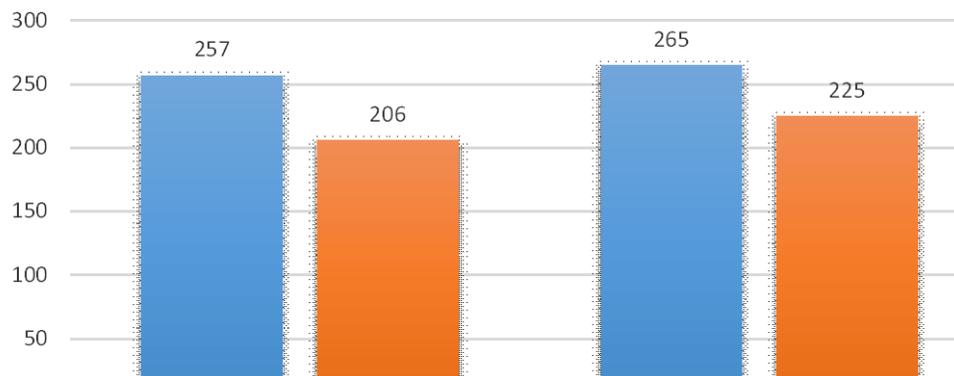
Fonte: SIAPE (outubro/2023).

O contraste entre as duas categorias evidencia uma realidade em que cerca de metade dos servidores públicos pertencentes à Univasf encontram-se comprometidos com crédito consignado, o que expressa a realidade de uma instituição que traz, em seu bojo funcional, diversos indivíduos em cujas remunerações encontram-se vínculos ou de autorização para desconto em favor de instituição financeira de crédito.

Segmentando a questão da contratação dos consignados por classe funcional, observou que, em relação aos docentes, 274 possuíam alguma rubrica de desconto em folha de pagamento, correspondendo a 47,90%. Em relação aos TAEs, 182 possuem um crédito consignado, ao mesmo, definindo participação percentual de 49,60%.

Quanto à distribuição por gênero, o Figura 15 demonstra o seguinte apontamento: na Univasf, existem, nos quadros funcionais ativos, 522 servidores do gênero masculino (54,7%) e 431 enquadram-se no gênero feminino (45,3%).

Figura 15- Distribuição por gênero / consignado



Fonte: SIAPE (outubro/2023).

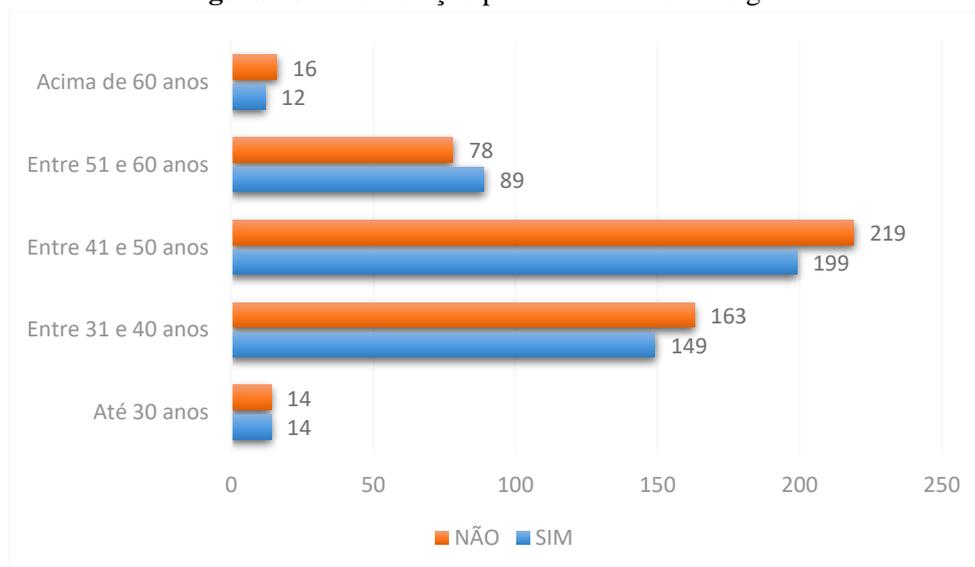
Em relação às operações de crédito consignado, considerando a sua distribuição por gênero, verificou-se que 49,24% dos servidores públicos afetos ao sexo masculino possuíam operações de crédito vigentes, enquanto que, na classe das mulheres, cerca de 48% seguiam a mesma tendência de uso e acesso de consignado vigente. Isoladamente, o resultado entre as duas faixas de gênero não expressam quaisquer relações de causa e efeito considerável.

Do ponto de vista do contraste entre os grupos de gênero, considerando aqueles que utilizam qualquer percentual da margem disponível de crédito consignado e os que encontram-se incólumes a essas modalidades, observou-se parâmetros similares para a análise mais aprofundada. Acredita-se que o gênero masculino concentra maior uso dos créditos financeiros em função da necessidade “sociocultural” e “histórica” de dispor da capacidade de assumir a segurança financeira de sua família, assim como a aquisição de veículos (troca regular) e financiamentos imobiliários.

Parte da mesma necessidade “sociocultural” e “histórica”, quanto às mulheres, maior conscientização no uso de recursos, gastos e planejamento financeiro e, não ao certo, pode isso explicar sua menor participação nessa composição de acesso e o uso ao crédito consignado, a exceção de casos isolados de mães-solo ou sustentam, sozinhas, as suas famílias (estas cada vez mais numerosas).

Posteriormente, o Figura 16 buscou identificar como se daria a distribuição dos servidores por faixa etária e respectiva busca por crédito consignado junto a instituições financeiras.

Figura 16 - Distribuição por faixa etária / consignado



Fonte: SIAPE (outubro/2023).

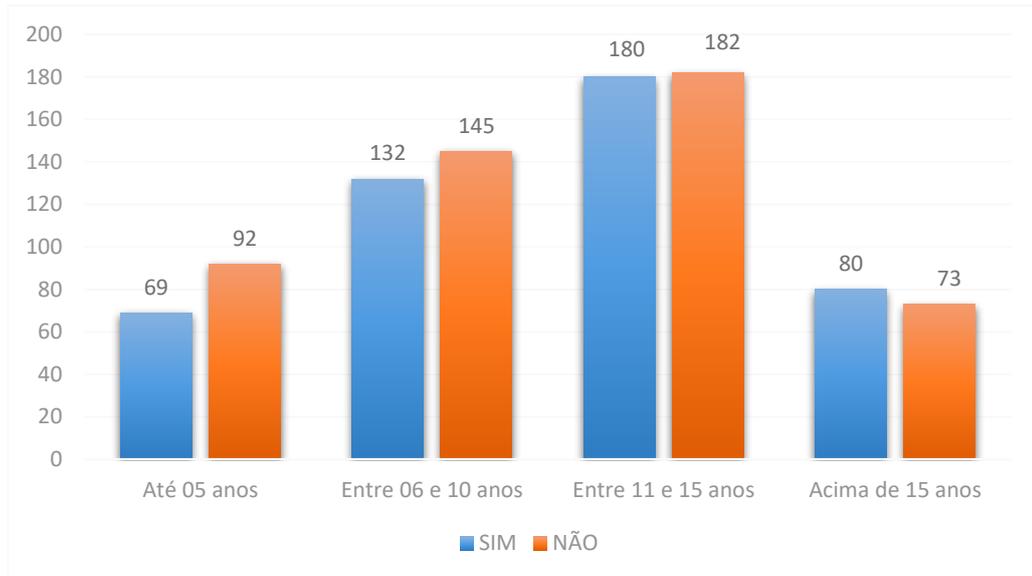
Do exposto, a faixa etária relativa aos servidores que possuíam entre 41 e 50 anos de idade correspondia a 43,86% da força de trabalho da Univasf, sendo o maior percentual dentre todas as faixas etárias. Em relação ao maior índice de servidores com ao menos uma rubrica de crédito consignado vigente, a faixa etária entre 51 e 60 foi a mais atingida com 53,29% dos servidores.

Observa-se que a predominância dessa faixa etária (51 a 60 anos) em relação às demais parte do pressuposto de que o acúmulo das dívidas com consignados, em geral oriundas de sucessivas renovações e amplitude das parcelas de pagamento, evoluem ao longo dos anos. Iniciam-se, em geral, ainda na fase posterior, em que se constroem, pois, a segurança funcional, estabilidade, o patrimônio próprio e se constituem as famílias.

O fator tempo, evidentemente, é imprescindível para se explicar o acúmulo das dívidas pelos servidores enquadrados nessa faixa etária (51 a 60 anos), uma vez que são decorrentes das sobreposições de crédito e atingem maior impacto nas remunerações dos servidores públicos ao se aproximar da aposentadoria, quando grande parte da reserva financeira e do patrimônio encontra-se diluído em descontos de crédito consignado.

Ademais, os servidores acima de 60 anos representavam um menor percentual dentre todas faixas etárias (2,87%), enquanto os servidores na faixa de até 30 anos de idade apresentaram menor índice de contratos vigentes (33,33%). O público mais jovem, com menos de 30 anos, não alimenta a tendência de acessar essas oportunidades, pois as necessidades, os padrões de consumo e uso do dinheiro ainda encontram-se em fase de maturação.

O Figura 17, por sua vez, demonstra a relação entre o tempo de serviço público dedicado na Univasf (em anos) e o endividamento por meio de crédito consignado.



Fonte: SIAPE (outubro/2023).

A maior parte dos servidores ativos possuíam entre 11 e 15 anos em exercício na Univasf (cerca de 38%), dos quais 49,72% possuíam crédito consignado. Os servidores com mais de 15 anos de tempo de serviço possuíam um maior índice de consignados vigente (52,28%). Por outro lado, os servidores públicos com até 05 anos de exercício apresentaram o menor percentual (42,85%).

Esses dados corroboram e contrastam com as mesmas concepções de exposição em relação à faixa etária dos servidores e suas relações diretas ou indiretas ao consumo de crédito consignado. O maior tempo de exercício na instituição coincide com maiores oportunidades, por parte das instituições financeiras, para acesso a crédito/empréstimo consignado.

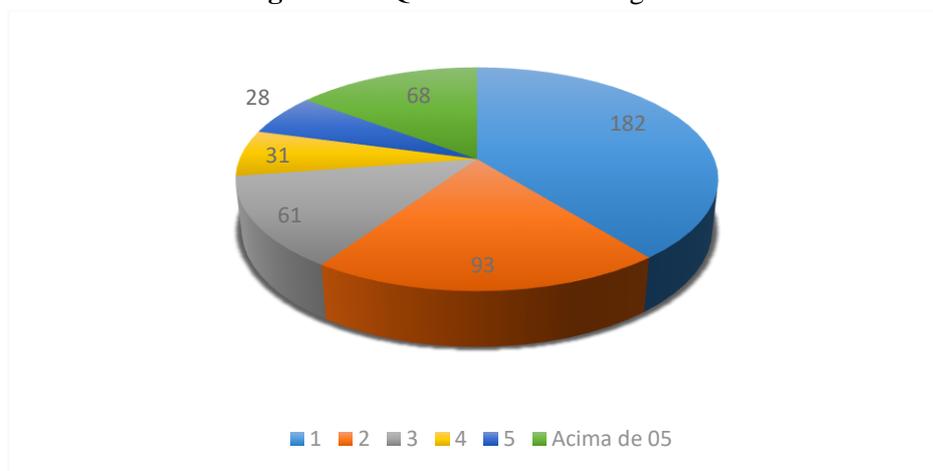
O fator tempo e prazo contribuem para esses indicadores percentuais, uma vez que tornam ofertas mais sedutores, principalmente as possibilidades de renovação a taxas de juros mais reduzidas e atrativas. Fenômeno comum às instituições financeiras é, também, pois, a possibilidade de compra de dívidas de crédito anteriormente realizadas em outras, que determina uma maior concentração das dívidas em consignados em uma mesma unidade financeira, ampliando as oportunidades ofertadas.

O fator estabilidade e a segurança funcional são outros construtos que definem uma oferta mais “insistente” de acesso a crédito consignado por parte das instituições e unidades financeiras, especialmente os bancos em que são creditadas as remunerações dos servidores públicos, que buscam cada vez mais estabelecer canais de comunicação e contato mais próximos desse público, por dispor de acesso a determinados dados e das informações financeiras dos servidores.

Evidentemente, com a atualização dos sistemas de inclusão de dados pessoais e funcionais e as determinações legais, o próprio servidor pode consultar as taxas de juros ofertadas pelas instituições financeiras, realizar simulações, analisar os prazos ofertados para desconto das parcelas, bem como autorizar o contrato de crédito consignado para o desconto automático na fonte pagadora (contracheque), tornando o procedimento para a contratação mais simplificado e desburocratizado.

O Figura 18 discrimina o quantitativo de rubricas lançadas para o servidores que constavam com contratos de consignado vigentes (TAEs e docentes).

Figura 18 - Quantidade de consignados



Fonte: SIAPE (outubro/2023).

Segundo a ilustração, observa-se que 182 servidores públicos possuíam apenas 1 (um) desconto vigente, enquanto que 56 possuíam acima de 5 consignados (em torno de 15% dentre aqueles que possuem contratos vigentes).

No que compete à quantidade de parcelas contratadas, em meses, nos vínculos de crédito consignado, enxergou-se que 29,06% dos contratos fechados com os servidores públicos acordam pagamento entre 49 a 72 meses, enquanto que 41,18% encontram-se na faixa de liquidação do crédito consignado entre 73 a 96 meses (longo prazo).

A referida lei que aumentou a margem, também ampliou o prazo máximo para o pagamento das parcelas, chegando a 96 meses, a depender da instituição financeira. É fato que, quanto mais sólida e estruturada as instituições financeiras, a exemplo do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, etc. - considerando que estas estabelecem parcerias com os entes federativos (Estados, Municípios e União) -, maiores são os prazos concedidos ao servidor público para quitar a sua dívida de crédito (valor principal e juros, taxas nominais, taxas de serviços, dentre outras).

Cabe aqui, preliminarmente, ressaltar que os prazos mais expansivos, a oferta de juros mais baixos e as possibilidades de refinanciamento e renovação do crédito tornam esta modalidade ainda mais sedutora a servidores públicos, ao mesmo tempo em que “escondem”, por outro lado, uma nuance que afeta consideravelmente as finanças, ainda mais quando essas decisões acerca do uso consciente de crédito, independente das suas modalidades, prescindem de um planejamento arrojado e coerente. Os juros combinados ao valor principal do crédito, ainda que parcelado em muitos meses, tendem a corroer o volume patrimonial e financeiro das pessoas, que despendem recursos para custear suas demais necessidades.

Em relação às unidades contratadas pelos servidores públicos federais da referida instituição, em consulta ao banco de dados *online* do SIAPE (outubro/2023), observou-se que, quantitativamente, existem 30 instituições financeiras oferecendo alguma modalidade de crédito/empréstimo consignado. Quanto a instituições financeiras, destacaram-se as seguintes: Banco do Brasil (30,62%); a Caixa Econômica Federal (21,33%); Banco Santander (10,55%) e Cooperativa SICREDI (7,72%).

Essas quatro instituições financeiras representam 72,20% do total de rubricas de créditos consignados. As demais (26 instituições) concentraram cerca de 27,80% de rubricas de consignados destinadas aos servidores públicos da Univasf (Tabela 3).

Tabela 3 - Instituições financeiras e número de créditos concedidos

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	QUANTIDADE
BANCO DO BRASIL	460
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	301
BANCO SANTANDER	149
COOPERATIVA SICREDI	109
BANCO PAN	74
BANCO DE BRASÍLIA	51
BANCO ITAÚ	44
NUBANK	35
BANCO SAFRA	22
BRADFIN	22
BANCO BNPP	20
PARANÁ BANCO	17
BANCO C6 CONSIGNADO	16
BANCO DAYCOVAL	13
BANCO INTERMEDIUM	13
BANCO BRADESCO	10
PREV. PRIVADA FUNPRESP	10
BANRISUL	9
PREV. PRIVADA SABEMI	9
BANCO INBUSA	7
COOPERATIVA PERNAMBUCO	4
BANCO AMAGGI	3
BANCO FACTA FINANCEIRA	3

BANCO BANS	2
BANCO ALFA	1
BANCO BMG	1
BANCO CREFISA	1
BICBANCO	1
COOPERATIVA UNICRECI	1
PREV. PRIVADA EQUATORIAL	1

Fonte: SIAPE (outubro/2023).

As referidas instituições financeiras disponibilizam, a cada contratante, entre 1 a mais vínculos, contabilizando um total de 1411 rubricas distribuídos aos 953 servidores públicos. Dessa forma, a média de créditos/empréstimos por servidor é de 1,5 (resultado do quociente entre 1411/953).

O quociente aponta que, em média, cada servidor com utilização desse recurso de crédito possui entre 1 a 2 vínculos (contratos) descontados de modo direto e automático da sua remuneração (por meio de autorização ao consignatário). Mesmo que o número de contratos - considerando o valor de parcelas de cada crédito - seja pequeno e não impacte de uma maneira preocupante e alarmante a qualidade financeira como um todo, ainda assim são dívidas que se acumulam e, em médio ou longo prazo, podem afetar a saúde das finanças pessoais ou a dinâmica familiar.

Evidentemente, tal qual discutido anteriormente, por não conhecer as motivações dos gastos e comportamento do uso de crédito pelos servidores públicos, é impossível determinar se o uso do crédito consignado é destinado para financiamento de sonhos próprios, bens de consumo básico ou para custear bens supérfluos ou até mesmo de luxo, do ponto de vista das necessidades humanas.

6.4.1 Analisando a natureza do endividamento por uso de crédito consignado

A Tabela 4 delimita o comprometimento de renda (ocupação da margem consignável), considerando a totalidade de 463 servidores públicos com contrato de crédito consignado com alguma instituição financeira, desconsiderando as renovações e processos de sobreposição dos vínculos.

Tabela 4 - Comprometimento da renda (ocupação da margem consignável - 35%)

Até 5%:	7,78%
Entre 5,01% a 10%	14,91%
Entre 10,01% e 15%	11,45%
Entre 15,01% e 20%	10,58%
Entre 20,01% e 25%	13,17%
Entre 25,01% e 30% *	9,50%
Acima de 30% **	32,61%

Fonte: Elaboração própria (2023), com base no SIAPE (outubro/2023).

Para fins de análise acerca do perfil de endividamento, considera-se o limite máximo para o comprometimento salarial, com base nas principais pesquisas apontadas, que é de até 30% (dívida saudável). Por sua vez, acima de 30%, define-se uma situação de endividamento (situação crítica ou alarmante). A margem consignável para uso com empréstimo consignado, ao servidor público federal, é de 35% (Lei nº 14.509/2022).

Um conceito importante para fins de análise refere-se ao chamado "líquido negativo", isto é, o valor que está sendo descontado diretamente do contracheque supera a margem de 35% admitida pela legislação. Pode ter havido erro de cálculo da margem, ou o contrato foi assinado em momento que o servidor tinha margem e, posteriormente, houve uma redução da remuneração (a exemplo da perda da função gratificada ou cargo de direção ou comissionado, além de perda da insalubridade ou de qualquer outra rubrica que fazia parte da remuneração no momento da assinatura do contrato junto à instituição financeira).

Logo, é de 13,17% o percentual dos servidores com comprometimento salarial com o crédito consignado entre 20,01% e 25%; 9,50% dispostos na faixa de 25,01 a 30%, sendo este o limite considerado para entrar na faixa de endividamento propriamente dito. Mas 32,61% dos servidores com os consignados excedeu a margem consignável em mais de 30%, entrando nos meandros do conceito que situa o servidor público em uma perspectiva de endividamento. Ao considerar o "líquido negativo", em que se supera a margem de 35% admitida em lei, contudo superior ao limite considerado saudável (até 30% da renda salarial), é de 9,50% o percentual de servidores enquadrados nessa faixa crítica e alarmante.

Em relação ao nível de endividamento por categorias funcionais, as Tabelas 5 e 6, por si, trazem esse panorama entre os TAEs e docentes, respectivamente.

Tabela 5 - Comprometimento da renda (ocupação da margem consignável - 35%) - TAEs

Até 5%:	4,76%
Entre 5,01% a 10%	13,76%
Entre 10,01% e 15%	11,64%
Entre 15,01% e 20%	8,46%
Entre 20,01% e 25%	14,28%

Entre 25,01% e 30% *	10,05%
Acima de 30% **	37,05%

Fonte: Elaboração própria (2023), com base no SIAPE (outubro/2023).

Em relação aos TAEs (Tabela 5), observou-se um quantitativo de 189 servidores nesta categoria de análise, sendo que, em relação ao comprometimento da margem consignável de 35%, observou-se as seguintes construções: 14,28% dos servidores TAEs comprometeram sua renda na faixa entre 20,01 a 25%; 10,05% entre 25,01 a 30% (limite saudável de alocação dos créditos consignados no orçamento geral) e 37,05% excederam o uso da margem consignável de 30%, atingindo o limite de enquadramento da situação de endividamento.

Dentro do prisma dos servidores enquadrados na situação de "líquido negativo", quanto à categoria funcional dos TAEs, cerca de 31,43% excederam os 35% da margem consignável e, por isso, atingiram um nível mais crítico de endividamento, em função das rendas salariais percebidas a título de remuneração.

Tabela 6 - Comprometimento da renda (ocupação da margem consignável - 35%) - docentes

Até 5%:	9,86%
Entre 5,01% a 10%	15,69%
Entre 10,01% e 15%	11,31%
Entre 15,01% e 20%	12,04%
Entre 20,01% e 25%	12,41%
Entre 25,01% e 30% *	9,13%
Acima de 30% **	29,56%

Fonte: Elaboração própria (2023), com base no SIAPE (outubro/2023).

Em relação aos servidores de carreira docente (Tabela 6), observou-se um quantitativo de 274 servidores nesta categoria de análise, sendo que, em relação ao comprometimento da margem consignável de 35%, observou-se o seguinte: 12,41% dos docentes comprometeram a sua renda na faixa entre 20,01 a 25%; 9,13% entre 25,01 a 30% (o limite saudável de alocação dos créditos consignados no orçamento), enquanto que 29,56% excederam a uso da margem consignável de 30%, atingindo o limite admissível para o endividamento.

No viés dos servidores enquadrados dentro do cenário de "líquido negativo", quanto à categoria funcional dos docentes, cerca de 27,16% excederam os 35% da margem consignável e encontram-se, hoje, numa posição crítica de endividamento.

Mais uma vez, o contraste dos dados de comprometimento da renda, considerando essa margem de consignação de 35%, revelou que os servidores públicos da categoria TAE estão em maior situação de endividamento e propensão a cenários mais alarmantes e críticos que os da categoria docente. Esse resultado pode ser, em partes, explicado em função das faixas dos

salários que remuneram as duas categorias funcionais, uma vez que os docentes apresentam maiores remunerações que os TAEs, estes mais margeados pelo vencimento básico, com suas vantagens adicionais. Com menores remunerações líquidas e, por sua vez, maior consumo do limite de margem, configura-se potencial situação de endividamento para este grupo quanto a docentes da Univasf.

Ao segmentar os servidores públicos com consignados por gênero, observou-se que as mulheres que comprometeram mais de 30% da sua remuneração com contratação da referida modalidade de crédito estão representadas por um percentual de 31,07%, enquanto que, nos homens, essa mesma concepção foi atingida por 33,85%. Como a margem líquida negativa, é de 28,12% o percentual de mulheres que excederam a margem consignável de 35%, ao passo que os homens chegaram a 29,88%.

Os dados entre os homens e mulheres em uma situação de endividamento crítico são bastante semelhantes, evidenciando que, apesar disso, na instituição de análise, em contraste com o cenário geral de educação financeira, a Univasf apresenta servidores públicos com um perfil concentrado em grande percentual de gastos orientados para o custeio e amortização (tomada) dos créditos e empréstimos consignados.

Nesse escopo, resultados semelhantes foram encontrados nos estudos de Pereira et al. (2020), ao analisar a estrutura do endividamento por consignados realizados por servidores do Distrito Federal (DF), em que os comportamentos observados entre homens e mulheres foram vistos como semelhantes em termos de construção de um perfil mais singular e significativo (PEREIRA, et al., 2020). Contudo, diferente do resultado central encontrado no estudo desses autores, na Univasf, existe uma leve predominância dos homens em relação às mulheres nesse quesito.

Em linhas gerais, Brusky e Magalhães (2006) desenvolveram parâmetros em que se podem avaliar, comparar e definir a situação do endividamento saudável e crítico (alarmante ou superendividamento). A Tabela 7 apresenta esses indicadores de endividamento.

Tabela 7 - Indicadores de endividamento

Categorias	Condições	
	Relação Dívida/Renda	Gastos mensais excedem a renda
Sem dívidas	sem dívidas	nunca
Pouco endividado	sem dívidas	às vezes e sempre
	> 0 e $\leq 25\%$	sempre, às vezes ou nunca
	$> 25\%$ e $< 50\%$	nunca
Com risco de sobre-endividamento	$> 25\%$ e $\leq 50\%$	sempre e às vezes
	$> 50\%$ e $\leq 75\%$	às vezes e nunca
Sobre-endividado	$> 50\%$	sempre
	$> 75\%$	sempre, às vezes ou nunca

Fonte: Brusky e Magalhães (2006).

No tocante à relação dívida/renda, definido por Brusky e Magalhães (2006), percebe-se que os servidores públicos estão caminhando para cenário de risco de sobre-endividamento ($>25\%$ e $\leq 50\%$), tanto em homens quanto mulheres.

A despeito das motivações para as contratações - uma vez que nem sempre a situação que leva ao endividamento é inspirada em decisões equivocadas -, ainda assim, analisando os quadros gerais apresentados, observou-se uma desafiadora e séria lacuna institucional quanto a conhecimento de construtos de Educação Financeira: finanças pessoais, consumo e os gastos conscientes, poupança, investimentos, economia doméstica e aplicação regular de créditos.

Além disso,

Surge o desafio de conscientizar para a educação financeira um público que vê sua instituição sofrer defasagem em termos funcionais bastante expressiva no último triênio, ocasionando, dentre outros, a sobrecarga de trabalho – motivadora de descontentamento psicológico e, por vezes, também o físico. Revisitando a categorização do Banco Central do Brasil (BACEN), tal cenário alerta para o aprofundamento quanto a natureza do endividamento desses profissionais, notadamente ao que tange às despesas emergenciais (com saúde, por exemplo), agregada ao pouco conhecimento financeiro. Percebida a necessidade de se ter indivíduos que demonstrem habilidades na administração do dinheiro, não apenas pela busca pela riqueza, mas também pela influência nas políticas públicas, na propensão para poupança após aposentadoria, na redução da vulnerabilidade ao endividamento entre outros, apresenta-se a educação financeira, como instrumento essencial para a busca de uma vida financeira saudável, com efeitos positivos para todos os setores econômicos (GONÇALVES, 2021, p. 85).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo buscou analisar a situação do endividamento dos servidores públicos enquadrados no quadro de pessoal ativo da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em função da contratação do empréstimo consignado.

Além disso, pretendeu-se, também, delinear dados sobre usabilidade dos empréstimos consignados e os critérios de endividamento do servidor público federal; listar, em caráter sistematizado, informações sociobiográficas, assim como classe funcional, além de carreira, grau de endividamento e as instituições financeiras, em sistemas de dados informatizados institucionais e do Governo Federal (SIAPE/ SIGEPE / SIGRH), dos servidores ativos da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf; por fim, propor estratégias para a educação financeira, a partir da presente pesquisa, por meio do desenvolvimento de um produto técnico (Cartilha “Educação Financeira – Um Guia para Servidores Públicos”), enquanto requisito para a obtenção da titulação no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap).

Em linhas gerais, observou-se que o grau de endividamento pode ser saudável, quando se utiliza pequeno percentual da margem disponível, de modo que o empréstimo consignado assumido não representa grande ameaça ao patrimônio e saúde financeira. Existe a dívida, evidentemente, assumida em função do fechamento de contrato para o desconto em folha, contudo a mesma não é capaz de afetar em maior substância finanças pessoais ou familiares. O endividamento é considerado alarmante, a ponto de gerar os sentimentos e os impactos supramencionados, no momento em que a dívida assumida passa a ser objeto de preocupações contínuas ao servidor, que cada vez mais busca soluções mais práticas e urgentes para a sua situação.

É consenso, nas próprias instituições financeiras e orientações observadas em sítios sobre práticas de enfrentamento ao endividamento, que o grau saudável de comprometimento da renda deve girar em torno de um percentual de 30%. Entre 30 a 35%, aciona no servidor a necessidade de planejamento e cautela nas decisões de novos empréstimos ou renovações. Um percentual acima de 35% é considerado uma variável de endividamento grave.

O indicador de gravidade na situação de endividamento do servidor público federal torna-se ainda mais sério ao considerar que é permitido, por lei, um comprometimento de, no máximo, 35% da renda por meio de empréstimos consignados ou pagamento de dívidas com cartão de créditos, o que se faz refletir sobre decisões do Estado e da Administração Pública diante desse cenário.

Dessa maneira do ponto de vista compreendido dentro da perspectiva de estudo desta redação de dissertação, analisar o endividamento do servidor público federal como centro de debate e reflexão (amparado na modalidade de empréstimo consignado), é, pois, necessidade indispensável para ampliar as discussões acerca da carência em práticas sobre a educação financeira e a adoção das proposições mais significativas por parte da Administração Pública e da falta de dados mais estruturados e orgânicos, a fim de zelar pela saúde física e mental dos agentes funcionais, bem como na produtividade e atendimento aos interesses públicos.

A literatura especializada, ainda mais no contexto recente dos últimos 5 (cinco anos), tem buscado cada vez mais dialogar sobre os perfis de endividamento na Gestão Pública, com ênfase em seus graus, impactos e comportamentos do servidor público federal na contratação e no uso da modalidade de empréstimo consignado.

Como resultados, os servidores públicos da categoria TAE estão em maior situação de endividamento e propensão a cenários mais alarmantes e críticos que docentes. Observou-se que as mulheres que comprometeram mais de 30% da sua remuneração com contratação da referida modalidade de crédito estão representadas por um percentual de 31,07%, enquanto que, nos homens, foi atingida por 33,85%. O nível de superação da margem de 35%, deu-se em função da percepção de que 28,12% é o percentual de mulheres que excederam a margem consignável máxima admitida, ao passo que os homens chegaram a 29,88%.

Os dados entre os homens e mulheres em situação de endividamento crítico são muito semelhantes, evidenciando que, apesar disso, na instituição de análise, em contraste com o cenário geral de educação financeira, a Univasf apresenta servidores públicos com um perfil concentrado em grande percentual de gastos direcionados à tomada de créditos consignados.

Outrossim, 32,61% dos servidores com os consignados excedeu a margem consignável em mais de 30%, em que situa o servidor público em uma perspectiva de endividamento. Ao considerar o "Líquido negativo", em que se supera a margem de 35% admitida em lei, contudo superior ao limite considerado saudável (até 30% da renda salarial), é de 9,50% o percentual de servidores enquadrados nessa faixa crítica.

Por fim, na condição de pesquisa futura, sugere-se investigar as principais razões e preditores para a contratação de empréstimos consignados por parte dos servidores públicos federais da Univasf, buscando compreender as razões de consumo e aquisição de bens, além de estruturar outros dados que não foram metodologicamente avaliados nesse quesito de apreciação e análise.

REFERÊNCIAS

ABREU, Gustavo Soares; ABRANTES, Afrânio Souto Duque. Educação financeira: um estudo de caso sobre o planejamento financeiro dos servidores públicos do município de Marizópolis-PB. **Bioethics Archives, Management and Health**, v. 2, n. 1, p. 27-41, 2022.

ACORDI, Francine Patricia Costa. **Finanças pessoais, endividamento familiar e qualidade de vida do servidor**. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

AKKARI, Leonardo Matheus Franco. **Relação entre idade, conhecimento financeiro e endividamento dos servidores públicos do Distrito Federal**. 2022. 25 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

ALMEIDA, Jennifer Aparecida dos Santos. **A relação entre endividamento e a falta de planejamento financeiro pessoal: um estudo de caso com técnicos da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso, Administração - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2023.

ALVES, Claudia. A relação de trabalho do servidor público estatutário. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF, v. 13, 2010.

BACEN – Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 04 nov. 2023.

BARROS, Lessandra Merladet. **Propensão ao endividamento do servidor público docente da Universidade Federal do Pampa**. 68 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2013.

BERNADELLI, Luan Vinicius. O impacto da resolução 3.954/2011 nas concessões de crédito consignado: uma análise para os anos de 2011 a 2017. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 15, n. 1, 2018.

BEUREN, Ilse. Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. In: **Como elaborar trabalhos monográficos: teoria e prática**, v. 3, 2006.

BOGDAN, Roberto.; BIKEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: introdução à teoria e aos métodos**. 12.ed. Porto: Porto, 2003.

BRANDÃO, Vinicius. Crédito Consignado: análise dos impactos dessa inovação financeira para desenvolvimento econômico brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 182-212, 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. Administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 73, n. b, 2022.

BRUNO, Miguel; GENTIL, Denise. O Endividamento dos Servidores Públicos Brasileiros: as armadilhas da expropriação salarial impulsionadas pelo próprio Estado brasileiro. **Revista do Instituto de Economia da UFRJ**, v. 4, v. 7, 2022.

BRUSKY, Boonie; MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Assessing Indebtedness: Results from Pilot Survey among Steelworkers in Sao Paulo**. Geneva: International Labour Office Geneva, 2006.

BUSNELLO, Ronaldo; CORRÊA, Jeano. O consumo que nos consome: a transformação da força de trabalho em mercadoria. **Revista Jurídica**, v. 4, n. 66, p. 567-592, 2021.

CAETANO, Fernando José Resende. **A Oferta Abusiva do Crédito Consignado aos Aposentados e o Uso Indevido de Dados Pessoais**. Editora Thoth, 2023.

CALAZANS, Samuel Lima. **Superendividamento: responsabilidade civil pós-súmula 297 do STJ na concessão do empréstimo consignado ao servidor público superendividado**. 2020. Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020.

CAPUCHO, Vinicius. **Dinheiro e Mercado: Puramente Comportamental**. Editora Bibliomundi, 2023.

CARDOSO, José; OLIVEIRA, Ana; SOUSA, Victoria. Ocupação, escolaridade, remuneração e atuação dos servidores públicos no Brasil. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 13, n. 2, 2020.

CARMO, Alinne Aparecida Camilo. **Finanças pessoais, crédito consignado e qualidade de vida: estudo sobre a situação dos servidores técnico-administrativos de IFES**. 2023. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG 2023.

CARVALHO, Josimauro Borges; PEREIRA, Andreza Souza. Uma revisão integrativa sobre a importância da educação financeira considerando reflexos da pandemia de covid-19. **Journal of Education Science and Health**, v. 3, n. 1, p. 01-11, 2023.

CAVALCANTE, Diego Hugo Dantas. **Análise do perfil de endividamento de servidores públicos: estudo com servidores técnico-administrativos da UFRN**. 2017. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis), Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CLARK, Giovani; LIMA, Maria. A questão do reajuste anual dos servidores públicos em face da omissão legislativa. **Revista Brasileira de Filosofia do Direito**, v.3, 2019.

COLLARES, Cristiane Lorenzetti. **Endividamento de servidores ativos, aposentados e pensionistas do poder executivo com empréstimos consignados**. 2019. 39f. - Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC, Programa de Economia Profissional - PEP, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza (CE), 2019.

CRCGO. **Brasil é o 74º em ranking global de educação financeira**. 2021. Disponível em: <<https://crcgo.org.br/novo/?p=9580>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

CRESWELL, John. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. In: **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed, 2010.

CUT. **Perda salarial dos servidores é maior que a dos trabalhadores da iniciativa privada**. 2022. Disponível em: <www.cut.org.br/noticias/perda-salarial-dos-servidores-e-maior-que-a-dos-trabalhadores-da-iniciativa-priv-0b6f>. Acesso em: 22 set. 2023.

DILELIO, Ronaldo; WOLLMANN, Raul. Impacto Social do Superendividamento dos Servidores Públicos. **Revista Parajás**, v. 5, n. 1, p. 124-141, 2022.

FELIPE, Rafael Silveira. **Análise do perfil do endividamento e da inadimplência familiar no Brasil**. 2023. 59 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

FERNANDES, Ronaldo Augusto Silva; PARAISO, Sandra Chaves. O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. **Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação**, v. 6, n. 2, p. 12-26, 2020.

FLORES, Sílvia; VIEIRA, Kelmara; CORONEL, Daniel. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 7, n. 3, 2013.

FREITAS, Urânia Flores. **Desenvolvimento à moda brasileira: dinheiro e desigualdades na educação**. Editora Dialética, 2021.

GALVÃO, Maria; RICARTE, Ivan. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, 2019.

GONÇALVES, Guilherme Campos. **Endividamento pessoal: análise a partir da utilização do crédito consignado por servidores públicos**. 2021. 97 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública)—Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

KOTLER, Philip. **Kotler on marketing**. Simon and Schuster, 2012.

LUSTOSA, Nadya, *et al.* Finanças Pessoais e QVT: estudo de caso com os servidores de uma IES Pública. **Revista FSA**, v. 18, n. 12, 2021.

MANKIWI, Gregory N.. **Princípios de Macroeconomia**. Cengage. Learning 6 ed, 2014.

MARIANO, Cynara; SOUSA, Francisco. Estabilidade no serviço público: privilégio ou garantia ao serviço público?. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 20, n. 80, 2020.

MARTINS, Evandro; HENNIGEN, Inês. “Pago, não nego. Vivo quando puder”: endividamento e precarização da vida docente. **Conhecimento & Diversidade**, v. 15, n. 36, 2023.

MAZON, Fernando Sergio. Comportamento do consumidor: revisão teórica sobre conceitos e campos de estudo. **Revista Perspectiva**, v. 47, n. 178, p. 31-43, 2023.

MEIRELLES, Hely. A administração pública e os seus controles. **Revista de Direito Administrativo**, v. 214, 2019.

MENDES, Pereira, *et al.* Crédito consignado e endividamento dos servidores do Distrito Federal. **Revista Razão Contábil & Finanças**, v. 11, n. 2, 2020.

MILHOMEM, Ana Karina. A teoria da escolha pública e dívida pública federal: uma análise histórica do endividamento brasileiro na nova república. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, v. 37, n. 1, 2019.

MIRANDA, Anderson; COSTA, Robson; MENDONÇA, Mário. Dificuldades da Gestão Financeira dos Servidores do Governo do Estado do Amapá. **Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea**, v. 2, n. 1, 2021.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia. **Teoria geral da administração**. Cengage Learning Edições Ltda., 2022.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli; HORTA, Frederico. Contornos legais do crime de operação não autorizada de instituição financeira: uma análise dos casos de empréstimo consignado por associação de servidores. **Cadernos de Direito Actual**, n. 20, p. 76-97, 2023.

OMAR, Jabr. Taxa de juros: comportamento, determinação e implicações para a economia brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, n. 3, 2008.

OROZIMBO, Makário. **A educação financeira como mitigação do superendividamento: estudo de caso com servidores públicos**. 2021. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2021.

OROZIMBO, Makário. **Educação financeira na mitigação do superendividamento: estudo de caso com os servidores públicos**. 2021. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional): Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2021.

OROZIMBO, Makário; BEVILACQUA, Solon. Educação financeira e superendividamento: um estudo de caso. **Omnia Sapientiae**, v. 1, n. 3, 2022.

OROZIMBO, Makário; BEVILACQUA, Sólón. **Educação Financeira**. Clube de Autores, 2021.

PAULINO, Adrielle Lauretino. **Análise dos aspectos comportamentais dos investimentos financeiros utilizados pelos membros da comunidade da Universidade Federal do Ceará**. 2021. 37 f. Monografia (Graduação em Finanças) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

PEREIRA, Paloma Ayllin Maria. **O endividamento das famílias brasileiras frente à pandemia da Covid-19**. 2022. 37f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

PEREIRA, Ronei Mendes, *et al.* Crédito consignado e endividamento dos servidores do Distrito Federal. **Razão Contábil e Finanças**, v. 11, n. 2, 2020.

PEREIRA, Ronei Mendes. Endividamento e qualidade de vida: Um olhar dos servidores públicos brasileiros. **Revista de Estudos Sociais**, v. 23, n. 47, 2021.

PEREIRA, Ronei. Endividamento e qualidade de vida: Um olhar dos servidores públicos brasileiros. **Revista de Estudos Sociais**, v. 23, n. 47, 2021.

PINTO, Juliana; SANTOS, Leonardo. Administração Pública Brasileira no Século XXI- Caminhamos para Alguma Reforma?. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 3, 2017.

PROFILI, Enzo. Estrutura remuneratória dos servidores ativos civis do Executivo federal. **Revista de Administração Pública**, v. 55, p. 782-808, 2021.

RAUPP, Francisco, *et al.* Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**, v. 3, p. 76-97, 2003.

REZENDE, Antunes. **Inadimplência atinge 29% dos servidores estaduais e federais**. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/inadimplencia-atinge-29-doservidoresestaduais-e-federais.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

ROSSATO, Vanessa Piovesan; BESKOW, Rhuan Pivetta; PINTO, Nelson Guilherme Machado. O Endividamento e os seus Consequentes nas Capitais Brasileiras de 2010 a 2017. **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 94-113, 2019.

ROTHBARD, Murray Neubert. **O que o Governo Fez com o Nosso Dinheiro?**. LVM Editora, 2022.

SANT'ANNA, Liliane; PASCHOAL, Tatiane; GOSENDO, Eliana. Bem-estar: relações com estilos de liderança e suporte para ascensão, promoção e salários. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, 2012.

SCHLOTTFELDT, Shana; DUTRA, Renata. A greve dos servidores públicos civis em face das reformas de austeridade: um direito constitucional em disputa. **Revista de Informação Legislativa**, v. 59, n. 234, 2022.

SILVA, Ágatha; AFONSO, António; GADELHA, Sérgio. Dívida Pública e Crescimento Econômico no Brasil. **Cadernos de Finanças Públicas**, v. 3, n. 20, 2021.

SILVA, Ana, *et al.* Finanças pessoais: um estudo da relação entre a educação financeira e o endividamento dos servidores da UFCE. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 11, n. 2, 2020.

SILVA, Jackson, *et al.* Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SILVA, Juliana Marçal. **Crédito consignado**: perfil dos servidores da UFRPE e a propensão ao risco de endividamento. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SILVA, Juliana Marçal; GOIS, Marcos Roberto. Crédito consignado e o risco de endividamento: perfil dos servidores e diagnóstico na Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Revista dos Mestrados Profissionais**, v. 10, n. 1, p. 44-66, 2022.

SIMÕES, Paulo Fernando Pereira Fabião. A sociedade do consumo como o novo arquétipo da economia do individualismo. **Cadernos de Geografia**, n. 42, p. 117-124, 2020.

SOUSA, Danilo Henrique Melo. Cartões de crédito consignado: A educação como alternativa para resolução de conflitos e endividamentos. **Revista de Direito da ADVOCEF**, v. 19, n. 34, p. 163-186, 2023.

SOUZA, Natália Carneiro. **Crédito, endividamento e inadimplência das famílias pernambucanas**: uma análise para o período de 2003 a 2020.2021. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Departamento de Economia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

TCU: Tribunal de Contas da União. **Conformidade financeira e orçamentária**. 2020. Disponível em: <<https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2020/12-teto-de-gastos.html>>. Acesso em: 31 out. 2023.

VIEIRA, Maxsuel Welber, *et al.* Vista dos estudos sobre educação financeira no âmbito de instituições de ensino no Brasil: uma revisão integrativa de literatura. **Peer Review**, v. 5, n. 21, p. 77-91, 2023.

APÊNDICES**Ofício à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Vale do São Francisco – PROGEPE/UNIVASF**

Senhora Pró-Reitora,

Eu, Thiago Aurélio Teodoro de Macedo, CPF 067.228.544-42, aluno matriculado no Mestrado Profissional em Administração Pública – Profiap/Univasf, solicito autorização para utilização para fins exclusivamente acadêmicos, de relatórios da folha de pagamento e do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, os quais tenho acesso em razão do cargo efetivo que exerço na instituição.

Na oportunidade, esclareço que serão utilizadas apenas as informações sociobiográficas dos servidores, sem qualquer identificação, respeitando o sigilo e a privacidade, com o objetivo de subsidiar dados para a dissertação do Mestrado, que apresentar análise do nível de endividamento dos servidores da Univasf, categorizando por idade, gênero, tempo de serviço, quantidade de rubricas de créditos consignados, principais instituições financeiras, etc.

Por fim, saliento que o trabalho está sendo realizado sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Cezar Silva, membro permanente do Profiap/Univasf, que subscreve o presente ofício.

Petrolina/PE, 29 de novembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br THIAGO AURELIO TEODORO DE MACEDO
Data: 29/11/2023 10:21:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do discente

De acordo com a solicitação do meu orientando,

Documento assinado digitalmente
gov.br BRUNO CEZAR SILVA
Data: 29/11/2023 10:43:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Orientador

Assinatura do Orientador

De acordo com a solicitação. Ressalto que os dados deverão ser utilizados para fins exclusivamente acadêmicos, como também observados o sigilo e a privacidade dos servidores.

 Documento assinado digitalmente
KILMA CARNEIRO DA SILVA MATOS
Data: 29/11/2023 19:45:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Assinatura da Pró-Reitora

Thiago Aurélio & Prof. Dr. Bruno Cezar

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Um guia para servidores públicos



Publicação:

UNIVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

 **PROFIAP**
MESTRADO PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Introdução

COMO NASCEU ESTA CARTILHA?

A presente cartilha constitui o produto técnico e tecnológico da dissertação “ENDIVIDAMENTO E USO DE CRÉDITO CONSIGNADO: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DA UNIVASF” apresentada ao Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), pelo discente Thiago Aurélio Teodoro de Macedo, orientado pelo Prof. Dr. Bruno Cezar Silva.

Como apresentado na dissertação, a capacitação dos servidores públicos para compreender as questões e particularidades que perpassam a sua própria vida financeira é um importante caminho para a construção de uma cultura de trabalho e pessoal mais produtiva e eficiente, pois ao conhecer o dinheiro, formas de aplicação e de uso, economia doméstica e finanças pessoais, o servidor público tende a gerenciar melhor os recursos financeiros, afastando o endividamento e a dívida.

A educação financeira é, inegavelmente, conceito de grande importância na rotina das pessoas, devendo ser incorporada de forma natural e espontânea. Outrossim, no Brasil, tem-se observado fragilidades no sistema de ensino quanto às finanças, sendo, pois, margeado pela sociedade, Estado e corporações; a referida debilidade aponta o porquê das preocupantes estatísticas dos brasileiros que compete ao endividamento e também a uso devido do dinheiro, repercutindo em menores níveis de investimentos e poupança.

Os indivíduos necessitam de um bom nível de conhecimento financeiro, de forma a desenvolverem a capacidade de dimensionar os impactos reais de suas decisões tomadas ao longo da vida, sabendo que serão cada vez mais responsáveis pela sua renda na aposentadoria. Logo, a falta ou o baixo nível de conhecimentos financeiros pode provocar: aumento da insegurança em relação ao risco e retorno de produtos de investimento; incapacidade de tomar decisões corretas de investimento, de consumo e de poupança, e adiamento da formação de poupança previdenciária.

FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013, p. 34



Introdução

COMO NASCEU ESTA CARTILHA?

Por isso é tão relevante e estratégico incutir na sociedade de um modo geral um conhecimento financeiro significativo para o enfrentamento de diversos problemas físicos e emocionais; em nível corporativo, investir em cursos, assim como ações de capacitação, além dos treinamentos e envolvimento dos servidores em grupos-focais sobre finanças pessoais e solução de dívidas, é atitude positiva para solução do impasse do endividamento e do índice de concentração de dívidas por esse público em especial, gerando uma maior tranquilidade, além de conforto e segurança nesse sentido.



Muitas organizações estão interessando-se pelo desenvolvimento de estratégias que valorizem o seu quadro de pessoal e que, ao mesmo tempo, estabeleçam as condições necessárias para o seu bom desempenho, satisfação e a sua qualidade de vida no trabalho. Apesar disso, “poucos estudos empíricos têm sido conduzidos de sistemática sobre os impactos das diferentes práticas e das ações organizacionais nas experiências positivas dos trabalhadores”

SANT'ANNA; PASCHOAL; GOSENDO, 2012, p. 746.

Nesse contexto, a presente cartilha é direcionada aos servidores da Universidade Federal do Vale do São Francisco, objetivando orientá-los acerca de aspectos da educação financeira e finanças pessoais, a fim de que o servidor público tenha ferramentas para melhor gerenciar os seus recursos financeiros, de modo a evitar as situações negativas causadas pelo endividamento.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

1 - O QUE É EDUCAÇÃO FINANCEIRA E POR QUE É IMPORTANTE?



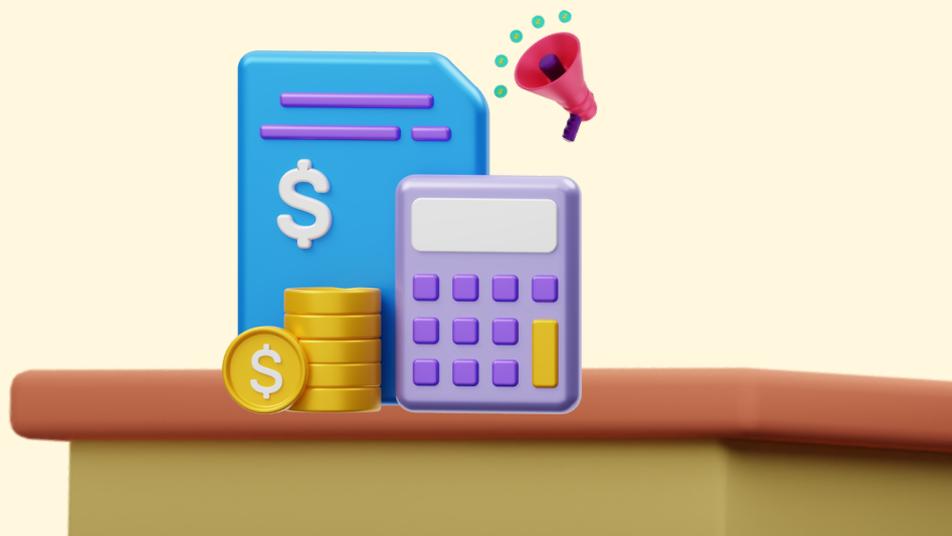
Conceitualmente, a educação financeira é definida como o processo em que os indivíduos potencializam para melhor a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, a partir de informação acessível e clara, de modo a desenvolver as habilidades e segurança que os tornem aptos para a tomada de decisão, gerando impactos positivos no planejamento familiar, em qualidade de vida e bem-estar financeiro.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

2 COMO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PODE IMPACTAR SUA VIDA?



O planejamento financeiro mais eficiente, em âmbito familiar, permite ao indivíduo acumular bens e valores que integrarão o patrimônio, assegurando segurança financeira; logo, o conhecimento financeiro (economia doméstica e finanças pessoais) possibilita a um servidor público desenvolver e articular o planejamento financeiro, enfatizando os riscos, incertezas e construindo uma vida financeira mais confortável e com menos impactos emocionais e na performance laboral.



FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

3 ORÇAMENTO PESSOAL OU FAMILIAR

Criar e manter um orçamento pessoal é uma prática fundamental para gerenciar as finanças de maneira eficaz. É, portanto, uma ferramenta de planejamento financeiro que ajuda a controlar gastos, economizar para metas futuras e garantir que esteja vivendo de acordo com seus meios. Nesse sentido, deve-se observar os seguintes itens na elaboração de um orçamento pessoal:

ORÇAMENTO PESSOAL

a. Registrar todas as receitas

Listar todas as fontes de renda mensal (salário, renda extra, aluguel de imóveis).

b. Registrar todos os gastos

Registrar e categorizar todos os gastos mensais, dividindo os gastos em categorias como moradia, alimentação, transporte, entretenimento, etc.

c. Calcular o saldo

Ao subtrair os gastos totais da receita total, tem-se o saldo mensal.

d. Estabelecer metas financeiras

Definir metas específicas, como economizar para emergências, pagar dívidas, investimentos ou uma aquisição futura.

e. Priorizar despesas e eliminar desnecessárias

Avaliar as despesas e priorizar aquelas essenciais, eliminando ou reduzindo as despesas não essenciais.



FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

3 ORÇAMENTO PESSOAL OU FAMILIAR

ORÇAMENTO PESSOAL



f. Manter uma reserva de emergência

Destinar uma parte da receita para uma reserva de emergência.



g. Avaliar e reduzir dívidas

Caso haja dívidas, como empréstimos consignados, cartões de crédito, etc., criar um plano para pagá-las, devendo ser priorizados os pagamentos com juros mais altos.



h. Automatizar pagamentos e investimentos

Configurar pagamentos automáticos para contas recorrentes e automatizar transferências para contas de investimento ou poupança.



i. Revisar e atualizar regularmente

Revisar o orçamento regularmente, para garantir que ele esteja alinhado com os objetivos financeiros, fazendo os ajustes de acordo com as necessidades.



j. Utilizar ferramentas de orçamento

Avaliar o uso de aplicativos e ferramentas online de orçamento, para facilitar o acompanhamento das finanças.



h. Aprender com os gastos

Avaliar mensalmente os gastos, identificando padrões e aprendendo com eles para fazer ajustes no orçamento.



i. Criar hábitos financeiros saudáveis

Desenvolver hábitos de gastos conscientes, como realizar comparações de preços, pesquisas antes de grandes compras e resistência a compras por impulso.



Poupança e Investimento

CONCEITO E IMPORTÂNCIA

Poupar dinheiro significa acumular valores para que possam ser usufruídos no futuro, sendo necessário como precaução para situações inesperadas, compras planejadas, renda extra na aposentadoria, etc.

Por outro lado, o investimento é a aplicação dos recursos financeiros que foram poupados, objetivando a percepção de remuneração por essa aplicação.

É necessário que o servidor busque conhecer os tipos de investimentos disponíveis, como também os riscos e benefícios envolvidos.

Portanto, os valores poupados no presente e investidos durante determinado período de tempo, poderão fazer uma diferença positiva no conforto e na qualidade de vida no futuro



Crédito

USE COM SABEDORIA

Em relação ao crédito, é muito importante que os servidores tenham acesso aos conceitos básicos do crédito, como taxa de juros, limites de crédito, assim como as condições contratuais previstas.

Ainda, deve-se avaliar a situação financeira, observando as receitas e despesas fixas mensais, a fim de entender quanto pode ser alocado para pagamentos de dívidas, sem comprometimento do orçamento.

É recomendável que o uso do crédito tenha objetivos específicos, como por exemplo a compra de um bem, investimentos, ou para atender situações emergenciais, evitando a sua utilização para gastos diários.



Controle de Dívidas

É FUNDAMENTAL

O controle das dívidas é fundamental para manutenção da saúde financeira e evitar problemas futuros, tais como perda de patrimônio, comprometimento da renda com pagamento de juros e multas, assim como eventualmente ser inscrito em cadastros de restrição de crédito, como Serasa ou SPC, caso torne-se inadimplente junto às dívidas. Para tanto, deve-se listar todas as dívidas, incluindo valores devidos, taxas de juros, e prazos de pagamento, classificando as dívidas com base nas taxas de juros. Com isso, priorizar o pagamento das dívidas com as taxas mais altas primeiro para economizar em juros.

Ainda, caso haja dívidas com taxas de juros altas, analisar a possibilidade de consolidar tudo em um único empréstimo com uma taxa de juros mais baixa. Nesse sentido, importante buscar os credores para negociar condições de pagamento mais favoráveis.



E TEM MAIS...

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Além dos tópicos elencados anteriormente, o servidor deve se atentar a outros aspectos relevantes, no intuito de buscar uma melhor gestão do seu patrimônio financeiro, que também integram esse rol de atitudes que trarão impactos positivos na qualidade de vida e bem-estar, tais como:



- **Planejamento** para emergências: antecipar situações inesperadas e garantir que esteja preparado para lidar com elas financeiramente. Para tanto, é importante estabelecer uma reserva financeira para cobrir despesas essenciais em caso de emergência.



- **Seguros:** a contratação de seguros, tais como, seguro de automóveis, seguro de vida, seguro saúde, ajuda a mitigar riscos e fornece uma rede de segurança em situações adversas.

E TEM MAIS...

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES



Aposentadoria e Previdência Social: os servidores públicos da Univasf estão vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social e poderão no futuro usufruir da aposentadoria, de acordo com os requisitos estabelecidos na legislação vigente. Assim, é salutar pensar desde cedo em mecanismos que auxiliem na garantia do estilo de vida desejado e manutenção de todas as despesas essenciais. Nesse sentido, pode-se estabelecer metas financeiras de aposentadoria, com destinação de poupança e investimentos voltados para o longo prazo. Também é interessante avaliar a possibilidade de adesão a algum fundo de previdência privado, que poderá garantir uma renda complementar na aposentadoria.



Tecnologia: atualmente, a tecnologia pode oferecer uma variedade de ferramentas e soluções para otimizar a gestão financeira, tais como aplicativos de orçamento, que auxiliam a identificar as despesas recorrentes, criar orçamentos pessoais e observar padrões financeiros; plataformas de investimento online, que possibilita realizar investimentos em ações e títulos através de dispositivos móveis; carteiras digitais, que permite a realização de transações e pagamentos sem dinheiro físico, de forma segura e conveniente.

Considerações Finais

É SÓ O COMEÇO!

A presente cartilha não tem a pretensão de esgotar e detalhar todos os aspectos que envolvem a educação financeira e a gestão das finanças pessoais, mas apenas trazer os conceitos básicos e citar as principais ferramentas que podem auxiliar os servidores da Univasf neste tema, como também reforçar a importância de se discutir e pensar sobre o assunto.

Logo, é importante que os servidores busquem outras fontes de pesquisa, como livros, sites e aplicativos, para aprofundar seu conhecimento financeiro.

Por fim, a cartilha será direcionada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE/UNIVASF, que avaliará a conveniência e oportunidade de adotar esta agenda no Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP da Univasf, conforme preconiza o Decreto nº 9.991/2019, que “dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento”.

Com isso, o tema da educação financeira poderá ser tratada sob forma de ações de desenvolvimento aos servidores (ativos e aposentados), criação de grupos de trabalho ou grupos focais de estudo.



REFERÊNCIAS:

BACEN – Banco Central do Brasil. Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais. Brasília: 72p, 2013.

BRASIL. Decreto n. 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Disponível em: <http://www.https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRUNO, Miguel; GENTIL, Denise. O Endividamento dos Servidores Públicos Brasileiros: as armadilhas da expropriação salarial impulsionadas pelo próprio Estado brasileiro. Revista do Instituto de Economia da UFRJ, v. 4, v. 7, 2022.

CERBASI, Gustavo. Dinheiro: Os Segredos de Quem Tem. Edição Padrão. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FLORES, Silvia; VIEIRA, Kelmara; CORONEL, Daniel. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. Revista de Administração FACES Journal, v. 7, n. 3, 2013.

GALGLIANO, Pablo Stolze; OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. Comentários à “Lei do Superendividamento” (Lei nº 14.181, de 01 de julho de 2021) e o Princípio do Crédito Responsável: uma primeira análise. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano, v. 26, 2022.

REFERÊNCIAS:

MIRANDA, Anderson; COSTA, Robson; MENDONÇA, Mário. Dificuldades da Gestão Financeira dos Servidores do Governo do Estado do Amapá. Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea, v. 2, n. 1, 2021.

OLIVIERI, Maria de Fátima Abud. Educação financeira. Revista Eniac Pesquisa, v. 2, n. 1, p. 43-51, 2013.

OROZIMBO, Makário. Educação financeira na mitigação do superendividamento: estudo de caso com os servidores públicos. 2021. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional): Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2021.

OROZIMBO, Makário; BEVILACQUA, Sólón. Educação Financeira. Clube de Autores, 2021.

OROZIMBO, Makário; BEVILACQUA, Solon. Educação financeira e superendividamento: um estudo de caso. Omnia Sapientiae, v. 1, n. 3, 2022.